



- A VIDA RELIGIOSA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE ANTE A MUDANÇA DE ÉPOCA: SER SINAL NA TENSÃO ENTRE MODERNIZAÇÃO E EXCLUSÃO
- A PROBLEMÁTICA SUBJACENTE AO 9º ENCONTRO INTERECLESIAL DE CEBS
- RELIGIÃO, ECONOMIA E IDOLATRIA: DESAFIOS PARA A IGREJA NO SÉCULO XXI
- A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E O MUNDO DO TRABALHO (II)

SUMÁRIO

EDITORIAL	261
Ir. Carmelita de Freitas, FJ	
PALAVRA DO PAPA	263
INFORME CRB	266
A VIDA RELIGIOSA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE ANTE A MUDANÇA DE ÉPOCA: SER SINAL NA TENSÃO ENTRE MODERNIZAÇÃO E EXCLUSÃO	272
A PROBLEMÁTICA SUBJACENTE AO 9º ENCONTRO INTERECLESIAL DE CEBS	285
Pedro A. Ribeiro de Oliveira	
RELIGIÃO, ECONOMIA E IDOLATRIA: DESAFIOS PARA A IGREJA NO SÉCULO XXI	295
Jung Mo Sung	
A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E O MUNDO DO TRABALHO (III)	312
Inácio Neutzling e José Dari Krein	

NOSSA CAPA

A ilustração para os próximos anos chama a atenção para a participação e o envolvimento da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) no projeto de evangelização "Rumo ao novo milênio". Trata-se de uma fotografia tomada do mural artístico confeccionado em pedras de variadas cores numa parede interna, junto à capela da sede da CRB Nacional. Inspirado no logotipo escolhido pela Comissão Central da Santa Sé para o Jubileu, presidida pelo Cardeal Roger Etchegarray, a partir de um concurso vencido pela estudante de arte italiana Emanuela Rocchi, o artista plástico José Antonio Abreu, de Igarapé, MG, compôs o mosaico com grande expressão e beleza. Nele se destacam o globo terrestre, os cinco continentes representados pelas pombas, a cruz estilizada e as palavras: CRISTO, ONTEM, HOJE, SEMPRE, sinalizando o anúncio principal do projeto (Pe. João Roque Rohr, SJ).

ASSINATURA PARA 1997:

BRASIL: taxa única

Terrestre ou aérea R\$ 55,00

EXTERIOR: taxa única

Terrestre ou aérea R\$ 85,00

Número avulso (Brasil) R\$ 5,50

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.



convergência

Revista Mensal da
Conferência dos Religiosos
do Brasil: CRB

DIRETOR-RESPONSÁVEL:

Pe. João Roque Rohr, SJ

REDATOR-RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB (Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho editorial:

Ir. Afonso Tadeu Murad, FMS

Pe. Francisco Taborda, SJ

Pe. Jaldemir Vitório, SJ

Frei Prudente Nery, OFM Cap.

DIREÇÃO, REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24 • 4º andar

Cinelandia • Tel.: (021) 240-7299

20038-900 • Rio de Janeiro • RJ

DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO:

Edições Loyola

Rua 1822 n. 347 • Ipiranga

04216-000 • São Paulo • SP • Tel.: (011) 6914-1922

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do DPF sob o n. P.209/73

C.R.B.
 - BIBLIOTECA -
 R. Alcindo Guaraná, 24 - 4º
 Rio - RJ

Ir. Carmelita de Freitas, FJ

COMUNHÃO SOLIDÁRIA: DESAFIO MAIOR PARA A VIDA RELIGIOSA

Dois eventos eclesiais de grande fôlego, que interessam de perto à Vida Religiosa, acontecem no curto espaço de um mês: a XIII Assembléia Geral da CLAR (12 a 21 de junho, em Lima) e o IX Encontro Intereclesial das CEBs (15 a 19 de julho, em São Luís). Um traço comum une os dois acontecimentos. Ambos visam a ser espaço de comunhão e participação, testemunho público e profético da esperança, celebração e festa.

A comunhão, nos seus vários níveis e dimensões, foi sempre uma aspiração profunda da pessoa humana, uma utopia com enorme força de atração, uma difícil meta a ser alcançada e realimentada na complexa trama das relações humanas, sociais e eclesiais. A experiência cristã no que tem de mais genuíno é, fundamentalmente, uma experiência de comunhão, que mergulha suas raízes mais profundas na comunhão Trinitária, cuja expressão mais credível é o amor aos irmãos, particularmente aos pequenos e indefesos. A parábola do forasteiro e abandonado à margem da estrada, narrada por Jesus (Lc 10,25-37), é e será sempre um referencial questionador das nossas pretensões de ser, corporativamente, (como Igreja, como Vida Religiosa) seguidores e seguidoras de Jesus, uma parábola viva de comunhão e solidariedade.

De fato, o irmão vulnerável, mais frágil, mais indefeso e desprotegido, mais "ferido" pelos rigores de um sistema socioeconômico injusto e excludente, torna-

se, no mundo atual, a pedra de tropeço que põe à prova a nossa professada condição de artífices de comunhão e de fraternidade. Onde há excluídos — sejam quais forem os motivos da exclusão — a comunhão está ferida e quebrada, a experiência cristã está desafiada na sua própria identidade. Tudo isto contribui para fazer mais oportunos e proféticos os dois eventos prestes a serem celebrados.

A XIII Assembléia Geral da CLAR, reunindo religiosos e religiosas de todos os países latino-americanos e do Caribe, constitui, sem dúvida, um expressivo testemunho do potencial carismático-profético da comunhão, assumida e vivida em comunidades cujo eixo fulcral é o seguimento de Jesus e o referencial maior, o Reino. A reflexão e as deliberações desta Assembléia deverão centralizar-se nas mudanças por que passa o mundo de hoje, sob o domínio da globalização neoliberal, e a missão da Vida Religiosa nesse contexto, como sinal na tensão entre modernização e globalização.

O IX Encontro Intereclesial das CEBs, seguindo a tradição de mais de vinte anos, quer ser um amplo espaço de participação, de co-responsabilidade e de comunhão eclesial, de celebração e festa, congregando quase três mil representantes das cerca de setenta mil comunidades de todo o Brasil, bem como numerosos bispos e convidados, brasileiros e de outros países. A importância deste evento não precisa ser ressaltada. Impõe-se por si mesma, como

um novo marco de referência no processo histórico de ser Igreja a partir das bases pela ação do Espírito, no qual a comunhão é priorizada sobre os aspectos institucionais e onde fé e vida se articulam em profunda unidade.

A publicação, neste número de CONVERGÊNCIA, de textos relacionados com esses dois eventos, visa a motivar religiosas e religiosos a se interessarem mais de perto por eles e a se comprometerem com os novos passos da caminhada, os novos rumos e horizontes que, certamente, esses eventos suscitarão na Igreja e na Vida Religiosa, pela ação e animação do Espírito.

O texto da CLAR — *A Vida Religiosa na América Latina e na Caribe frente à mudança de época: ser sinal na tensão entre modernização e exclusão* — traça um quadro geral de referência para a Vida Religiosa no atual contexto socioeconômico, político, cultural e eclesial. A partir daí, procura iluminar a leitura teológica do momento histórico atual, aprofundando a temática da Apocalíptica bíblica, vista como o confronto entre um império orgulhoso e auto-suficiente e um “pequeno resto”, frágil, aparentemente vencido, que luta pela sobrevivência com dignidade e solidariedade. Dessa maneira o texto pretende suscitar o debate e ajudar a Vida Religiosa a ver com mais clareza sua presença e sua atuação numa sociedade trabalhada por profundas mudanças.

O artigo de Pedro A. Ribeiro de Oliveira — *A Problemática subjacente ao IX Encontro Intereclesial de CEBs* — faz uma interessante reflexão sobre as grandes coordenadas do Encontro, tratando de projetar luz sobre alguns dos subtemas a serem estudados durante o Intereclesial: — o catolicismo popular e a pastoral das massas; — a nova massa dos excluídos do

mercado; — povos indígenas: novos companheiros de luta. Segundo o autor, “o pão de trigo das culturas mediterrâneas e o pão de milho das culturas ameríndias não se excluem mutuamente. Ao contrário, o mundo realmente alternativo será aquele onde haja pães diversificados e para todos os povos”.

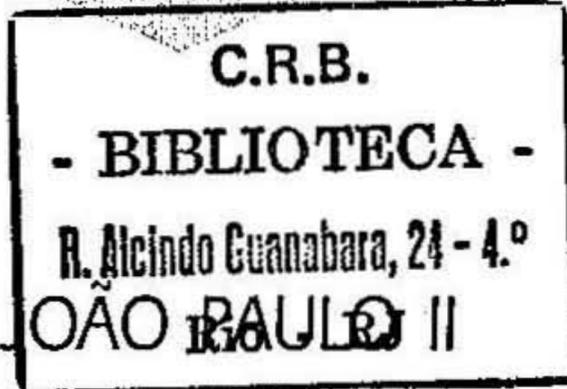
Na mesma perspectiva dos temas abordados pela CLAR e pelo Intereclesial das CEBs, situa-se o artigo — *Religião, Economia e Idolatria: Desafios para a Igreja no século XXI* —, de Jung Mo Sung, teólogo católico leigo. A partir de uma pertinente análise do sistema econômico vigente em nível mundial, o autor afirma que “a economia — uma instância da vida social que está se tornando quase onipresente no mundo de hoje — está sendo relacionada cada vez mais com a religião pelos próprios economistas e cientistas sociais” e coloca em destaque o desafio que tudo isto está significando para a Igreja neste final de milênio.

O texto de Inácio Neutzling e José Dari Krein — *A Mundialização do Capital e o Mundo do Trabalho (II): Os(as) Trabalhadores(as) Brasileiros(as) e a Inserção do Brasil na Mundialização do Capital* — constitui um excelente material para o conhecimento mais técnico e documentado da atual conjuntura internacional e nacional. O texto focaliza um dos aspectos mais cruciais do panorama econômico mundial hoje, ou seja, as condições de luta dos(as) trabalhadores(as) brasileiros(as) que decorrem da atual reestruturação e reorganização da economia capitalista mundial.

A Palavra do Papa este mês dirige-se especialmente aos sacerdotes, mas contém uma mensagem sobre o ministério presbiteral na Igreja que interessa a todos os cristãos e cristãs.

PALAVRA DO PAPA

EXTRAÍDO DA CARTA DO SANTO PADRE
AOS SACERDOTES POR OCASIÃO DA
QUINTA-FEIRA SANTA DE 1997



Queridos Sacerdotes

1. Dando continuidade à tradição de vos dirigir a palavra no dia em que vos reunis à volta do vosso Bispo, para comemorar festivamente a instituição do sacerdócio na Igreja, renovo em primeiro lugar os meus sentimentos de gratidão ao Senhor pelas celebrações jubilares que, nos dias 1 e 10 de novembro do ano passado, registraram a presença de tantos Irmãos Sacerdotes que vieram participar na minha alegria. Agradeço, de coração sincero, a todos!

Naqueles dias jubilares, todos sentimos de um modo particular a presença de Cristo Sumo Sacerdote, ao meditarmos estas palavras da Liturgia: "Eis o sumo sacerdote que, em seus dias, agradou a Deus e foi encontrado justo". *Ecce Sacerdos magnus*. Estas palavras aplicam-se no seu sentido mais pleno ao próprio Cristo. É Ele o Sumo Sacerdote da Nova e Eterna Aliança, o único Sacerdote, do qual todos nós, sacerdotes, recebemos a graça da vocação e do ministério.

2. Escrevo-vos esta carta, amados Irmãos, durante o primeiro ano de preparação próxima para o início do terceiro milênio: *Tertio millennio adveniente*. Na Carta Apostólica que inicia com estas palavras, pus em relevo o significado da passagem do segundo ao terceiro milênio depois do nascimento de Cristo, e determinei que os últimos três anos, anteriores ao 2000, fossem dedicados à Santíssima Trindade.

O primeiro ano, que inauguramos solenemente no primeiro domingo do advento passado, está centrado em Cristo. De fato, é Ele, o Filho eterno de Deus, feito homem e nascido da Virgem Maria, que nos conduz ao Pai. O próximo ano será dedicado ao Espírito Santo Paráclito, prometido aos Apóstolos por Cristo, no momento da Sua passagem deste mundo para o Pai. Por fim, o ano de 1999 será dedicado ao Pai, a quem o Filho nos quer conduzir no Espírito Santo, o Consolador.

Desejamos assim terminar o segundo milênio, elevando em uníssono um louvor à Santíssima Trindade. Ao longo deste itinerário, ecoará a trilogia de encíclicas que, por graça de Deus, me foi possível publicar no início do Pontificado: *Redemptor hominis*, *Dominum et vivificantem* e *Dives in misericordia*, que vos exorto, amados Irmãos, a meditar novamente durante o triênio. No nosso ministério, especialmente no serviço litúrgico, deve permanecer sempre viva a consciência de estarmos a caminho do Pai, guiados pelo Filho no Espírito Santo. Ajudam-nos a manter tal consciência as palavras com que terminamos cada oração: "Por nosso Senhor Jesus Cristo, vosso Filho, que é Deus convosco na unidade do Espírito Santo. Amém".

3. Esta invocação é tirada da Ladainha de Cristo Sacerdote e Vítima, que se rezava no Seminário de Cracóvia, no dia anterior ao da Ordenação sacerdotal. Quis co-

B
I
O
P
O
T
O
>
P
O
O

locá-la, em apêndice, no livro *Dom e Mistério*, publicado por ocasião das minhas Bodas de Ouro sacerdotais. Mas desejo pô-la em evidência também nesta carta, porque sinto que essa Ladainha ilustra, de forma particularmente rica e profunda, o sacerdócio de Cristo e a nossa ligação com ele. Baseia-se em textos da Sagrada Escritura, sobretudo na Carta aos Hebreus, mas não exclusivamente. Por exemplo, ao rezarmos: *Iesu, Sacerdos in aeternum secundum ordinem Melchisedech*, evocamos idealmente o texto veterotestamentário do Salmo 110/109. Sabemos o que significa, para Cristo, ser sacerdote à maneira de Melquisedeque. O Seu sacerdócio exprimiu-se na oferta do Seu próprio corpo, “feita uma vez para sempre” (Hb 10,10). Tendo-Se oferecido em sacrifício cruento na cruz, Ele próprio instituiu o “memorial” incruento do mesmo, para todos os tempos, sob as espécies do pão e do vinho. E, sob tais espécies, confiou este Seu Sacrifício à Igreja. E é assim que a Igreja – e nela cada sacerdote – celebra o único Sacrifício de Cristo.

Recordo os intensos sentimentos que despertaram em mim as palavras da consagração, quando as pronunciei, pela primeira vez, juntamente com o Bispo que acabava de me ordenar, e que repeti no dia seguinte durante a Santa Missa celebrada na Cripta de São Leonardo. E desde então, tantas e tantas vezes — é difícil contá-las — estas palavras sacramentais ressoaram nos meus lábios para, sob as espécies do pão e do vinho, tomarem presente Cristo no ato salvífico de oferecer-Se a Si próprio em Sacrifício na cruz.

Contemplemos juntos, uma vez mais, este mistério sublime. Jesus tomou o pão e deu-o aos Seus discípulos, dizendo: “Tomai, todos, e comei: isto é o meu Corpo...”. Depois tomou, em Suas mãos, o cálice que enchera de vinho, abençoou-o e deu-o aos Seus discípulos, dizendo: “Tomai, todos, e bebei: este é o cálice do Meu

Sangue, o Sangue da nova e eterna aliança, que será derramado por vós e por todos, para remissão dos pecados”. E acrescentou: “Fazei isto em memória de Mim”.

Como poderiam estas palavras maravilhosas deixar de ser o coração que faz pulsar cada vida sacerdotal? Todas as vezes que as repetimos, façamo-lo como se fosse a primeira! Esforcemo-nos, para que nunca sejam ditas por rotina. É que elas exprimem a concretização mais plena do nosso sacerdócio.

4. Ao celebrarmos o Sacrifício de Cristo, tenhamos sempre em mente estas palavras que encontramos na Carta aos Hebreus: “Cristo veio como Sumo Sacerdote dos bens futuros (...). Entrou uma só vez no Santo dos Santos, não com o sangue dos carneiros ou dos bezerros, mas com o Seu próprio sangue, tendo obtido uma redenção eterna. Porque, se o sangue dos carneiros e dos touros e a cinza da novilha, com que se aspergem os impuros, os santifica, quanto à pureza da carne, quanto mais o sangue de Cristo, que pelo Espírito Santo Se ofereceu a Si mesmo sem mácula a Deus, purificará a nossa consciência das obras mortas para servir o Deus vivo! Por isso, é o mediador duma Nova Aliança” (Hb 9,11-15).

Com os olhos da fé vemos tudo quanto nos fala a Carta aos Hebreus: Cristo que entra, no santuário eterno, com o Seu próprio sangue. Agora Ele, como Sacerdote consagrado eternamente pelo Pai “está sentado à direita da Majestade divina nas alturas” (cf. Hb 1,3). E lá intercede por nós como Mediador, para abrir o caminho de uma vida nova eterna. Ele ama-nos, tendo derramado o Seu sangue para lavar os nossos pecados. Entregou-Se a Si mesmo por nós.

5. Quinta-Feira Santa! Toda a Igreja se congrega em espírito, no Cenáculo, onde se reuniram os Apóstolos com Cristo para a Última Ceia. Releiamos, no Evangelho

de São João, as palavras pronunciadas por Cristo no discurso de despedida. Dentre as muitas riquezas desse texto, queria deter-me nesta frase que Jesus dirigiu aos Apóstolos: "Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida pelos seus amigos. Vós sereis Meus amigos, se fizerdes o que Eu vos mando. Já não vos chamo servos, porque o servo não sabe o que faz o seu senhor; chamei-vos amigos, porque tudo quanto ouvi de Meu Pai vo-lo dei a conhecer" (Jo 15,13-15).

"Amigos": assim tratou Jesus os Apóstolos. E do mesmo modo nos quer chamar também a nós que, graças ao sacramento da Ordem, somos participantes do Seu Sacerdócio. Ouçamos estas palavras com grande enternecimento e humildade. Elas contêm uma grande verdade: antes de mais, a verdade acerca da amizade, mas também a verdade sobre nós mesmos que participamos do sacerdócio de Cristo como ministros da Eucaristia. Podia Jesus porventura manifestar-nos a Sua amizade de modo mais eloqüente do que permitir-nos, como sacerdotes da Nova Aliança, de agir em Seu nome, *in persona Christi Capitis*? Ora, é isto mesmo que acontece em todo o nosso serviço sacerdotal, sempre que administramos os Sacramentos e especialmente quando celebramos a Eucaristia. Repetimos as palavras que Ele pronunciou sobre o pão e o vinho e, através do nosso ministério, realiza-se a mesma consagração por Ele realizada. Poderá haver uma prova de

amizade mais completa do que esta? E ela encontra-se mesmo no centro do nosso ministério Sacerdotal!

Cristo diz: "Não foste vós que Me escolhestes, fui Eu que vos escolhi e vos nomeei para irdes e dardes fruto, e o vosso fruto permanecer" (Jo 15,16). No final desta Carta, faço destas palavras os meus votos: no dia comemorativo da instituição do sacramento do sacerdócio, troquemos entre nós, amados irmãos, votos para que possamos ir e dar frutos, como os Apóstolos, e que o nosso fruto permaneça.

Maria, Mãe de Cristo Sumo e Eterno Sacerdote, sustente, com a Sua contínua proteção, os passos do nosso ministério, sobretudo quando o caminho se torna árduo e o cansaço se faz sentir mais pesadamente. A Virgem fiel interceda por nós junto de seu Filho a fim de que nunca desfaleça a coragem de O testemunharmos nos vários campos do nosso apostolado, colaborando com Ele para que o mundo tenha vida, e a tenha em abundância (cf. Jo 10,10).

Em nome de Cristo, e com profundo afeto, a todos vos abençôo.

Vaticano, 16 de março — quinto domingo da Quaresma — do ano de 1997, décimo nono de Pontificado.

Joannes Paulus II

1. VIDA COM DIGNIDADE

A caminho do novo milênio, somos desafiados a renovar e dinamizar a ação evangelizadora da Igreja comprometida com a transformação de nosso País e o surgimento de uma nova civilização que, cultivando a sobriedade e a partilha, respeite e valorize a vida, a grandeza e os limites da natureza.

Em cada geração, cabe à Igreja, fiéis e pastores, o dever de estar a serviço da vida em todas as dimensões de sua dignidade e etapas de seu desenvolvimento. Não podemos ficar indiferentes à marginalização de milhões de pessoas e a tantos crimes contra a vida, no Brasil e em outros recantos da Terra. Sem garantia da vida para os nascituros, condições básicas para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, valorização do trabalho humano e respeito aos idosos, nosso País não conhecerá a paz social.

Como Bispos e Pastores, reunidos em Assembléia Geral de nossa Conferência Episcopal, decidimos trazer de volta ao cenário político e à consciência da Nação os massacres ocorridos em Eldorado dos Carajás e Corumbiara. Estes não podem cair no esquecimento e seus autores permanecer acobertados ou beneficiados pela impunidade.

Mais uma vez clamamos em favor do reconhecimento, respeito e atendimento dos direitos e reivindicações dos povos indígenas. Da mesma forma, esperamos providências enérgicas e urgentes contra o trabalho escravo, em constante aumento em vários estados brasileiros. Preocupamos, outrossim, a proposta de legalização do

trabalho aos domingos, pois ocasionará maiores dificuldades e transtornos para a vida familiar, religiosa e comunitária e o justo lazer.

A aplicação de medidas previstas nas leis que regem o País fará cessar a atuação ilegal e criminosa de policiais, como foi demonstrado recentemente pelos Meios de Comunicação Social. Advertimos, porém, que a violência ultrapassa os limites das corporações policiais ou do comportamento da polícia. Discutindo a situação dos encarcerados, a Campanha da Fraternidade deste ano, entre outras coisas, ajudou-nos a perceber a difícil e urgente tarefa de buscar caminhos de superação da violência e de práticas e métodos de combate ao crime que brutalizam tanto os agentes da lei quanto aqueles que possam tê-la infringido. A Defensoria Pública deve oferecer aos presos serviços especiais que garantam seus direitos. Da mesma forma, não podem faltar programas de educação profissionalizante.

A violência que perpassa toda a organização social é, também, conseqüência da política econômica geradora de uma das maiores concentrações de renda do mundo. Enquanto milhões de famílias de trabalhadores são condenadas a sobreviver com um salário aviltante e injusto, governantes e outros altos servidores públicos decretam, em seu próprio favor, um teto salarial que é uma afronta à maioria do povo trabalhador.

Enraizado, profundamente, em nossa história, o quadro crônico de exclusão e de

miséria em que tentam sobreviver milhões de brasileiros, especialmente crianças, é hoje consequência direta da ordem econômica neoliberal que sobrepõe o lucro e o capital à pessoa humana, ao trabalho e ao bem comum. Descartando de forma impiedosa os mais fracos ou com menor capacidade de competição, impede o exercício da cidadania a milhões de indivíduos, provocando novas ondas migratórias dentro do próprio país e para o exterior e o acesso ao desenvolvimento a povos que jamais conheceram a emancipação econômica. Por isso, nossa consciência ética e cristã não pode aceitar a interpretação e os rumos dados pela economia neoliberal à globalização. O empobrecimento do povo não deve ser aceito como custo inevitável do desenvolvimento econômico.

Em países do Primeiro Mundo, os danos causados a grandes contingentes de trabalhadores pela nova ordem econômica internacional são atenuados pelas conquistas e garantias dos direitos sociais, como salário-desemprego e seguro social. Nem sempre, porém, os imigrantes estrangeiros gozam desses benefícios. Entre nós, além de insuficientes e precárias, as políticas sociais compensatórias têm sido afetadas pelos cortes orçamentários e outras medidas impostas pelo processo de saneamento da economia e estabilização da moeda.

Sem negar a importância e os benefícios de uma economia que não seja corroída pela inflação, não se percebem decisões políticas e planos de ação governamental destinados a reverter o quadro de exclusão. Enquanto mais da metade da população economicamente ativa, foi empurrada para a economia paralela ou sofre as amarguras do desemprego, assistimos a uma apropriação privada improdutiva e indevida de bens sociais, protegida pela imunidade ou impunidade, através de encaminhamentos escusos na aplicação das finanças públicas e no trato da dívida pública e de protecionismo ao setor financeiro com recursos dos fundos públicos.

É urgente a definição de novos modelos de desenvolvimento econômico. Contando com a adesão da opinião pública e o respaldo das novas leis do Imposto Territorial Rural e do Rito Sumário, um processo firme e amplo de democratização da terra através de Reforma Agrária e de Política Agrícola adequada, resultará em novas oportunidades de trabalho e de distribuição de renda, melhoria da qualidade de vida e efetivo combate à fome e à indigência.

A caminho de um novo milênio, reafirmamos a importância e a urgência de iniciativas e programas que resgatem a imensa dívida social de nosso País para com a maioria de nosso povo, visando à conquista da cidadania e à construção da democracia.

Cabe-nos a todos empreender uma ação sociotransformadora direcionada a toda a sociedade, mas com atenção prioritária aos mais pobres. Para tanto, será necessário definir uma agenda social com prioridades e metas concretas, de comum acordo estabelecida pelos Governos, em seus vários níveis e ramos, pela diversas instituições e organizações sociais, famílias e indivíduos. A título de sugestão, apresentamos três prioridades colhidas nas últimas Mensagens Quaresmais do Papa João Paulo II dirigidas à Igreja e a todas as pessoas de boa vontade: erradicação do analfabetismo, combate à fome e garantia de moradia. Exigências da justiça e da fraternidade, são graves problemas de nossa realidade.

Com fundamentos éticos, parcerias, ações descentralizadas e solidariedade, é possível uma transformação e reversão do quadro inaceitável de legiões de brasileiros sem teto, sem escola, sem saúde, sem alimento, sem trabalho e sem terra. A cidadania almejada se concretiza na conquista dos direitos civis, sociais, econômicos e políticos. Urgimos, pois, a implementação do Plano Nacional de Direitos Humanos

como preparação da celebração dos 500 anos da Descoberta do Brasil, a comemoração do cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 2000 anos do nascimento de Jesus. Pois o jubileu bíblico tem como objetivo o perdão das dívidas, a restituição da liberdade e a restauração do projeto inicial de um país onde todos possam viver com dignidade.

Comprometemo-nos a animar e articular melhor as Pastorais Sociais e outras iniciativas da ação social da Igreja em suas Comunidades em todo o território nacional. Estamos abertos a acolher e a promover parcerias com outras Igrejas, Religiões, instituições e organizações da sociedade civil e com os vários níveis de Governo.

Finalmente, reconhecemos que a participação nos Conselhos paritários e nos processos de elaboração e fiscalização das políticas públicas, especialmente através de orçamento participativo, tem se revelado

caminho de cidadania e de democracia em vários municípios brasileiros.

Caminhemos, pois, para um novo milênio de cidadania e democracia, de vida com dignidade, participação e corresponsabilidade de todos. Queremos um Brasil sem fome e sem violência, parceiro da construção de um mundo justo e solidário. Um olhar sobre a história revela que nosso povo caminha na esperança. Com prática constante e nova de acolhimento e solidariedade, dá testemunho de sua grande Fé no Deus Vivo.

A exemplo dos Apóstolos e com igual fervor, queremos proclamar que em Cristo Jesus fomos arrancados de toda a servidão e pecado (cf. Rm 5,1-11) e enriquecidos com toda sorte de bênçãos (cf. Ef 1,3).

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
35ª Assembléia Geral
Itaici, Indaiatuba-SP, 9 a 18 de abril de 97

2. O FOSSO SOCIAL NÃO É UMA FATALIDADE

Extraído do Encarte do Boletim da CNBB – 27/02/97

Os Bispos da França lançam um grito de alerta, por ocasião de sua Assembléia Geral, em novembro de 1996, publicando um documento: **“O fosso social não é uma fatalidade”**. Foi redigido pela comissão social presidida por Dom Alberto Rouet, bispo de Poitiers. Os Bispos se preocuparam com o agravamento da fratura social, denunciam as teses da extrema direita e o ultraliberalismo. Eis a íntegra desse documento que marcará época.

“Uma sociedade é julgada pela maneira de encarar os feridos da vida e pela atitude que adota a seu respeito” (João Paulo II, Tours, 21/09/96). Todos os dias, como Bispos, encontramos em nossas dioceses homens e mulheres que sofrem por sua situação econômica e social. Responsáveis

políticos, militantes de associações e organismos confessionais ou não falam-nos de sua inquietação. Aqueles e aquelas que se defrontam com esses problemas sociais muitas vezes não sabem mais o que fazer. Como celebrantes da Eucaristia, repartimos o Pão da Vida. Reunidos como irmãos amados pelo mesmo Pai, anunciamos o Reino que será terra de fraternidade. Toda forma de divisão entre as pessoas humanas é sentida como contrária à Eucaristia.

Um fosso que se cava silenciosamente

Cresce o distanciamento entre os que têm a possibilidade de se adaptar e de se beneficiar das evoluções e uma parte crescente da população cuja coesão social se

desfaz. Por conta disso, ela sofre precariedade e, muitas vezes, exclusão.

Esse fosso nos preocupa. Leva-nos a nos dirigir aos homens e mulheres de nosso país, em particular aos que têm influência sobre a vida de nossa sociedade.

Esse fosso separa cada vez mais aqueles que participam da construção do futuro de nossa sociedade daqueles que padecem por causa de sua condição. Afasta do funcionamento econômico e social aqueles que não mais participam de sua dinâmica. Põe de lado as pessoas que, marcadas por uma desvantagem, são marginalizadas: a vida os castiga cada vez mais. Viver em comum torna-se problemático.

Que uma sociedade atravessasse momentos difíceis, é inevitável. O que vemos na França não é diferente do que se passa em plano mundial. O crescimento tornou-se mais lento em nosso país, enquanto que muitas empresas lutam corajosamente para resistir. Ouve-se dizer que não há crise, trata-se apenas de um ajuste necessário a uma nova ordem socioeconômica. Tal discurso é, geralmente, mantido por aqueles que não são atingidos.

Torna-se insuportável ver crescer a separação entre os que essa evolução favorece e os que ela esmaga. Esse fosso interpela toda consciência atenta à dimensão humana da vida social. As pessoas e organismos que não se acomodam a ele e o combatem têm o nosso apoio e nosso incentivo.

Deus criou a terra para toda a humanidade. Esta confiança faz-nos vigilantes. Chama a um dever de discernimento e de interpelação em relação a toda organização econômica, a fim de avaliá-lo segundo o custo humano de seu andamento. Fala-se de "guerra econômica". Ela é pródiga em violência e em manifestações de poder contra muitos homens e mulheres. As dificuldades econômicas não são desculpas para tratar as pessoas humanas pior do que

os instrumentos de produção. É o cerne do ser que é atingido pelas disfunções sociais e econômicas. O indivíduo se encontra só, sem referências para construir sua personalidade. Aos que sofrem com essa exclusão, queremos assegurar nossa confiança e nossa esperança. Já constatamos sua vontade e sua capacidade de reagir.

Um fosso difícil de entender

Nunca nossa sociedade conheceu tantos planos, tantos modos de combate à exclusão. E esta não cessa de se estender. O fosso que se cava entre os beneficiários do crescimento e os que são excluídos dele perdura e se agrava apesar das muitas iniciativas para combatê-lo. É difícil de entender isso.

Para reintroduzir numa coesão social as vítimas das escolhas e do funcionamento dessa sociedade, questionamo-nos sobre os fundamentos implícitos e os princípios que regem sua organização:

1) Domina o pragmatismo que se atém ao imediato. Toma por realismo uma lei do mercado econômico obcecado por uma rentabilidade a curto prazo e, muitas vezes, sem moral. As finanças terminam por se voltar contra a economia. Torna-se "normal" pôr de lado as pessoas humanas. O esquecimento das conseqüências humanas relega à proteção pública ou à generosidade privada o cuidado dos que foram desprezados por uma corrente liberal apressada em se desfazer de obrigações sociais que julga abusivas.

É o que acontece com o desemprego. Apesar dos sucessivos planos e somas consideráveis destinados à indenizá-lo, a situação continua em declínio. Algumas famílias estão na 3ª geração de desempregados e jovens não conseguem fundar um lar. O trabalho se faz cada mais raro, o que aumenta a inquietação diante do futuro.

A desigualdade de rendimentos é apresentada como um estímulo ao aumento de

produção. Essa lógica exclui possibilidade para milhões de pessoas. As regras financeiras como as leis do mercado escapam a um domínio que alguns chegam a recusar. Disso resulta uma quase impossibilidade de falar de um projeto de sociedade. Onde vamos? Essa pergunta, hoje, parece utópica, senão mesmo incongruente.

2) O silêncio sobre um projeto de sociedade revela uma espécie de paralisia de todo o corpo social. Como dialogar com quem considera fatal essa situação? A vida política, tão indispensável a uma nação, trata diariamente de regulamentações cada vez mais complexas. O poder administrativo não seria capaz de substituir a responsabilidade política para dar um alento e uma esperança. Favorecer uma desregulamentação muito ampla aumentaria o sofrimento dos mais fracos. Mas, restituir à vida política sua responsabilidade e sua dignidade para criar uma comunidade, confere ao Estado uma real possibilidade de ação como a Igreja tem lembrado freqüentemente.

3) O agravamento do fosso social agrava o individualismo: este fere as pessoas incapazes de se defender, mas favorece os mais hábeis. Nessa distorção entre as situações, surgem como outros tantos sintomas, manifestações de violência, o desejo de cada um por si e a rejeição ao estrangeiro. Qualquer outra pessoa se torna uma concorrente: protegemo-nos contra ela, descarregamos nela todas as suspeitas... Assim, consolida-se uma exclusão, consequência da falta de projeto comum.

4) Uma sociedade fragilizada por más divisões torna-se mais vulnerável às dominações. Dominação de uma lógica econômica que procura um resultado rápido sem se inquietar com as consequências a longo prazo, marginalizando os que afasta do seu movimento. Dominação de procura da audiência que deturpa a informação, permitindo se fazerem ouvir os que têm acesso ao domínio da comunicação, mas enter-

rando os outros no mutismo. Dominação de teorias estreitas e sectárias que discriminam as pessoas humanas e insuflam a sede de violência. Sobre essas bases, ideologias fáceis podem fazer prevalecer suas ambições demagógicas. A desagregação social fragiliza a resistência ao inaceitável. É inaceitável o que fere a dignidade de uma pessoa humana.

5) O fosso social mutila aqueles que, para manter um emprego, submetem-se a ritmos de vida excessivos e, como já acontece, a condições de trabalho e de remuneração que tocam o limiar da injustiça. Mutila também aqueles que, submissos ao domínio do dinheiro, atentam contra sua humanidade. Fere ainda mais aqueles que, dispensados do emprego, julgam-se inúteis e são levados a consumir apenas as migalhas de um desenvolvimento que se faz sem eles. Em si, o progresso é cego, o lucro é neutro: são mecanismos. Alguns se apoderam deles. Muitos têm deles uma pequena parte. No domínio socioeconômico, melhores meios de análise e de conhecimento não trazem necessariamente maior capacidade de ação eficaz. Não podemos justificar nossa inação pela complexidade dos mecanismos. Tornadas rotineiras, essas desigualdades acabam por não mais chocar. Nossa sociedade se fragmenta em grupos que vivem paralelamente. Essas separações aumentam as desigualdades: os que são assistidos, vivem de recursos que a produção lhes escamoteia.

Uma sociedade para todos

É urgente voltar ao que é desejável para a pessoa humana. "É preciso encontrar novos modos de vida pessoais e coletivas que permitam superar as crises" (João Paulo II, em Tours).

1) É preciso ir juntos para além dos paliativos. Por mais necessário que seja o salário-desemprego, ele espera novos campos de trabalho. A lentidão para inventar

novas atividades provém do fato de que, na França, o reconhecimento social decorre, sobretudo, de um emprego bem definido. Deve ser desenvolvida uma outra concepção do trabalho para favorecer um avanço de mentalidades. Sem mais demora, mudaremos as mentalidades suscitando exemplo de fecundidade social, nas tarefas a serviço da qualidade da vida, na participação de cada um na construção comum da sociedade. Todos possuem potencialidade para participar da elaboração da sociedade em que vive.

2) Sustentar essas ações criadoras leva ao questionamento sobre a partilha. Grande acúmulo, vantagens diversas, hábitos entram uma reflexão sobre a participação nos lucros do trabalho. Será impossível progredir enquanto não for abordada a questão central, a da participação nos lucros. É preciso que reaprendamos uma certa temperança comum a fim de repartir as vantagens do progresso. Sem regulamentação, o progresso aliena.

3) Para quem vai o dinheiro? Quem se aproveita dele? A própria idéia de um controle parece inconveniente, mas haverá justiça sem um direito de controle? Sem esse direito de controle, favorecemos a corrupção e a perversão da vida democrática. Muito dinheiro escapa a toda finalidade humana. Diante da miséria, os padres dos primeiros séculos da Igreja anunciavam corajosamente que existe um limite para o gozo privado dos bens. Sem reflexão sobre o destino do dinheiro, não se produzirá modificação alguma de rendimento no trabalho que produz esse dinheiro. Criar bens não é um objetivo suficiente. Trata-se de construir uma vida comum,

livre dos grupos de pressão. Reafirmamos aqui a importância dos corpos intermediários para estruturar uma sociedade. Temos aí longo trabalho a perseguir sem tréguas. Carente desta visão respeitosa de cada pessoa, nossa sociedade reduz as pessoas humanas à luta pela sobrevivência: aparece o trabalho informal, desenvolve-se o comércio ilegal e um ser acuado cede à violência.

A prioridade da pessoa humana

Hoje, como ontem, umas coisas vão bem, outras vão mal. Permanecer nessa dupla visão faz crer num equilíbrio. Faz passar por aceitável o que não passa de uma média aparentemente normal. Disfarça a distância que separa as pessoas. Ao invés de escolher uma visão otimista e uma visão pessimista, preferimos ser, com outros, testemunhas lúcidas da diferença crescente das condições de existência.

Reduzir as desigualdades sociais não é tarefa apenas de meios técnicos, mas de inteligência e de coração. Todos aqueles e aquelas que colocam o sentido da pessoa humana como objetivo primeiro de sua ação o sabem. Homens e mulheres em diferentes responsabilidades, não se resignam a considerar o fosso social como uma fatalidade. Nossa sociedade perderá uma parte de seus valores se, juntos, não dermos prioridade à pessoa, com a dimensão de sua vida comunitária. Honrar nosso patrimônio é encontrar a razão profunda de sua existência: a vida da pessoa humana, digna e livre.

Tradução da Professora Eneida Campos
Revista La Vie, 14 a 20/11/96.

A VIDA RELIGIOSA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE ANTE A MUDANÇA DE ÉPOCA: SER SINAL NA TENSÃO ENTRE MODERNIZAÇÃO E EXCLUSÃO*

INTRODUÇÃO

O tema da XIII Assembléia Geral da CLAR quer chamar a atenção crítica da Vida Religiosa da América Latina e do Caribe, para a mudança de época pela qual passa a história da humanidade.

A Vida Religiosa latino-americana e caribenha não poderia deixar de ser fortemente interrogada a respeito do que está acontecendo em nosso Continente. Essas grandes mudanças significam um momento de crises e são, à luz da fé, também um tempo de graça, como chamado de Deus a que revisemos nossa prática. A literatura apocalíptica do Antigo e Novo Testamento (Daniel, Apocalipse) pode iluminar a leitura teológica deste momento histórico. O tema do Apocalipse é o confronto entre um império orgulhoso e auto-suficiente e um “pequeno resto” frágil, ameaçado, aparentemente vencido, que luta pela sobrevivência com dignidade e em solidariedade. A mensagem do Apocalipse é dar nova esperança às Igrejas desanimadas, fracas, amedrontadas. Paradoxalmente para

a “sabedoria humana”, o “pequeno resto” sabe que a vitória será da Mulher, do Menino (Ap 12), o Cordeiro Imolado (Ap 4), e não do Império gerador de morte, por mais que, neste momento, seu poder pareça absoluto.

Nossa Assembléia Geral tem objetivos precisos, aos quais este texto pretende ser uma espécie de introdução. A Assembléia se propõe a analisar a mudança do mundo, da América Latina e do Caribe diante da tensão entre a *modernização neoliberal*, que é a porta de entrada da nova cultura e a chave de leitura do que está acontecendo de positivo e negativo, e a real exclusão que sua implantação determina no seio de uma sociedade historicamente injusta e dividida. Quer dizer: queremos compreender o fenômeno atual de mudança dos paradigmas econômicos, políticos e socioculturais, do ponto de vista daqueles que não participam do banquete festivo. Essa compreensão do nosso tempo se estenderá às crises e descobrirá a graça que é este momento verdadeiramente novo, no qual o Senhor nos chama a segui-lo fielmente.

* Texto introdutório à XIII Assembléia Geral da Confederação Latino-Americana de Religiosos (CLAR), a ser celebrada em Lima — Peru, 12 a 21 de junho de 1997.

A XIII Assembléia quer ajudar a Vida Religiosa a fazer esse balanço crítico e evangélico para poder “pensar e impulsionar a presença e o compromisso da Vida Religiosa nesta hora da América Latina e do Caribe”, à luz do carisma que o Senhor nos deu na Igreja e no mundo.

I. UM QUADRO GERAL DE REFERÊNCIA PARA A VIDA RELIGIOSA

Primeiramente situaremos a Vida Religiosa no grande quadro histórico-cultural das três últimas décadas (ponto I). Esse quadro será útil para que possamos entender os cenários econômico (ponto II), político-cultural (ponto III), eclesiástico (ponto IV) e da Vida Religiosa (ponto V).

Na década de 1960 a Igreja no Vaticano II (GS) se abriu para a modernidade, a 1ª Ilustração, que há séculos havia irrompido na sociedade. Esta cultura moderna em sua versão da 1ª Ilustração se caracteriza por sua consciência histórica, seu caráter racional e funcional, pela afirmação da autonomia da liberdade e de todas as esferas humanas, por seu sentido secular, crítico, frente à esfera religiosa e ao cristianismo em particular. O centro da cidade moderna não é a catedral e sim o supermercado (shopping center). A modernidade desenvolve a subjetividade do indivíduo que vive massificado e anônimo no meio das grandes cidades, tentado pelo consumismo e pela permissividade moral que lhe é apresentada pelos meios de comunicação social.

Na década de 70-80, a Igreja da América Latina se abriu em Medellín aos pobres, à justiça, à chamada 2ª Ilustração. Surge a opção pelos pobres, a necessidade de mudanças de estruturas, o compromisso pela liberdade, com todos os riscos inerentes à utilização de elementos da socio-

logia (sobretudo marxista) e com todos seus aspectos positivos: nasce uma Igreja a partir dos pobres, com uma teologia libertadora, uma leitura popular da Bíblia, nascem as CEBs, ocorre um êxodo da Vida Religiosa do mundo rico até inserir-se nos setores populares, com um compromisso pela vida do povo.

Na década de 1990, temos um novo cenário. Das entranhas da modernidade nasce a pós-modernidade, cujas características são uma resistência radical ao projeto da modernidade baseado no progresso sem limites e na liberdade, que produziu efeitos contrários tanto no mundo capitalista da 1ª Ilustração (Parque dos Dinossauros e seu símbolo) como no mundo socialista da 2ª Ilustração (o arquipélago de Gulag). O terceiro mundo, cada dia mais empobrecido, é a vítima desta modernidade.

A pós-modernidade critica as utopias (de direita e de esquerda) e os grandes conceitos da modernidade (Razão, Progresso, Revolução, Liberdade, História...) e prefere desfrutar do presente, gozar da experiência imediata, em meio de um pluralismo de valores, com uma ética provisória e contextualizada a cada momento, com um pensamento fraco e maleável (light), num individualismo narcisista, sem compromissos duradouros, senão, em tudo mais, com compromissos passageiros.

Juntam-se a estes questionamentos mais teóricos, uma série de fatos como a queda do socialismo, a derrota de governos de esquerdas, sem alternativas políticas, o triunfo do neoliberalismo, a sensação de que chegamos ao “final da história” (F. Fukuyama), o crepúsculo da razão e a explosão do sentimento, o “boom” do esoterismo, do mistério, das seitas e a nebulosidade esotérica da Nova Era, o retorno de Deus e do sagrado, com uma religião de livre escolha e uma crise das grandes instituições religiosas.

II. CENÁRIO ECONÔMICO: A GLOBALIZAÇÃO

Na atual conjuntura nada pode ser discutido sem levar em consideração os fatos macroeconômicos, macropolíticos e macrosocioculturais do *capitalismo* em sua fase *neoliberal* mais avançada que se traduz em uma sociedade e uma economia que se modernizam de maneira cada vez mais excludente, passando por cima da natureza plurirracial e pluricultural da América Latina e do Caribe, agravando a miséria estrutural de nossos povos.

São muitas as evidências de como esse processo afeta as classes médias e favorece uma acumulação sem precedentes da riqueza produzida. No outro extremo, a pobreza dilata e faz uma chaga aberta em nossas grandes cidades. Esse quadro generalizado deveria, naturalmente, ser matizado e visto país por país.

O que será indicado em seguida são os *novos* aspectos da atual globalização. A globalização da economia e da política, a imposição unilateral de padrões culturais não é uma invenção do neoliberalismo. Não são as sociedades latino-americanas e caribenhas fruto da globalização colonial do século XVI? A globalização, atualmente em curso, apresenta alterações. A elas dirigiremos nossa atenção.

Cenários da economia de mercado globalizado

Alguns traços gerais

A *rapidez* com que se expande e se impõe a globalização resulta sempre em desvantagem para as economias mais frágeis.

A *intensidade* que o impacto desse processo (a globalização e a mobilidade do mercado) tem sobre os países subdesenvolvidos, cujas economias são radi-

calmente fragmentadas ou submetidas às necessidades de uma nova ordem mundial.

As características de *abarcар tudo ao máximo*: não há, praticamente, comunidades, grupos, instituições ou países que escapem das garras deste processo econômico de várias facetas.

A *independência* de qualquer controle de que goza a expansão neoliberal. A economia não obedece a normas e nem limites de nenhuma organização (tipo ONU, Banco Mundial, GATT). Escapa igualmente dos dispositivos de defesa criados pelas economias nacionais. Sob este ponto de vista é não-ético, ilegal e sem limite jurídico.

Efeitos deste processo sobre os países pobres

Primeiramente o problema das famosas *dívidas externas e internas*, com seu desastroso papel de monopolizadoras permanentes da riqueza produzida pelas economias menores.

As economias locais *perdem suas raízes*. Suas áreas e mecanismos de organização, suas tecnologias e modos de produção próprios, seus mercados, são "*descharacterizados*" pela imposição de necessidades e mecanismos externos de consumo.

Os índices de *urbanização* crescem desproporcionalmente sem infra-estrutura para a administração dos problemas provocados pelas migrações internas. O resultado é o aumento da miséria e da violência nas grandes metrópoles. É o caso alarmante das megalópoles latino-americanas.

A *nova acumulação típica* da atual fase do capitalismo não é só do capital e dos bens de produção. É de tal forma ampla que vai abarcando todos os processos, campos produtivos e mudanças simbólicas. O que não se enquadra aí dentro é eliminado. O máximo que se permite é a função auxiliar.

O *empobrecimento* real dos países, setores e grupos não enquadrados no processo é uma consequência quase necessária. Aparentemente as economias da África, América Latina e Ásia não têm como apresentar uma proposta econômica e política capaz de abrir alternativas reais para o que está acontecendo em escala mundial.

Na economia de mercado e consumo *não há lugar para todos*. Em consequência da modernização do parque de produção, o desempenho generalizado aparece como elemento lógico do próprio modelo; ao mesmo tempo, o não poder consumir exacerba as frustrações e aspirações dos grupos excluídos, em especial da juventude sem nenhuma perspectiva em relação ao futuro.

Há uma *ausência da democracia participativa*. No primeiro mundo ela se manifesta como desinteresse pelo sociopolítico; na América Latina se revela na aparente paralisia dos movimentos populares e na debilidade dos partidos e tendências políticas.

Especificação dos novos mecanismos da economia

Embora seja prematuro fazer um balanço conclusivo a respeito do neoliberalismo, sem dúvida, urge perceber, de maneira crítica, o que está atrás do sistema que parece impor-se como único a toda economia mundial.

A *inovação tecnológica* passou a ser determinante para a produção, tornando obsoletas as fábricas, máquinas e métodos administrativos vigentes até há pouco tempo. Hoje o *conhecimento* que vai decidir o amanhã está concentrado nas mãos de umas poucas corporações. O valor da "riqueza" do ex-terceiro mundo (as matérias-primas e a mão-de-obra abundante) está totalmente desvalorizado.

Concomitantemente e, em parte, em consequência do avanço tecnológico aplicado, o *dinheiro* (o capital) adquiriu uma estranha autonomia em relação à produção da riqueza e à política. Há uma *transnacionalização* definida mais pelo fluxo do capital do que pela produção e comercialização dos bens e serviços. A economia mundial é regida mais pela especulação do que pelos governos e organismos internacionais.

Estamos, assim, diante de um *novo poder supranacional*, interessado em ganhar imediatamente, sem compromissos em relação a critérios sociais, éticos e jurídicos. É claro que tudo isto depende quase que inteiramente da lógica interna (da ideologia) do próprio mercado de capitais com seus mecanismos políticos de sustentação.

A economia neoliberal exige *flexibilização e globalização* dos atores econômicos e adaptação constante do aparato produtivo à inovação constante. A informática permite decisões e negócios rapidíssimos, e leva a um aumento e sofisticação da competência com possibilidade de lucros cada vez maiores. Tudo se torna mais volátil, arriscado e competitivo em um mercado globalizado e tecnificado. Também o Estado tem que flexibilizar-se, reduzindo sua lista de funcionários e promovendo a desburocratização e descentralização administrativa. Isso significa maior grau de liberdade para os atores econômicos, especialmente os privados.

É aqui onde se inscreve o descompromisso do Estado em relação com o social, necessário para o capitalismo avançado. É algo mais sério do que uma redução de recursos para a área social; é o abandono dos pobres à sua própria sorte.

Os sindicatos que antes eram tidos como o "quarto poder", se enfraquecem e perdem suas características de quase um século. O que interessa são os resultados

B
I
O
U
S
S
E
S
E
P
T
E
M
B
R
O

("sindicalismo de resultados"). Garantir o emprego, ainda mais que o salário e outras vantagens adquiridas, passa a ser uma bandeira em setores importantes da economia, uma vez que a modernização parece trazer consigo o fantasma do desemprego. A necessidade da *reciclagem profissional permanente* é outro aspecto que assusta e torna instável o mercado de trabalho.

Os partidos e movimentos políticos são obrigados a rever suas propostas e discursos. Há uma *desideologização da política* e do tema cultural em geral. Passou a época dos grandes "relatos", das utopias e discursos ideológicos. O que dá resultado é o que interessa. A ênfase no que é subjetivo, pequeno e "meu" predomina sobre os outros aspectos e interesses do tipo coletivo. Há um enfraquecimento das tendências e dos partidos políticos. A distinção entre direita e esquerda torna-se sem sentido e o que continua sendo fundamental é o campo socioeconômico. Nas campanhas políticas, por exemplo, o discurso dos grupos e candidatos da direita se aproxima cada vez mais daqueles de centro-esquerda. É difícil para o povo entender o que a esquerda tem de diferente como proposta. A direita se apresenta segura do que propõe, enquanto as esquerdas, inseguras pelo enfraquecimento do socialismo real, não sabem como chegar a propostas alternativas possíveis. Só existe lugar para um certo reformismo social de tipo um tanto assistencialista. Situação muito distante da vivida nos anos 70 e 80, quando a certeza da possibilidade e da inevitável mudança social revolucionária, mais ou menos socialista, parecia constituir a situação dominante.

Todos esses aspectos de natureza econômica têm, naturalmente, reflexo direto no comportamento cultural, ético e religioso, pois a cultura está situada no centro da experiência humana coletiva.

III. CENÁRIOS NO CAMPO POLÍTICO-CULTURAL E SOCIAL

Quadro Geral

A nova situação cultural-religiosa pode ser descrita assim:

O desaparecimento dos grandes projetos humanistas corresponde à *exclusão do humano*. Pela primeira vez na história da humanidade, a mão-de-obra humana já não é um fator preponderante do sistema. Com sua alta tecnologia e uma mão-de-obra reduzidíssima e muito especializada, o neoliberalismo coloca no lixo da exclusão grandes maiorias do planeta. Esta sociedade onde o fator humano se vê reduzido ao papel de assistido, no melhor dos casos, ou esquecido, na maioria dos casos, põe fim a todas as instâncias democráticas reais conquistadas pelas massas ao longo deste século. Hoje, estas massas se encontram em uma verdadeira orfandade desprotegida em patamares político, social, cultural, econômico etc.

A modernidade produziu uma *sociedade pluralista* que exige uma diferenciação dos diversos campos do saber; a religião deixou de ser a última instância. A teologia e a própria palavra da Igreja perderam audiência. Não chegam mais, de maneira convincente, aos grupos sociais e às pessoas.

A consciência da *pluralidade religiosa* se ampliou e a consciência da diversidade parece debilitar a fé e gerar a indiferença religiosa.

Dentro de uma *cultura secular*, o simbolismo religioso não tem o mesmo tipo de presença que antes. Como transmitir a fé sem o respaldo de um contexto social? A assimilação dos dados da fé passa, com isto, a ser mais pessoal.

O *individualismo* coloca como referência o indivíduo e a sua satisfação. Essa referência seleciona os valores que satisfazem ao indivíduo, provocando uma adesão parcial à doutrina e à ética.

A modernidade também separa a esfera privada da esfera pública; tanto a *religião* como a *família* caem na *esfera privada*. Em uma sociedade onde o econômico é o valor supremo, a religião institucionalizada é relegada e se torna algo distante e, também, "exótico".

Especificações do quadro geral

A queda do muro de Berlim decretou, simbolicamente, a *falência das grandes ideologias*. Há um fastio no que diz respeito aos grandes discursos e teorias. Há dúvidas quanto sua validade e viabilidade. Ao mesmo tempo, sente-se o vazio das utopias. O campo de ação parece restringir-se a pequenas práticas.

A *secularização* está longe de ser um tema superado. O tema da indiferença religiosa, do ateísmo, do agnosticismo é cada vez mais atual. A lógica que preside quase tudo na vida "pública" continua, cada vez mais, desacreditada. Torna-se pluralista. Os *meios de comunicação de massa*, em especial a televisão que a tudo transforma em show e emoção, usando inclusive, linguagem e recursos religiosos, são seus grandes aliados. É difícil para a Igreja entrar com sua mensagem neste ambiente cultural difundido pelos meios de comunicação de massa.

Ademais, a Igreja Católica enquanto instituição vem perdendo sua *influência social*, em virtude das mudanças profundas que estão ocorrendo na sociedade moderna. O que não significa que ela não tenha uma importante função a cumprir nas transformações que estão acontecendo. Esse processo toca fortemente a Vida Religiosa que herdamos do passado e da

primeira metade do século atual, período no qual a Vida Religiosa "importada" da Europa foi o principal agente formador da rede de obras que deu à Igreja um papel preponderante no campo social.

Paralelamente existe uma *recuperação da mística* e da *demanda religiosa*. As massas populares são influenciadas, principalmente, pelos novos movimentos religiosos e pelas religiões de origem local, como a afro-americana. A classe média se orienta mais por movimentos religiosos provenientes do Japão e Índia, quase sempre via Estados Unidos. Estes movimentos neo-religiosos são, fundamentalmente, cosmopolitas e se conformam em alimentar demandas do mercado religioso mundial. A religiosidade do tipo esotérico que aparece em quase todas as classes está orientada à perfeição do "eu" e à satisfação das necessidades subjetivas, de fundo emocional, da pessoa e do pequeno grupo de iniciados. O interesse pelos terríveis problemas sociais dos países pobres é pouco, além disso, ignoram a origem de seu processo cultural. À dura realidade dos pobres, esses movimentos, inclusive os de origem cristã, respondem com propostas intimistas.

Há, aparentemente, *um recesso da sociedade civil organizada*. Na América Latina, os movimentos sociais de origem popular são os mais atingidos. Estão perdendo a capacidade de união e sua força de base. Os *meios de comunicação de massa* passam a pontificar, definindo o verdadeiro e o falso para a opinião pública. Os outros discursos e relatos (dos partidos, sindicatos, igrejas) interessam menos, a não ser que coincidam com as demandas do público massificado. Interessam os "resultados" e não os objetivos do processo. Há um reduzido espaço social para a ética e os valores.

O desamparo das *classes médias* na atual conjuntura parece abrir uma nova possibilidade de aliança entre os grupos

populares e esses segmentos das classes médias insatisfeitas e em busca. Como as obras dos(as) Religiosos(as), em sua maioria, estão vinculadas às classes médias, a dinamização da presença social dessas classes é um tema que questiona à Vida Religiosa.

Há sintomas do *retorno ao conservadorismo* e da *involução* de vários tipos. No plano mundial ou nacional surgem manifestações de sectarismo, fundamentalismo e nacionalismo mais ou menos exacerbado.

Existe uma preocupante *despolitização* e *indiferença* na maioria dos ambientes, especialmente no meio jovem.

Ainda, não se valoriza adequadamente a importância da promoção da *mulher* na sociedade e na cultura. É mais que um feito social, econômico e cultural. Pode trazer consigo uma mudança qualitativa no projeto humano como um todo, alterando um produto até agora determinado unilateralmente pelo patriarcado.

A *opressão das culturas fortes* sobre as econômica e politicamente mais frágeis (indígenas, afro-americanas e outras minorias) é um dado real que deve preocupar a todos que se interessam em defender o que a humanidade tem de mais rico: a biodiversidade humana. As culturas latino-americanas sentem a pressão da neocultura urbana mundializada e tentam resistir.

A *informática* e a *telemática* estão trazendo uma revolução muito mais profunda do que, talvez, estamos imaginando, e isto, também, no campo da cultura. Repercutirá no processo da informação, do conhecimento, da capacitação para o trabalho e modificará a convivência social (família, escola...).

A grande conjuntura deste fim de século está marcada por uma dialética entre a vida e a morte. O mais dramático é que, pela primeira vez na história da humanida-

de, existem recursos reais para dar combate direto à pobreza, ao analfabetismo, à saúde, ao subdesenvolvimento etc., com pleno respeito às necessidades, aos direitos e aos modos de ser de cada povo e cultura.

Como os discípulos que iam de Jerusalém a Emaús, nós, diante dessa imagem, temos que falar, em voz alta, de nossas decepções e de nossas certezas. É preciso tomar posição e dizer quais são as razões de nossa esperança.

IV. CENÁRIOS NO CAMPO RELIGIOSO E ECLESIASTICO

A Igreja do pós-concílio viveu tempos de grande vitalidade e fidelidade criativa, que gerou entusiasmo e esperança. Surgiram novas iniciativas evangelizadoras. Um novo empenho eclesial era percebido em todas as partes.

Passados trinta anos do Vaticano II, aquela geração de Bispos, Teólogos, Religiosos(as) e Leigos, está chegando ao seu fim.

Hoje se sente uma *certa insegurança interna, ou talvez, mal-estar*. O que acontecerá? Perguntam muitos. Não estamos vivendo um tempo de *transição*? O mesmo Papa vem fazendo um diagnóstico da situação (na *Redemptoris Missio*, por exemplo) e indicando com valentia as metas a serem perseguidas na mudança de século (por exemplo com a *Tertio Millennio Adveniente*).

Não é arriscado afirmar que certas posições e propostas "*neoconservadoras*" parecem estar prevalecendo efetivamente, dada a estrutura altamente centralizada das decisões relativas ao futuro imediato da Igreja. Mas existe, todavia, uma tensão criativa e um clamor. Em alguns dos mais recentes textos pontifícios, as propostas são alentadoras, pois analisam a situação

presente lançando perguntas que abrem novas possibilidades para a Igreja de amanhã. Porém há dúvidas quanto a capacidade dos atuais quadros de direção para levar adiante as propostas abertas, contidas nos referidos textos. O discurso está aberto; porém a prática será provavelmente silenciada, suspeitam muito dos mais críticos. Qual a razão? A resposta seria esta: Os quadros de direção da Igreja, tal como foram formados, serão capazes de responder, com fidelidade criativa, às tendências e desafios do complexo mundo que nos foi destinado para viver? Esta é a pergunta-chave. Há indícios desalentadores que nos fazem prever um avanço na linha do caminho feito nos últimos trinta anos. Apesar de certos desacertos e ainda possíveis erros — que haveremos de discerni-los bem e corrigi-los fraternalmente — não se pode retroceder no caminho percorrido; mais ainda: é preciso continuar com criatividade e esperança.

As seitas e os novos movimentos religiosos avançaram e não só do ponto de vista quantitativo. O *quadro religioso do mundo* vai continuar mudando nas próximas décadas. A América Latina começa a deixar de ser, majoritariamente, católica. Porém, será, nos próximos vinte ou trinta anos, quase a metade dos católicos do mundo. No plano mais social e político embora seja muito forte a influência da hierarquia, não é difícil constatar uma progressiva perda da influência em quase todos os continentes. As opiniões formais dos Bispos e Sacerdotes, por exemplo, já não têm o mesmo peso em uma sociedade pluralista, mas democrática.

O discurso oficial fala do “*protagonismo dos leigos*”. Na prática, o clericalismo das estruturas e das mentalidades se revela tenaz. Os *movimentos de leigos* que mais falam internamente na Igreja são predominantemente de índole conservadora, pietista, e paradoxalmente “*clericais*”. Alguns destes grupos (caso da Renovação Caris-

mática) têm uma forte dimensão missionária e estão interessados no uso direto dos modernos meios de comunicação. Outros se restringem mais ao ambiente cálido dos seus piedosos grupos internos.

O *retrocesso na participação social das bases* reflete-se diretamente sobre as Comunidades Eclesiais de Base e nas Pastoris Específicas. Isto em um momento no qual a construção da cidadania se torna uma prioridade fundamental. O cansaço das bases se faz sentir também no Clero e na Vida Religiosa. Há uma certa perplexidade nestes ambientes. A reação ou tentação mais imediata é a do pietismo.

A América Latina e o Caribe mostram, ao mesmo tempo, *algumas experiências reveladoras de vitalidade apostólica*. Existem programas e iniciativas lúcidas e com muita valentia. Sem dúvida, o jubileu do ano 2000, proposto por João Paulo II, está nesta direção. A ação missionária mais além das fronteiras da Igreja latino-americana é outro feito promissor. Os atuais projetos de evangelização propostos pelo CELAM são um passo à frente. O caráter evangelizador ou missionário é a tônica, é uma clara demonstração de que a Igreja percebe a nova situação religiosa existente no mundo. Busca-se sair de um trabalho apenas “*pastoral*” pensado para a “*conservação*” dos que vêm à Igreja, para oferecer outro anúncio e testemunho no contexto da modernidade e junto aos que estão distantes da Igreja dos praticantes.

V. CENÁRIOS DA VIDA RELIGIOSA

Reafirmação das convicções mais profundas

A Vida Religiosa nesta nova época, antes de tudo, tem que voltar às suas raízes e recuperar sua identidade, reafirmando suas convicções mais profundas. Enumeremos algumas delas:

Centralidade do seguimento de Jesus de Nazaré e do compromisso de prosseguir seu projeto do Reino; isto forma parte do coração da Vida Religiosa. Este seguimento é pascal, passa pela Cruz, pela ressurreição e caminha até o Pai com a força e a presença do Espírito. Caminhamos em Jesus em direção ao horizonte do Reino, mesmo que tenham caído algumas utopias históricas.

A opção pelos pobres necessita seguir adiante, pois está estritamente ligada à missão e ao projeto de Jesus e à sua prática concreta. Porém deve ser reformulada num momento em que os pobres são os excluídos e a exclusão abrange grandes camadas sociais. Os pobres, por outro lado, estão se adaptando, muitas vezes, às práticas neoliberais, às vezes, com criatividade, outras vezes assimilando os dogmas neoliberais, ou ainda, gerando forte resistência. A opção pelos pobres necessita ser reafirmada, aprofundada e atualizada. A inserção continua sendo uma forma privilegiada, embora não a única, de expressar a opção pelos pobres.

Revitalização da experiência espiritual, experiência de escutar a Palavra, de oração, de liturgia comunitária, de momentos de silêncio e contemplação, de gratuidade, onde a centralidade de Jesus e a opção pelos pobres se enlaçam e unificam no Espírito.

Vivência de comunhão, com o mistério Trinitário do Pai por Cristo, no Espírito, comunhão eclesial no seio de uma Igreja de comunhão, comunhão fraterna no seio da comunidade religiosa, comunhão com a Igreja local e a Igreja universal, comunhão com as demais congregações religiosas (intercongregacionalidade), comunhão com os leigos, comunhão com todo o Povo de Deus, em especial com os pobres, comunhão com toda a criação e com todas as pessoas de boa vontade que trabalham pela justiça, pela paz e pela preservação da criação.

Novos desafios

Junto à afirmação daqueles princípios que marcam a identidade da Vida Religiosa, nos sentimos abertos aos novos desafios de hoje. Enumeremos alguns deles:

- a proposta da *mulher* e do feminismo;
- a proposta da inserção nas *culturas*, inculturação;
- a proposta de uma maior inserção nas *igrejas locais*;
- a proposta de uma nova colaboração com os *leigos*;
- a proposta do *diálogo* ecumênico e inter-religioso;
- a proposta de responder ao mundo dos *jovens* e a seus desafios;
- a proposta de manter na Igreja e na sociedade a referência concreta à *utopia* Reino;
- a proposta de ser geradores de *esperança* para um povo cansado e desencantado;
- a proposta de ser, na própria vida pessoal e comunitária, uma *alternativa* a uma sociedade dividida e separada pelo ódio;
- a proposta de reformular a *formação* inicial e permanente da Vida Religiosa à nova época;
- a proposta de ser, enfim, missionários nos *novos tempos* que surgem em nossa sociedade.

VI. RUMO A UMA NOVA ECLESIALIDADE

Rumo a uma nova integração

Em suas origens patrísticas, a experiência cristã tinha um caráter integrador. Assim os grandes teólogos eram simultaneamente contemplativos e pastores. A fonte de seu conhecimento era a mística e seu terreno de expressão a catequese, na maioria litúrgica.

Porém na Igreja latina, esta unidade cristã se perdeu rapidamente. Com o nascimento das universidades e mais tarde das ordens apostólicas, a experiência foi-se fragmentando e especializando: a contemplação para os monges, a teologia para os estudiosos e eruditos e o querigma para os pastores.

Esta ruptura da unidade espiritual empobreceu drasticamente os três campos. Com efeito, a mística sem a teologia e a preocupação pelo anúncio se reduziu a um pietismo sentimental sem objetivo. A Teologia está submergida em uma lógica fechada e abstrata. A Pastoral ficou reduzida a uma transmissão escolar de dogmas e de normas. A consequência desta ruptura foi um afastamento da história humana e da vida.

O Vaticano II tentou reconciliar as três instâncias da experiência cristã, reconciliando-se com a história e com a vida. Porém, não conseguiu superar a fragmentação dos discursos católicos.

A teologia latino-americana melhor posicionada, se apresenta como uma nova espiritualidade. Trata-se do que é chamado uma entrada pascal na história.

Partindo de uma contemplação dos rostos de Jesus na vida dos pobres do continente, arrisca um compromisso concreto com eles na aventura de sua libertação. A dimensão querigmática entende-se como um caminhar com o povo sofrido junto com Jesus que ilumina seu êxodo.

O discurso teológico é visto como a sistematização desta dupla experiência (contemplativa e peregrina) para iluminar e encorajar a fé, a esperança e o amor do povo cristão em marcha.

Porém, a conjuntura conflitiva intra-ecclesial e a extrema complexidade do mundo dos pobres (violência, injustiça, contradições, resistência, medos etc.) não permitiram levar esta tarefa a sua plenitude.

Novos caminhos eclesiais

É o que nos cabe realizar regressando à fonte espiritual, comunitária e histórica da experiência cristã para propor uma nova eclesialidade da qual possa brotar, num segundo tempo, uma palavra digna de crédito neste mundo concreto. Esboçemos, rapidamente alguns traços desta nova maneira de fazer Igreja.

Igreja como trama

Abandonando a visão de uma Igreja "diante do mundo", voltemos à visão de uma Igreja que vai tecendo sua própria identidade junto com o mundo, sendo a trama de um só desenho, que é a história humana.

Nesta visão há que se privilegiar a lista de reconciliação da Igreja. O desafio é oferecer ao mundo um foro de debate, de reconciliação e de elaboração de um projeto de sociedade. Isto supõe propor, desinteressadamente, a riqueza da experiência espiritual, comunitária e histórica da Igreja para forjar juntos, com nossas diversidades, um mundo humano.

Esta atitude humilde e aberta está a par com uma autocompreensão da Igreja como alma do mundo, segundo a bela expressão da Carta a Diogneto. Frente às tentações de nossos contemporâneos de buscar compensações pseudo-religiosas diante da dureza da sociedade, nossa presença deve ser como a alma que unifica, dá sentido à vida, mobiliza, de maneira invisível, a esperança do mundo. Não somos censores, somos motores do mundo. Esta vocação poderemos assumi-la através de diversas encarnações comunitárias na história:

Cultura: Entrar em diálogo humilde e serviçal com as culturas, colocando-nos dentro delas, a serviço de sua própria tomada da palavra.

Superar o complexo de oposição: Para isso é necessário cancelar a atitude de

oposição à modernidade e ao mundo que nos causa obsessão. Não somos “do” mundo, mas devemos estar “no” mundo para “amar” ao mundo. E este nosso mundo ao que temos que servir amorosamente é a sociedade pecadora e sofredora, a qual descrevemos acima.

Uma nova função ética: Ser trama e alma de um mundo que exclui o ser humano, pressupõe uma opção, uma luta e uma palavra ética a partir das vítimas de um sistema imoral. Mas esta postura ética exige implicar-nos na novidade do momento com seus desafios inéditos e não contentar-nos em repetir um discurso moral não compreensível e descompromissado com as novas realidades (bioética, ecologia, surgimento do eu, questões do gênero, nova compreensão do corpo, nova configuração social e política etc.).

Uma nova função querigmática: Na Igreja trama/alma do mundo, é preciso deixar em segundo plano o discurso abstrato. O testemunho de vida é fonte de um anúncio implícito que saberá dar razão explícita de sua esperança. Como no Evangelho, trata-se de entrar nas casas, de permanecer nelas e de entregar-nos mutuamente à paz com infinito respeito.

Uma nova função profética: Assim, a partir dos excluídos, ser profetas no duplo sentido da palavra: denunciadores dos pecados deste mundo desumano (função crítica) e testemunhas da esperança neste mesmo mundo (função utópica). Porém este duplo profetismo presume, primeiro, uma ruptura de nossas próprias ligações e cumplicidades com este pecado neoliberal ao que, com demasiada facilidade, nos acomodamos.

A mística como intérprete das funções eclesiais

Esta opção trama/alma nos leva, necessariamente a um maior silêncio. É o tempo

da mística e só nela encontraremos o verdadeiro ponto de integração das diferentes dimensões da nova eclesialidade.

É o tempo de Jesus Cristo. Trata-se de voltar a ele e de retrair uma mística cristocêntrica pela oração, a vida comum fraterna e a serviço do outro, especialmente do mais pobre.

É tempo de uma reconciliação mística com a história. Devemos estar à escuta e em busca ativa destas múltiplas faces de Deus escondidas em nossa história. Trata-se de sermos exploradores das luzes perdidas nas trevas e que estas não podem apagar, para desentranhá-las e desfrutar delas.

Finalmente, é urgente um reencontro com o mundo simbólico. Trata-se de reanimar uma experiência poética do mundo e seu mistério para redinamizar a relação com o cosmos, a relação com o outro (gênero, cultura, diálogo entre raças, espécies, religiões, Igreja etc.), a relação com Deus. É preciso revitalizar a vocação divinizadora da humanidade que é responsabilidade da Igreja, segundo a terminologia oriental.

Por onde caminhar?

Isto é o que estudará a XIII Assembléia. Depois de analisar as mudanças de época, de refletir, teologicamente, e definir o novo cenário, tratar de buscar caminhos para seguir sendo sinal profético de esperança na realidade da América Latina. É um caminho de conversão e de busca da face ressuscitada do Senhor que está escondida no rosto desfigurado daqueles que o sistema neoliberal engana e oprime. Deste discernimento resultarão as linhas de inspiração e os projetos que a CLAR proporá para o triênio 1997-2000. O Plano Global dos Religiosos e Religiosas da América Latina e do Caribe até o ano jubilar, deverá ser um caminho de compromisso e de comunhão com o que propõe o Santo Padre a toda a Igreja.

É necessário aceitar os novos elementos que a pós-modernidade oferece. Enumeremos alguns deles:

- Não se vive só de pão, vive-se, também, de flores, estética, de cultura: “*se tens duas moedas, gasta uma com o pão e a outra com flores*” (provérbio chinês);
- recuperar as dimensões da cultura e da religiosidade, da festa, da gratuidade, da experiência religiosa, de mistério, de transcendência;
- recuperar o sentido do corpo, da sexualidade, da felicidade e do prazer, do cosmos, da ecologia, do holístico;
- aceitar as diferentes faces que surgem entre os pobres: mulheres, jovens, meninos, anciãos, índios, afro-americanos, enfermos, drogados, alcoólatras;
- superar o risco de um messianismo, de sabor milenar, voluntarista e ético, típico dos anos 70-80;
- recuperar a dimensão do Espírito, sem o qual todos os compromissos e opções se tornam legalismo voluntarista;
- passar do Êxodo ao Exílio, quer dizer, de uma situação onde se percebe, de maneira clara, o objetivo a ser alcançado (terra prometida) e a estratégia (sair do Egito e cruzar o Mar Vermelho), a uma situação de impotência generalizada, no meio de uma cultura e um império todo poderoso, sem alternativas claras, sem líderes (exílio); não obstante o exílio é tempo de purificação, de esperança, de profecia, de espiritualidade;
- passar da grande Liberação às pequenas liberdades do cotidiano, à profecia de Elias junto a viúva de Sarapeta: um pouco de azeite e um pouco de farinha, passar dos grandes gestos proféticos (Amós) à profecia da vida diária (Oséas e sabedorias), sem perder de vista a grande utopia do Reino;
- passar de “ir à montanha” (revolução) ou do entrar no “mercado” (neoliberalismo) ao ir à “casa do povo”, ao coti-

diano, onde o povo vive sua esperança e sua vida;

- da estratégia do maior (mudança total de estruturas, revolução total, tomada do poder...) à estratégia do pequeno (CEBs, grupos civis de mulheres, de jovens, de direitos humanos, cooperativas...) formando uma rede de conexão intergrupar;
- dos ideais de Zebedeu (querer estar nos primeiros postos) à parábola do fermento e da semente: um pouco que fermenta toda a massa, lentamente.

Uma nova experiência e pedagogia espiritual

Não é possível entrar em uma nova época a partir de uma espiritualidade que não esteja em sintonia com esta época.

Isto implica em que toda a experiência religiosa e espiritual, os votos e a vida comunitária estejam articuladas, levando em conta o novo paradigma moderno e pós-moderno.

Uma Vida Religiosa que expresse sua vida espiritual nos moldes pré-conciliares se torna incapaz de responder às ameaças de hoje e, naturalmente, de atrair as novas gerações muito sensíveis a estes paradigmas.

Porém, tudo isto implica, por sua vez, uma grande capacidade de discernimento evangélico para aceitar o bom e rechaçar o negativo de todo o novo. A título de exemplo, propomos alguns pontos a serem revistos:

- Não considerar os votos como negação das aspirações humanas, e sim como uma resposta válida às aspirações mais profundas da humanidade, mas uma chave evangélica e religiosa: abertura do coração a todos, sobretudo os mais necessitados; solidariedade no compartilhar os bens e opção pelos pobres; busca constante e comunitária da vontade de Deus.

- Recuperar a dimensão da festa, sem perder o compromisso, nem reduzir o compromisso a um contrato temporal; reconciliar-se com o corpo e a sexualidade, sem perder o espírito e o sentido de transcendência; unir o sentir com o pensar, superando todo o frio racionalismo.
- Aceitar o rendimento e a eficácia do trabalho sem perder a gratuidade; promover o diálogo, superando tanto a intolerância quanto o relativismo do “tudo é igual”, “vale tudo”; viver o permanente e o transcendente em meio do ef mero de cada dia; revalorizar a experiência religiosa sem cair no extremo de um antiintelectualismo.
- Redescobrir a teologia negativa sobre o Mistério de Deus, para superar toda aproxima o superficial e meramente racional diante de Deus: os conceitos criam ídolos, s  a contempla o pode captar algo do mistério, dizem os Padres da Igreja do Oriente; e Santo Agostinho afirma que, sem compreendermos o Mistério de Deus, não conhecemos a Deus.
- Abrir-se   incultura o e ao diálogo religioso sem perder a op o pela justiça e pelos pobres, hoje mais urgente do que nunca.
- Esta nova experiência espiritual deverá marcar tanto a forma o inicial, quanto a permanente e todo o processo da vida comunitária.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. O texto afirma que vivemos uma mudança de época e analisa as principais coordenadas dessa mudança. Como se manifesta no contexto em que sua comunidade está situada? Assinalem duas ou três características principais dessa mudança.
2. Qual o impacto que esta nova situa o está causando na vida dos pobres? Indiquem duas ou três situa es que considerem mais importantes neste aspecto.
3. A Igreja e a Vida Religiosa, em seu contexto, estão assinalando o que se passa em nível sociopolítico, econômico e cultural? Com quais instrumentos? Indiquem dois ou três fatores que facilitam tal análise e dois ou três fatores que mais a dificultam.
4. Como, na nova situa o de incerteza e perplexidade, a Igreja e a Vida Religiosa d o continuidade, revisam, renovam e aprofundam a op o pelos pobres e o compromisso solidário com as vítimas do neoliberalismo? Enumerem dois ou três exemplos concretos destes propósitos.

A PROBLEMÁTICA SUBJACENTE AO 9º ENCONTRO INTERECLESIAL DE CEBS

Pedro A. Ribeiro de Oliveira
ISER-Assessoria / ICHL-UFJF

O Planeta Terra nos chama, a todos e todas, para construir um novo projeto de vida "pensando globalmente e agindo localmente".

Após intenso período de preparação, com encontros locais, diocesanos, estaduais e regionais, de 15 a 19 de julho reúnem-se em São Luís do Maranhão quase três mil pessoas ligadas às comunidades eclesiais de base — CEBS. São elas representantes das cerca de 70.000 comunidades espalhadas pelas periferias, roças, vilas e cidades de todo o Brasil, bem como bispos e agentes de pastoral, assessores e membros de equipes de serviço e convidados daqui e do Exterior.

A importância global desse encontro dificilmente poderia ser avaliada, tantas são as dimensões que ele implica. Num artigo recente¹ abordei a questão a partir da es-

trutura peculiar das CEBS como *nova forma de ser Igreja*: sua estrutura em *rede de comunidades* que, articulando-se entre si sem dar origem a uma instância de coordenação, pautam-se pelo conceito neotestamentário de *caminhada*. Tal estrutura requer um momento periódico de encontro no qual as diferentes linhas de pensamento e ação sejam mutuamente confrontadas, resultando numa espécie de sínodo que, despojado de qualquer valor jurídico, legitima o consenso nascido do diálogo igualitário, participativo e responsável entre igrejas locais.

No presente artigo deixo na sombra a dimensão estrutural, para focar a problemática subjacente ao tema "CEBs e Massas". Para isso, tomo como fio condutor o encadeamento livre de três dos subtemas a serem trabalhados durante o Encontro. Abstenho-me de reproduzir aqui o que já está no seu texto-base² (leitura indispensável para quem exerce uma pastoral de linha libertadora) e passo a desenvolver livremente uma reflexão sociológica sobre alguns dos problemas em pauta no 9º Intereclesial.

1. Cf. P. A. RIBEIRO DE OLIVEIRA. CEBS a caminho de seu 9º encontro intereclesial, *Vida Pastoral*, nov/dez. 96, p. 25-28.

2. Cf. SECRETARIADO DE CEBS. *CEBs: vida e esperança nas massas*. São Paulo, Editora Salesiana Dom Bosco, 1996.

O CATOLICISMO POPULAR DESAFIANDO A PASTORAL DE MASSAS

Não é de hoje que o catolicismo popular é visto como um problema para a Igreja católica. Admitindo um caminho alternativo de salvação (pode-se ganhar o céu sem a mediação dos Sacramentos desde que se conte com a valiosa intercessão dos Santos), ele favorece o pertencimento eclesial de pessoas cuja vinculação institucional é mínima: a massa de *não-praticantes*. Tolerando em seu seio o catolicismo popular para o qual “minha reza vale tanto quanto sua Missa”, a Igreja católica consegue manter o grande número de seus adeptos mas sem poder exigir deles a desejada fidelidade à doutrina e à moral oficiais. Deve-se observar, contudo, que esse incômodo arranjo entre o catolicismo oficial e o popular é de fato um problema mais de natureza teológica do que pastoral: a convivência com o catolicismo popular representa uma solução prática para uma Igreja que quer ser de todos e por isso tolera pacientemente crenças e práticas resultantes da “ignorância religiosa do povo” tendo em vista a salvação das almas.

Assim sendo, o catolicismo popular não é verdadeiramente problema pastoral para uma igreja massiva. Embora criticando o que chamam de superstições populares, a hierarquia e o clero aprenderam a conviver com a massa de católicos não-praticantes, atendendo-a em suas necessidades sacramentais (batismo sem muitas formalidades, uma catequese pouco exigente, e *páscoas coletivas* que bem substituíam as antigas desobrigas rurais). Nas festas e celebrações importantes, a massa concorre à

igreja e o padre a acolhe como bom pastor que vê voltar a ovelha transviada; em compensação, quando o clero quer pressionar o poder público, convoca essa mesma massa sob o emblema da tradição católica e ela responde positivamente. Basta pensar nos Congressos Eucarísticos que abalaram o preceito constitucional de separação entre Igreja e Estado na República Velha (com seus hinos marcados pelo nacionalismo católico de tipo “quem não tem fé brasileiro não é”), a consagração do Brasil a Nossa Senhora Aparecida logo após o triunfo da Aliança Liberal, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade antecendendo e preparando o golpe militar de 1964, ou a visita do Papa ajudando a desgastar o Regime de Segurança Nacional em 1981.

Já numa perspectiva pastoral *libertadora*, esse arranjo pastoral torna-se inadmissível. Fundada na experiência de comunidades cujos membros devem ser pessoas *conscientizadas*, repugna à pastoral libertadora a inclusão de quem não se alinha com o catolicismo *de libertação* centrado na adesão pessoal e comunitária do Cristo que se revela na Bíblia. Daí sua tendência ao *monolitismo* pastoral e sua dificuldade em lidar com a massa de católicos não-praticantes. Mesmo igrejas particulares bem inculturadas e inseridas na vida do povo distanciam-se da massa para não terem de fazer concessões que reputam inaceitáveis em termos éticos ou religiosos.³ Na sua perspectiva, mais vale ter comunidades pequenas mas firmes na *caminhada* do que voltar a ser uma igreja sacramentalizadora para atender à massa.

Neste contexto a relação entre comunidade e massa torna-se um problema pro-

3. Bom exemplo é a Prelazia de São Félix do Araguaia que prefere ser uma “igreja de poucos” a transigir em seu compromisso com a opção pelos pobres e assim conquistar o apoio das elites e do “povão”. Para uma análise, cf. P. A. RIBEIRO DE OLIVEIRA. *Reforçando a rede de uma igreja missionária*. São Paulo, Paulinas, 1997.

priamente pastoral: será o destino das CEBs só constituírem pequenos grupos de pessoas *engajadas*, conforme um modelo eclesiológico mais próximo ao rigorismo protestante do que à largueza católica?⁴ Embora haja quem pensa assim, não é esta a intuição mais forte nas CEBs. O próprio lema do 9º Encontro — "CEBs: vida e esperança nas massas" — indica o desejo de estabelecer com a grande massa de não-praticantes uma nova relação pastoral. Não se trata de reproduzir a pastoral *populista* até hoje vigente na Igreja (onde o clero, controlando os significantes religiosos mantém a massa sob sua tutela), mas de inventar uma relação de teor *libertador* entre as CEBs e o "povão católico".

Para aquilatar a dificuldade dessa nova relação pastoral entre CEB e massa, é preciso ter em mente que o aparecimento das CEBs representa uma ruptura com o catolicismo popular (notadamente em sua forma privatizada). Ruptura percebida por muitos membros de CEBs como uma conversão: "antes, eu não era de nada: rezava, ia à igreja de vez em quando, mas não era verdadeiro cristão". A consequência dessa ruptura é que quem não fez o mesmo caminho é visto como não-cristão, ainda que seja católico. Não é sem razão que muitos observadores comparam as CEBs a certas Igrejas Evangélicas: em ambas a radicalidade religiosa opera um corte com o catolicismo de massa presente na cultura popular.

Aí aparece a contradição entre a catolicidade da Igreja e a radicalidade do Evangelho que ela prega. Sua natureza católica a impulsiona à universalidade que abarca todo tipo de pessoas, santos e pecadores (aliás, parece que ela lida melhor com os pecadores do que com os santos e santas), de modo a sempre alargar os limites im-

postos pelo pequeno número e pela uniformidade. Nesta perspectiva, toda comunidade eclesial deveria ser capaz de integrar também os católicos que pensam e agem de maneira diferente de seus animadores e animadoras; mas não é isso o que mais freqüentemente acontece. Muitas comunidades têm marginalizado quem não se alinha a elas. É verdade que raríssimos são os casos de exclusão dos sacramentos (o *jeitinho* vigora até nas CEBs...), mas o certo é que têm pouca tolerância para com as práticas do catolicismo popular e nenhuma comunidade vê isso como um ponto positivo. Daí por que as CEBs querem hoje superar a atual etapa de ruptura e inaugurar uma nova etapa de aproximação com o "povão católico".

No enfrentamento dessa questão um dado sociológico merece ser analisado: mesmo as CEBs melhor equipadas sob o ponto de vista pastoral têm um raio de alcance limitado na grande massa católica. Ao se formarem, elas conhecem um momento de crescimento em termos numéricos que parece esgotar-se quando elas atingem — na melhor das hipóteses — 20 a 30% da população católica. A partir daí é inútil persistir no trabalho de trazer mais gente para a comunidade: quem tinha que vir, já veio. Predomina então nas CEBs o discurso queixoso que culpa quem "não quer nada, não é de nada", muito semelhante ao que se ouvia (de fato ainda se ouve) nas missas de domingo. Esse momento torna-se claro quando a CEB esbarra em seus limites estruturais: ela não está equipada para ser uma organização de massa como é a paróquia, cuja estrutura diversificada pode acolher toda população católica expandindo quase ilimitadamente seus grupos, associações, movimentos e capelas. Sua estrutura apresenta um baixo

4. Esta é a questão colocada por Paulo Fernando C. ANDRADE em seu capítulo do livro de *ISER-Assessoria: As comunidades de base em questão*. São Paulo, Paulinas, 1997.

ponto de saturação: comporta certa diversidade, mas exige de seus grupos um grau de entrosamento quase impossível quando ultrapassa um certo número.

Consciente de seus limites estruturais, a CEB torna-se capaz de inventar uma nova forma de relação com a massa não-praticante: trata-se agora de criar laços de identificação entre elas, e não mais de trazer a massa para dentro da comunidade. Sob este ponto de vista, a CEB assemelha-se a certas *organizações de massa* onde os adeptos em grande número (v. g. a categoria profissional para o sindicato, os simpatizantes para o partido) identificam-se com a organização através de *militantes* que os representam atuando como núcleo dirigente. Um sindicato ou partido raramente congrega entre seus *militantes* mais do que 10 a 15% dos sindicalizados ou afiliados. Estes, contudo, não estão marginalizados ou excluídos: mesmo participando apenas esporadicamente (numa grande manifestação, greve ou campanha eleitoral) eles constituem a base sem a qual o sindicato ou o partido careceria de toda força de mobilização popular. O elo entre o núcleo *militante* e as bases reside na confiança que estas depositam nele porque se identificam como partes distintas de uma mesma organização.

Aqui reside a chave do sucesso do trabalho de massas, inclusive para a atividade pastoral: criar e manter laços de identidade e confiança que vinculem a grande massa dos *simpatizantes* ao pequeno número de *militantes*. No caso em pauta, trata-se de fazer da CEB uma comunidade eclesial tanto para os católicos não-praticantes quanto para seus animadores e animadoras. Para isso é indispensável a acolhida do catolicismo popular nas CEBs, e isso não se dá sem problemas. Sem incorrer no *populismo* pastoral que tudo tolera desde que o povo venha encher a igreja, nem no *basismo* que indiscriminadamente valoriza tudo o que vem do povo, é preci-

so retomar o catolicismo popular como tradição religiosa que se reinventa em novos contextos. Enquanto tradição, ele assegura a identidade católica que faz a massa perceber nele a mesma expressão religiosa e a mesma igreja de nossos pais e avós. Enquanto criação popular, ele incorpora a experiência das novas condições de existência do povo nas periferias urbanas e até mesmo nos sertões hoje atingidos pela modernidade do mercado e da *midia*, reinventando tradições para mantê-las vivas.

Se as CEBs conseguirem fazer essa síntese criadora (e não uma simples conciliação entre seu catolicismo *libertador* e a tradição religiosa popular), elas darão um grande passo para se tornarem efetivamente uma *nova forma de ser igreja católica*. O sinal desse passo será quando a massa de católicos não-praticantes puder dizer da CEB: "aquela é a minha comunidade; não participo e pouco freqüento porque sou mesmo relapso, mas o pessoal que ali está garante a vitalidade da minha igreja, tanto assim que de vez em quando eu procuro dar uma mãozinha".

Refletindo sobre as muitas experiências de encontros e desencontros entre o núcleo de animação da CEB e o povo católico adjacente, o 9º Encontro Intereclesial está buscando encaminhamentos pastorais para o trabalho libertador com a massa de católicos não-praticantes. Mas esta é apenas uma face do problema; outra face é a pastoral libertadora de massas agora entendidas não como católicos afastados, mas como o conjunto não-organizado dos pobres: as massas no sentido sócio-político-econômico. É o que examinaremos a seguir.

A NOVA MASSA DOS EXCLUÍDOS DO MERCADO

Ao tomar o problema das massas como tema principal do Encontro, as CEBs queriam trazer sua resposta concreta ao desa-

fio lançado pela CNBB, quando a Campanha da Fraternidade de 95 colocou na agenda pastoral o problema da exclusão. Num primeiro momento, "excluído" foi tratado como nova expressão para falar do "pobre", "rejeitado" ou "marginalizado", até que a reflexão ajudou-nos a desvendar a especificidade da exclusão social em nossos dias, quando a massa dos excluídos tornou-se "massa sobranete". Examinemos então o problema colocado por essa nova forma de exclusão e o encaminhamento que o Movimento Popular hoje lhe dá.⁵

Já não é de hoje que o problema da pobreza vem atormentando a Humanidade, mas só neste século ela ganhou consciência de sua capacidade para resolvê-lo. Desde o final da II Guerra Mundial, dois grandes modelos político-econômicos se apresentavam como solução à pobreza mundial: o capitalismo do mercado, fonte da riqueza do *primeiro* mundo, e o socialismo do Estado planejador, responsável pela pujança militar e pela supressão da pobreza no *segundo* mundo. Naquele contexto marcado pela *guerra fria* entre o mundo capitalista e o mundo socialista, a solução do problema da pobreza do *terceiro mundo* parecia estar equacionado: tratava-se de optar politicamente por um daqueles modelos e adaptá-lo às particularidades de cada país, de modo a desenvolver seu potencial e assim operar sua plena integração internacional.

A dissolução da URSS, em 1991, implodiu o paradigma do confronto entre capitalismo e socialismo que marcou o "breve século XX",⁶ deixando em seu lugar o paradigma do mercado total. A mundialização do mercado é o fato maior deste final de milênio, fazendo ceder as

fronteiras nacionais à força de empresas transnacionais. O processo de interpene-tração da produção, comercialização, financiamento e pesquisa, baseado no enorme avanço tecnológico das telecomunicações, dos transportes e da informática, fez emergir uma nova classe social também transnacional: uma ampla e diversificada burguesia mundial cuja nacionalidade conta cada vez menos, porque sua cultura é global. O neoliberalismo, sua expressão ideológica, difunde-se por toda parte, decretando o fim das utopias e afirmando que fora do mercado não há salvação.

Esta realidade nos fez tomar consciência de que o sistema de mercado hoje mundializado tornou-se estruturalmente excludente. Acabou-se o sonho da sociedade de consumo que por 30 anos embalou o mundo. Devido à crise energética e à limitação dos recursos naturais do Planeta, não é mais possível eliminar a pobreza tornando todos os seres humanos produtores e consumidores de mercadorias. É preciso limitar o consumo, já que os recursos naturais não permitem oferecer a 5,5 bilhões de pessoas um padrão de *primeiro mundo*. Só uma parte da humanidade cabe no grande sistema econômico mundial: 80%? 60%? 40%? Ou menos do que isso? Ninguém sabe ainda estimar quanta gente ficará dentro e quanta será excluída do sistema. O certo é que para participar do mercado é necessário ter rendimentos anuais equivalentes a pelo menos US\$15,000. E isso não é para todos. "Massa sobranete", *pária* sem função num sistema que pode perfeitamente funcionar sem ela, essa grande quantidade de excluídos do mercado é o maior desafio à vida no Planeta, pois a eclosão da violência entre os povos e a

5. Desenvolvi esse tema em: Mercado, exclusão e marginalização: desafios ao Cristianismo. *Grande Sinal*. 1995/6, p. 700-706.

6. A este respeito, recomendo a magnífica análise de E. HOBSBAWM: *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

irreversibilidade do desequilíbrio ecológico podem levar à sua destruição.

Diante desse quadro, as potências econômicas (o Banco Mundial, representantes do G-7 e o FMI) reunidas em Washington chegaram a um consenso sobre a integração das economias periféricas. Trata-se do programa global de *ajustes estruturais* aplicado aos países da periferia como condição de participação no sistema mundial do mercado. Suas 3 etapas podem ser descritas por uma analogia geográfica: a *plântula da estabilidade* (combate à inflação, equilíbrio financeiro e eliminação do déficit público), o *vale de lágrimas* (ajustes econômicos e políticos, desregulamentação, abolição de monopólios estatais e reservas de mercados, privatizações, tudo isso provocando recessão e desemprego) e a *montanha da prosperidade* (maciços investimentos externos num mercado aberto à exportação e importação).

Para as populações periféricas que não conseguem atrair capital suficiente para sua integração no mercado mundial, os grandes do mundo oferecem apenas projetos assistenciais que reduzam o número de pobres (intensificando o controle de natalidade) e os mantenham no seu local de origem, evitando assim o incômodo da imigração, do tráfico de drogas e da violência não-institucionalizada. (Essa política explica o atual prestígio das igrejas e ONGs despolitizadas, cujas atividades assistenciais ou promocionais funcionam como mecanismos de controle sobre as populações excluídas do mercado). Para os descontentes com tal política, os Estados reservam as forças armadas, que os imobilizam por meio da repressão e do terrorismo preventivo.

A aplicação desse programa ao Brasil foi imposta a FHC quando ministro da

fazenda do Governo Itamar Franco, como penhor para renegociação da dívida externa. Até agora seu êxito reduz-se à estabilidade monetária. E isto não se realizou por um golpe de mágica, pois em dois anos e meio já custou ao Brasil um endividamento maior do que o do *milagre econômico* realizado durante o regime militar nos anos 64-74.⁷ Amparado pela ideologia neoliberal e a estabilidade monetária, o governo FHC abandonou qualquer veleidade de ser agente de desenvolvimento nacional e busca a todo custo a integração da economia brasileira no mercado mundial. FHC certamente não ignora que essa integração é para relativamente poucos (50 milhões de brasileiros) e que para os demais o Estado só pode oferecer, na melhor das hipóteses, cesta básica, SUS e cacete para quem reclamar.

Diante do neoliberalismo triunfante, há quem continue insistindo na defesa do projeto de desenvolvimento nacional e quem, tendo reconhecido sua derrota histórica, busca um novo paradigma pensando numa economia planetária. A novidade deste pensamento reside na *inversão* dos termos do problema: o contrário de exclusão não é a inclusão da periferia no *primeiro mundo* mas a planetarização do estilo de vida austero e solidário do *terceiro mundo*, visando a realização de um mundo alternativo. Rejeitando a idéia de que a integração no mercado possa resolver o problema da pobreza, esta corrente se coloca na periferia do sistema e assume a perspectiva dos excluídos, para propor um paradigma político e econômico subordinado ao respeito à ecologia e à humanidade.

Vivemos, pois, uma conjuntura marcada pelo embate entre projetos políticos originários de diferentes processos históricos.

7. O "Plano Real" baseia-se no alongamento do prazo de pagamento da dívida externa, que em 1995 montava a US\$160 bilhões (com um serviço de US\$21 bilhões) e na elevação da dívida pública, que desde seu início até final de 1996 já tinha crescido R\$120 bilhões (e consumiu R\$28 bilhões em juros só em 1996).

Se as elites dominantes impõem a integração do Brasil no *primeiro mundo*, alguns de seus setores, mesmo tendo impregnado seu discurso de modernidade neoliberal, não arredam o pé de sua ideologia de raízes escravistas. Na oposição encontram-se as forças populares oriundas do ciclo nacional-desenvolvimentista inaugurado em 1930 e implodido pela mundialização do mercado após ter-se esgotado na década de 1980. O projeto da cidadania nacional que as norteou vem hoje perdendo o fôlego histórico por não conseguir apresentar propostas credíveis para fazer face ao neoliberalismo triunfante. Mas de seus escombros e da luta dos excluídos por uma sociedade alternativa está sendo gerado o novo projeto que, unindo os ideais de democracia, ecologia e paz, ganha as feições de um projeto verdadeiramente planetário.

Nesse confuso embate não há neutralidade possível: ou as forças sociais — entre as quais estão as Igrejas cristãs — alinham-se com o sistema de mercado, vencedor da *guerra fria*, ou com as massas por ele excluídas. Aqui coloca-se o desafio enfrentado pelo Movimento Popular, pelas ONGs e pelas CEBs: que papéis lhes cabem na realidade do mundo atual, dominado pelo mercado como instituição total?

As forças populares, entre as quais estão as CEBs, empenham-se na construção de um projeto alternativo capaz de fazer face ao programa de *ajustes estruturais*. Neste quadro, não se pode mais pensar apenas num projeto para o Brasil: a *revolução brasileira*, meu sonho de juventude, tornou-se hoje um sonho impossível. Ou se faz uma revolução planetarizada, ou não se faz revolução nenhuma. Amplia-se pois o desafio à nossa frente, mas ampliam-se também os possíveis parceiros: no Norte e no Sul, no Ocidente e no Oriente, pessoas sensatas percebem os novos horizontes da *planetarização*, que é a face positiva da mundialização. É o Planeta Terra que nos chama, a todos e todas, para construir um

novo projeto de vida, “pensando globalmente e agindo localmente”.

Ao tomar as massas excluídas como tema de seu 9º Encontro, as CEBs voltam a beber de sua fonte mais viva: a ligação Fé e Vida a partir da opção preferencial pelos pobres. Tomando consciência da exclusão como fato mundial e estrutural, as CEBs estão dando um passo adiante em sua caminhada sociopolítica. Aqui, suas forças têm se dirigido para os movimentos sociais, as lutas sindicais e a atuação político-partidária, todos campos de alcance restrito ao âmbito local, da categoria profissional ou, na melhor das hipóteses, nacional. Agora percebem que, sem abdicar dessas lutas de âmbito local, elas são chamadas a trazer sua contribuição para algo muito maior: a criação de um projeto planetário viável.

Aí está seu desafio para o próximo milênio: anunciar aos pobres do mundo que eles não são “massa sobrando”, mas, ao contrário, são os sujeitos de uma nova civilização: civilização planetária, ecológica e democrática, na qual a humanidade viva reconciliada consigo mesma e com a natureza.

POVOS INDÍGENAS: NOVOS COMPANHEIROS DE LUTA

Desde o II Encontro Intereclesial, representantes dos povos indígenas têm sido convidados a participar e sua presença tem sido muito apreciada. Mesmo quando vêm em pequeno número, são alvo de atenção e carinho por parte dos demais delegados. Mas há que se reconhecer que sua contribuição ao eixo temático dos encontros tem sido periférica. Com efeito, os problemas colocados pelas comunidades raramente coincidem com os problemas enfrentados pelos povos indígenas, e mesmo quando há coincidência no objeto, como foi o caso dos temas referentes à cultura e luta pela

terra, não o são quanto ao modo de abordagem. De modo que a participação indígena, embora de grande valor simbólico porque suscita a tomada de consciência da opressão que sofreram e ainda sofrem, não traz propriamente uma efetiva contribuição para o aprofundamento dos temas em questão.⁸

É bem verdade que o sofrimento inflingido aos povos indígenas foi e é uma questão tão grave que nunca é supérfluo trazê-lo à memória da Igreja. Mas hoje em dia a solidariedade das CEBs com os povos e as causas indígenas já é ponto pacífico; tanto assim que se pode perceber certo constrangimento quando a dinâmica do encontro inclui um pedido de perdão aos indígenas: afinal quem os oprime são as mesmas forças que também oprimem as comunidades da caminhada e outros movimentos populares. É chegada a hora de dar um passo à frente na relação entre as CEBs e os povos indígenas, deixar cicatrizar-se as feridas do passado e voltar os olhos para o presente e o futuro.

Mas como fazer isso num encontro cuja temática refere-se ao trabalho com as massas? Tendo uma organização social estruturada em famílias, linhagens e aldeias, não há lugar para o aparecimento de multidões ou setores sociais numerosos e não-organizados entre os indígenas. Por isso o problema das "massas" lhes é estranho. Qual a contribuição indígena num encontro sobre a pastoral junto às massas afastadas da Igreja ou excluídas do sistema de mercado?

Trazendo da experiência realizada pelo 8º Encontro Estadual de CEBs do Rio Grande do Sul, em março de 1996, quero

responder a essa questão encaminhando a reflexão para horizontes mais amplos.⁹

Ali estavam, entre as mais de duas mil pessoas presentes, cerca de duzentos Kaingang e alguns Guarani. Tinham participação plena (Augusto Kaingang era membro da Equipe Ampliada que preparou e dirigiu o Encontro), mas diferenciada dos demais. Ficaram hospedados num grande galpão, onde a seu jeito acomodaram-se homens e mulheres, jovens e crianças, reuniam-se separadamente e só participavam dos grandes plenários e celebrações, quando tinham um momento de partilha e convivência com os delegados que trabalhavam em blocos separados. Essa solução para a participação dos delegados indígenas funcionou muito bem, pois conciliou o respeito às suas diferenças com uma efetiva contribuição para a dinâmica do trabalho, pois o "Bloco Cacique Nonoai" era um bloco entre outros. Prova disso é que a participação dos indígenas e dos negros foi citada como ponto mais positivo do encontro. E onde estaria essa contribuição, se o tema era "CEBs, fermento na massa"?

É que os povos indígenas colocaram em questão o próprio tema do encontro, quando centraram sua celebração na partilha do pão de milho, que, ao contrário do pão de trigo, não tem fermento. Dizia Augusto Kaingang: "nosso pão cresce e fica gostoso porque o fermento já vem junto com o milho". E esta experiência do pão de milho tornou-se a imagem mais forte de todo o encontro, levando os grupos a refletirem sobre a presença do Espírito no meio do povo bem antes da chegada das CEBs como fermento na massa. Assim o diferente trazido pelos Kaingang levou to-

8. A exceção mais notável foi a intervenção do pagé no 8º Intereclesial, trazendo à tona a discriminação sofrida pelas religiões indígenas (e afro-brasileiras) e abrindo espaço para a discussão do macroecumenismo.

9. Esta reflexão nasceu de proveitosas conversas e de uma carta da Irmã Rosirene Nascimento, a quem expressei meu agradecimento.

dos os demais participantes a relativizarem suas concepções sobre o trabalho de massa. Aflorou, evidentemente, a idealização *basista* que só vê o que o povo tem de bom e esquece que também ele não é. Reativamente, foi enfatizada a necessidade da crítica que vem de fora (não somente pelos agentes de pastoral como principalmente da Bíblia). Enfim, o confronto entre os dois tipos de pães levantou um debate pastoral imprevisto na metodologia do encontro, fazendo-o avançar por novos caminhos.

Os representantes dos povos indígenas deram, portanto, uma valiosa contribuição ao encontro das CEBs. Por outro lado, em seu bloco de trabalhos desenvolveram uma temática que lhes é própria, notadamente a questão da demarcação de suas terras. Apresentaram em plenário essa reivindicação e conquistaram o apoio dos presentes, que se concretizou em abaixo-assinado e numa referência especial na carta final a ser enviada a todas as CEBs do Rio Grande do Sul. Criou-se então uma relação de reciprocidade entre as partes, ambas saindo do encontro vendo seus objetivos realizados. É por aí que vejo os novos passos na relação entre as CEBs e os povos indígenas, superando a etapa inicial de cicatrização de feridas coloniais.

A aliança entre CEBs, organizações e movimentos populares e povos indígenas, não só é possível quanto necessária quando se tem em vista a construção de um projeto planetário alternativo. Não se trata de simplesmente voltar a um passado ideal,

mas de buscar juntos no modo de vida indígena inspiração para um projeto alternativo ao do mercado mundializado. Reconhecendo o valor de suas tradições, essa aliança deverá saber respeitá-las como cultura viva de povos que têm o direito à sua particularidade, sabendo que é justamente na particularidade de cada povo que reside sua contribuição maior ao projeto comum. O pão de trigo das culturas mediterrâneas e o pão de milho das culturas ameríndias não se excluem mutuamente. Ao contrário, um mundo realmente alternativo será aquele onde haja pães diversificados e para todos os povos. É nessa perspectiva de colaboração mútua, onde cada grupo (numeroso ou reduzido, forte ou fraco sob o aspecto político e econômico) participe livre e responsavelmente, que se poderá realisticamente anunciar a boa-notícia do III milênio da era cristã: nosso Planeta comporta bem mais de 6 bilhões de seres humanos, desde que aceitem viver em harmonia entre si e com a natureza.

Para concluir, eu gostaria de desenvolver o tema das CEBs em abertura ecumênica e macroecumênica, enfrentando as dificuldades que de muitas partes se interpõem ao diálogo com as igrejas e movimentos pentecostais (incluindo-se aí a Renovação Carismática Católica) e com as comunidades e terreiros afro-brasileiros. Mas o tema é complexo demais para ser abordado em poucas linhas, e não tenho condições de tempo necessário para trabalhá-lo com o carinho e os cuidados que ele merece.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Você e sua comunidade estão acompanhando a preparação do Intereclesial das CEBs? Como? Indiquem dois ou três aspectos que vocês considerem mais importantes nesse processo de preparação.
2. O artigo faz uma análise sumamente interessante da questão do catolicismo popular, a pastoral de massas e as CEBs. Depois de debater as idéias do autor, destaquem aqueles pontos que vocês considerem mais vitais para um concreto encaminhamento da questão hoje. Como esses pontos são trabalhados na comunidade?
3. A partir dos dados elencados pelo autor na parte referente à nova massa dos excluídos do mercado, procurem refletir sobre os desafios concretos que esses dados colocam para a missão da Vida Religiosa, sobretudo nos países do Terceiro Mundo.
4. O artigo afirma: "A aliança entre CEBs, organizações e movimentos populares e povos indígenas, não só é possível quanto necessária quando se tem em vista a construção de um projeto planetário alternativo". Vocês estão de acordo com esta afirmação? Indiquem duas ou três condições que vocês consideram mais importantes para que essa aliança possa ser efetiva e eficaz.

RELIGIÃO, ECONOMIA E IDOLATRIA: DESAFIOS PARA A IGREJA NO SÉCULO XXI

Jung Mo Sung*
São Paulo – SP

A religião está na moda e vai permanecer por mais tempo, não só na esfera do pessoal e subjetivo, mas também na esfera empresarial e macroeconômica.

O tema da evangelização e o terceiro milênio está na ordem do dia. Para que possamos anunciar a boa-nova aos pobres e a toda humanidade precisamos conhecer os principais problemas que os afligem. Quando se tem como horizonte de tempo o terceiro milênio, é quase impossível fazer algumas análises sobre problemas e suas causas. Por outro lado, não podemos também reduzir o horizonte de tempo e espaço ao imediato e ao cotidiano de pequenos grupos, especialmente quando estamos vivendo o processo de globalização.

Neste artigo quero esboçar uma análise que tem como horizonte de tempo não o milênio, mas a virada do século. Tentar compreender quais são as grandes mudanças e desafios de hoje que vão determinar as próximas décadas e como o sistema

capitalista está enfrentando estas mudanças. Neste caminho vou privilegiar, como tenho feito em outros textos, a relação entre a teologia e economia. Não só porque, como um teólogo da libertação, acredito ser fundamental trabalhar a relação entre o anúncio da boa-nova aos pobres e as estruturas econômicas, mas também porque a economia, uma instância da vida social que está se tornando quase onipresente no mundo de hoje, está sendo relacionada cada vez mais com a teologia e religião pelos próprios economistas e cientistas sociais.

1. UMA VISÃO GLOBAL DAS MUDANÇAS

Quem acompanha minimamente as discussões e análises sobre o nosso tempo já está se acostumando com a idéia de que estamos vivendo não só em uma época de grandes mudanças, mas também uma mudança de época. Vejamos alguns componentes principais deste processo.

1. Com o fim do bloco comunista, quase um terço da população mundial está tendo que aprender com muitas dificuldades a passar de uma economia centralizada onde todas ou, pelo menos, as princi-

* Jung Mo Sung. Teólogo católico leigo. Professor de pós-graduação em Ciências da Religião na PUC-SP e no IMS, em São Bernardo do Campo — SP.

pais decisões eram tomadas pelo Estado para uma economia de mercado, com seus riscos, possibilidades de enriquecimento e desigualdades sociais. As crises sociais e econômicas e conflitos étnicos no Leste Europeu são sinais visíveis das dificuldades deste processo. Neste contexto, a China é um caso a parte. Não só pela sua população de 1 bilhão e duzentos milhões de pessoas, mas pelo seu modelo de mudanças que tem gerado um crescimento econômico superior a 10% ao ano nos últimos quinze anos. A integração econômica cada vez maior da China na globalização, independente da manutenção ou não do seu modelo político, vai modificar profundamente a configuração econômica do planeta.

2. A globalização da economia, possibilitada pelas transformações tecnológicas, está acabando com a noção de economia nacional e diminuindo sensivelmente o poder de influência dos estados nacionais. Além da possibilidade de se produzir e consumir sem as limitações das barreiras das fronteiras nacionais, é preciso dar um destaque ao gigantismo do atual mercado financeiro, aproximadamente 15 trilhões de dólares, e o seu caráter meramente especulativo, na medida em que só uns quinze por cento deste total estão ligados ao sistema produtivo. Na era da realidade virtual, podemos dizer que uma boa parte do capitalismo internacional gira em torno de uma riqueza virtual.

3. Este processo da globalização da economia vem sendo acompanhado por um outro de mundialização da cultura. O conceito de economia global se refere a uma estrutura única, subjacente a toda e qualquer economia, cuja dinâmica pode ser mensurada pelos economistas por meio de indicadores como trocas e investimentos internacionais. A esfera cultural não pode

ser considerada da mesma forma, na medida em que uma cultura mundializada não implica o aniquilamento das outras manifestações culturais “locais” e se alimenta delas. Um exemplo disso é a língua. O inglês é uma “língua mundial”. Sua transversalidade revela e exprime a globalização da vida moderna; sua mundialidade preserva os outros idiomas no interior deste espaço transglóssico.

“A categoria ‘mundo’ encontra-se assim articulada a duas dimensões. Ela vincula-se primeiro ao movimento de globalização das sociedades, mas significa também uma ‘visão do mundo’, um universo simbólico específico à civilização atual. Nesse sentido ele convive com outras visões de mundo, estabelecendo entre elas hierarquias, conflitos e acomodações.”¹

Na atual mundialização cultural, a cultura de consumo desfruta uma posição de destaque, transformando-se numa das principais instâncias mundiais de definição da legitimidade dos comportamentos e dos valores.

4. A mudança tecnológica, também conhecida como revolução tecnológica, está criando uma era dominada pelas indústrias baseadas na capacidade intelectual do ser humano. Diferentemente do padrão anterior, onde a maioria das indústrias tinha seus espaços geográficos determinados pela localização dos recursos naturais, a posse do capital e o tipo de mão-de-obra necessária, estas novas indústrias não têm lugares predeterminados e podem estabelecer-se em qualquer lugar que lhe for mais conveniente.

5. O fim do bloco comunista e o domínio exclusivo do capitalismo não significou a manutenção de um centro ou um poder econômico, político ou militar dominante. No século XIX, as regras do

1. ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 29.

comércio internacional foram formuladas e impostas pela Inglaterra e, após a Segunda Guerra Mundial, pelos Estados Unidos. Mas neste final do século e, provavelmente, no século XXI a economia globalizada não tem e não terá mais um centro “forte”, mas sim vários “centros frouxos” dispersos em grandes corporações transnacionais, em alguns países como Estados Unidos, Japão e Alemanha e em organismos multilaterais como FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio. O problema que se levanta é se e como um sistema econômico globalizado pode funcionar eficazmente sob o comando de diversos “centros frouxos”.

6. Além destas questões, temos ainda o problema demográfico. A população dos países pobres continuam crescendo, ao mesmo tempo em que a dos países ricos estabiliza. “Enquanto as democracias industriais representavam mais de um quinto da população da Terra em 1950, essa parcela caiu para um sexto em 1985 e há previsões de que encolha ainda mais, para um décimo, em 2025.”² Aliado a isso temos também a concentração cada vez mais brutal de riqueza nas mãos de uma minoria. Estes fatores geram o fenômeno das migrações em busca de sobrevivência ou de dias melhores, sem falarmos nos refugiados por problemas políticos. No século XVIII, a Europa viveu um problema demográfico semelhante e a solução encontrada foi a emigração para o “Novo Mundo”. Só que hoje os países ricos se fecham aos imigrantes, aos “novos bárbaros”,³ porque com a revolução tecnológica a mão-de-obra não qualificada é dispensável e os países industrializados, especialmente da Europa,

também vivem o problema do desemprego estrutural. Além deste problema da migração, temos também o do envelhecimento da população que acarreta sérios problemas para sistemas de seguridade social, na medida em que uma parcela proporcionalmente menor de contribuintes deve sustentar um número cada vez maior de aposentados.

7. Para não alongarmos demasiadamente, tendo em vista os limites de espaço de um artigo, quero citar somente mais um fator do processo de grande transformação que estamos vivendo hoje: a questão ecológica. É certo que o problema ambiental tem sido motivo mais de debates do que ações concretas no aspecto macroeconômico ou político. Nesse sentido, não deveria fazer parte da lista dos fatores que estão mudando a configuração do mundo hoje. Por outro lado, o aumento da consciência ecológica ou, pelo menos, da consciência dos problemas ambientais e a influência desta questão no debate sobre novos paradigmas teóricos nos permitem elencá-la. Do ponto de vista ecológico, o alto padrão de consumo das elites dos países ricos e também da elite dos países que imitam o padrão de consumo dos primeiros, as demandas excessivas e hábitos de esbanjamento das populações integradas no mercado mundial e os bilhões de excluídos em países pobres ou em países em desenvolvimento que aspiram aumentar o seu nível de consumo, tendo como o seu modelo de imitação de desejo os padrões de consumo da classe média e a elite,⁴ constituem um sério ataque ao nosso planeta. Por isso, os ambientalistas consideram essa questão como uma corrida contra o tempo.

2. KENNEDY, Paul. *Preparando para o século XXI*. Rio de Janeiro, Campus, 1993, p. 40.

3. RUFIN, Jean Cristophe. *Os impérios e os novos bárbaros*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Record.

4. Sobre o problema da necessidade e da imitação do desejo de consumo vide, SUNG, Jung Mo. “Desejo mimético, exclusão social e cristianismo”, *Perspectiva Teológica*, n. 70. set-dez/94, Belo Horizonte, pp. 341-356.

Neste sentido, Cristovam Buarque diz que “a crise da modernidade não se solucionará com um avanço na modernidade. Exige uma modernidade diferente: não apenas nos meios, mas também nos propósitos e nos tipos de sociedade. Já não é possível nem desejável atingir a riqueza dos ‘países ricos’. Já não há socialismo a ser copiado. A modernização da economia e a distribuição de seus resultados não bastam; é preciso modernizar a modernização.”⁵

Esse ponto de vista, que critica os mitos do progresso e do desenvolvimento econômico e contesta a suposição de que o crescimento é desejável por si e, por isso, a produção econômica é a medida mais útil do sucesso material de um país, provocou contra-ataque de muitos economistas. Para os otimistas, os recursos naturais não constituem uma quantidade absoluta que está sendo constantemente consumida; pelo contrário, para eles muitos recursos são criados pela inventividade e o trabalho humano e a tecnologia tem uma capacidade infinita de produzir novos recursos.

2. NOVO TEMPO, NOVA IDEOLOGIA?

Para ter uma visão mais completa do nosso grande cenário, precisamos ver também a ideologia que está “cimentando” este processo.

Até pouco tempo atrás, esta relação entre tecnologias e instituições de um lado e crenças ou ideologias de outro não era muito valorizada nas análises sociais. Isso porque a maioria dos cientistas sociais, tanto teóricos sob influência do marxismo quanto os liberais neoclássicos, compar-

tilhava de uma mesma visão sobre o mundo: o mundo como uma máquina. Eles acreditavam, e ainda hoje muitos acreditam, que o mundo e a sociedade são como uma máquina complicadíssima cujo funcionamento pode ser entendido se juntarmos cuidadosa e meticulosamente as partes que a compõem. A partir desta premissa concluíam que o comportamento do sistema como um todo poderia ser deduzido de uma simples soma desses componentes, sejam indivíduos ou classes sociais. Uma alavanca puxada em certa parte da máquina, com uma certa força, provocaria resultados regulares e previsíveis em outra parte da máquina. É a partir destas premissas que são impostos de um modo “impessoal” e “universal”, isto é válido para todas as sociedades, os ajustes econômicos formulados pelo FMI e Banco Mundial. Como também era a partir destas premissas que muitas pessoas de boa vontade militaram nos movimentos eclesiais, sociais e políticos com certeza inabalável da inevitabilidade do sucesso da construção do Reino da Liberdade ou do Reino de Deus.

Na teoria econômica neoclássica, a base “científica” do neoliberalismo, a peça básica que compõe a máquina é o Homem Racional. Isto é, a sociedade é vista como constituída por indivíduos que agem a partir do cálculo racional de seus interesses, do cálculo que visa a maximização dos benefícios e a minimização de custos. Além da redução do ser humano a um ser essencialmente egoístico, a analogia do mundo com uma máquina bem azeitada leva os economistas a pensarem que o mundo está fundamentalmente em harmonia e equilíbrio. “Dada a partida, a máquina desliza, com cada parte componente contribuindo para seu sereno progresso.”⁶ A partir disso, o

5. BUARQUE, Cristovam. *A revolução na esquerda e a invenção do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p.24.

6. ORMEROD, Paul. *A morte da economia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p.52.

crescimento econômico é visto como simplesmente pacífico, desde que não haja intervenção indevida do Estado e dos sindicatos, e os problemas das flutuações econômicas e do desemprego simplesmente desapareceram da teoria econômica hegemônica nos dias de hoje.

A fé nesta concepção do mundo é tão forte que a Universidade de Chicago, o grande centro do pensamento neoclássico contemporâneo, teve cinco dos seus professores como ganhadores de Prêmio Nobel de Economia entre 1990 e 1995. E dois dos mais renomados economistas neoclássicos do nosso tempo, Gary Becker e James Buchanan, ganhadores de Nobel, construíram suas carreiras acadêmicas estendendo a metodologia econômica neoclássica a fenômenos considerados não-econômicos, como política, burocracia, racismo, família e fertilidade. No caso do controle de natalidade, por exemplo, há economistas desta corrente advogando a idéia de que a melhor forma de controlar a natalidade é mostrar aos pais que o investimento em filhos não compensa o pouco e incerto retorno na forma de cuidado na velhice. Melhor do que ter filhos é investir em fundos de aposentadoria privada!

Para este tipo de pensamento, o aumento da exclusão social e de outros problemas sociais não são problemas, mas sinais de que estamos no caminho de uma solução real e definitiva. Estes seriam os sinais de que o Estado está abandonando a sua pretensão indevida de intervir no mercado, em nome de metas sociais, e está deixando o mercado funcionar livremente. No fundo para eles o que nós chamamos de problemas sociais são somente proble-

mas de grupos de indivíduos ineficientes que foram merecidamente alijados pelo sistema de concorrência do mercado.

Esta visão mecanicista e individualista do mundo foi expressa de uma forma clara na famosa declaração de M. Thatcher de que isso que chamam de sociedade é algo que não existe, só existem os indivíduos que a constituem.

Hoje, cada vez mais, os cientistas chegam à conclusão de que esta maneira de ver o mundo natural e social como uma máquina não é a mais apropriada. Ao invés da máquina, estão utilizando como analogia o organismo vivo. Comportamentos de sistemas não são dedutíveis a partir da somatória dos comportamentos individuais; são demasiados complexos para serem representados por uma abordagem mecanicista. Com isso estão abdicando da certeza absoluta no diagnóstico e da possibilidade de previsão "científica".⁷

Além disso, esta nova maneira de ver o mundo e a sociedade humana traz ao debate econômico o problema da ideologia e dos valores individuais e sociais. A dinâmica econômica não é mais vista como um simples resultado da interação de fatores quantificáveis, um princípio fundamental da ciência econômica desde o final do século XIX, mas também resultado de interações com valores e outros fatores não quantificáveis.

Neste sentido, Lester Thurow, professor de economia do famoso MIT, escreveu que "as sociedades florescem quando as crenças e tecnologias são congruentes e declinam quando as mudanças inevitáveis nas crenças e tecnologias chegam a ser

7. Este tema é muito importante e vasto, mas extrapola o nosso artigo. Para uma visão introdutória recomendamos o livro de Edgar Morin, *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa, Piaget, 1991. Aplicado ao campo da educação e ao debate em torno do mercado, vide o excelente livro de Hugo Assmann, *Metáforas novas para reencantar a educação*. Piracicaba, Unimep, 1996. Aplicado ao debate das ciências econômicas, vide o livro de Paul Ormerod, *A morte da economia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

incongruentes.”⁸ Esta idéia não é nova, mas dita por um economista de prestígio nos Estados Unidos revela um “sinal dos tempos”. Para ele, a passagem do feudalismo não se deu somente pela revolução tecnológica e novas institucionalidades, em especial com respeito à propriedade e comércio. Ao lado disso, “o capitalismo também necessitava de mudanças na ideologia. No Medievo a cobiça era o pior de todos os pecados e o comerciante jamais poderia ser grato a Deus. O capitalismo necessitava de um mundo onde a cobiça fora uma virtude e o comerciante pudera ser mais grato a Deus. O indivíduo necessitava crer que tinha não só o direito mas também o dever de ganhar o máximo de dinheiro possível. A idéia de que incrementar o consumo é essencial para o bem-estar do indivíduo tem menos de duzentos anos. Sem esta crença, o incentivo do capitalismo não tem sentido e o crescimento econômico fica desprovido de objetivo.”⁹

Se no início o capitalismo necessitou da vinculação desta crença com a religião, com a sua vitória pôde dispensar este abrigo. Pelo menos no nível do discurso explícito. A este respeito, M. Weber disse: “no setor de seu mais alto desenvolvimento, nos Estados Unidos, a procura da riqueza, despida de sua roupagem ético-religiosa, tende cada vez mais a associar-se com paixões puramente mundanas”.¹⁰

Ora, o capitalismo não precisa mais da religião para se autolegitimar e se livrou

do seu grande arquinimigo, o comunismo. Assim é natural que muitos concordem com a tese de que a história chegou ao fim.¹¹ Como diz Thurow, “o capitalismo e a democracia vivem agora um período único na história onde, com efeito, não tem concorrentes viáveis pela lealdade de seus cidadãos. Isto tem sido chamado ‘o fim da história’.”¹² Contudo, se é verdade que há uma relação entre a tecnologia e as instituições de uma determinada sociedade com ideologia,¹³ quais são as implicações das grandes mudanças que vimos anteriormente na composição tecnologia-ideologia do sistema capitalista atual? Em outras palavras, estas grandes mudanças vão exigir, ou já estão exigindo, mudanças no campo ideológico sob a pena de ineficiência do sistema de mercado capitalista? Não somente pelas mudanças tecnológicas, mas também pelo próprio fim do bloco comunista que leva o mundo capitalista a se enfrentar com problemas e contradições internas que o enfrentamento externo deixava em segundo plano.

Com isso não estamos querendo dizer que o neoliberalismo,¹⁴ a ideologia hegemônica do nosso tempo, está em crise, muito menos em sua fase final. Como diz Perry Anderson, “o projeto neoliberal continua demonstrando uma vitalidade impressionante (...). A agenda política segue sendo ditada pelos parâmetros neoliberais, mesmo quando seu momento de atuação econômica parece amplamente estéril ou

8. THUROW, Lester. *El futuro del capitalismo*. Buenos Aires, Javier Vergara, 1996, p. 25.

9. Idem, *ibidem*, p. 25. O trabalho clássico sobre este assunto continua sendo o de Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 3ª ed., São Paulo, Pioneira, 1983.

10. WEBER, Max. *op.cit.*, p. 131.

11. FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

12. THUROW, L. *op. cit.*, p. 77.

13. Para uma visão sistemática desta relação, vide, por ex., F. Hinkelammert, *Democracia y totalitarismo*. San José, DEI, 1987, p. 12-44.

14. Sobre o neoliberalismo, vide, por ex., SADER, Emir (org), *Pós-neoliberalismo*. São Paulo, Paz e Terra, 1995. Uma visão teológica, com a análise do problema da idolatria, vide, por ex., SUNG, Jung Mo, *Deus numa economia sem coração*. 2ª ed., São Paulo, Paulus, 1994, e ASSMANN, Hugo, *Crítica à lógica da exclusão*. São Paulo, Paulus, 1995.

desastroso. Como explicar este segundo alento no mundo capitalista avançado? Uma de suas razões fundamentais foi claramente a vitória do neoliberalismo em outra área do mundo, isto é, a queda do comunismo na Europa Oriental e na União Soviética (...). Não há neoliberais mais intransigentes no mundo que os 'reformadores' do Leste."¹⁵

Contudo, começam a aparecer sinais de que há algo de novo ocorrendo neste campo. Recentemente, Georges Soros, um megalinvestidor que dirige um fundo de investimento de 16 bilhões de dólares e confesso discípulo de Karl Popper, escreveu um longo artigo, *The Capitalista Threat*, à Revista *Atlantic Monthly*, fevereiro de 1997, atacando duramente o sistema capitalista e afirmando que a filosofia do liberalismo e o livre mercado são a mais grave ameaça hoje existente contra a sociedade aberta, a paz mundial e a cultura democrática. Um ataque tão vigoroso vindo de alguém que está no topo do sistema só poderia causar, como causou, muita polêmica. A revista *Forbes*, por exemplo, publicou um artigo sobre Soros taxando-o de um homem rico e excêntrico, e "um pouco ridículo, passa seu tempo voando pelo mundo, dando entrevistas coletivas à imprensa e escrevendo livros e artigos que ninguém entende".¹⁶

Vargas Llosa, um ferrenho defensor do neoliberalismo, também escreveu um artigo para rebater George Soros, com o nome sugestivo de "O diabo pregador".¹⁷ Nele o autor concorda com uma única tese de Soros: a de que quando Adam Smith desenvolveu a sua teoria sobre a "mão invisível" do mercado estava convencido de

que ela se apoiava numa filosofia moral muito firme e que os grandes pensadores liberais, incluindo Popper, acreditaram que o mercado e o sucesso econômico eram apenas um meio para a realização dos elevados ideais éticos de solidariedade social, de progresso cultural e aperfeiçoamento individual. E que na versão do capitalismo triunfante hoje o culto do êxito substituiu a crença nos princípios e que, por isso, a sociedade perdeu seu norte.

Para ele um grande desafio ao capitalismo hoje é o descalabro da cultura religiosa e uma transformação radical da cultura provocada pelo desenvolvimento da tecnologia, da ciência e economia. E apela à autoridade de Adam Smith e Von Mises para defender a tese de que uma vida cultural e religiosa intensa é "o complemento indispensável do mercado livre para atingir a civilização".¹⁸ O apelo à cultura e, em particular, à cultura religiosa feito por um ardoroso defensor do neoliberalismo é um "sinal dos tempos" que revela que a vitória deles não é tão cabal e muito menos definitiva como eles mesmos gostariam que fosse e andaram apregoando. Aliás, é possível perceber entre economistas liberais uma tendência de releitura de Adam Smith, tentando complementar *A riqueza das nações* com um outro seu livro, *A teoria dos sentimentos morais*.

Esta revalorização da dimensão cultural e até mesmo das questões éticas e religiosas já era notória no campo da administração de empresas. A concorrência das empresas japonesas obrigou as empresas ocidentais a implementarem programas de reorganização empresarial, como Controle de Qualidade Total e Reengenharia, e nes-

15. ANDERSON, Perry. "El despliegue del neoliberalismo y sus lecciones para la izquierda", *Pasos*. San José (Costa Rica) DEL, n. 66, jul-ago/96, p. 23-30. Citado da p.26.

16. Reproduzido na Revista *Exame*, n. 633, 09/04/97, p. 99.

17. VARGAS LLOSA, M. "O diabo pregador". *O Estado de São Paulo*, 02/03/97, São Paulo, p. A-2.

18. Idem, *ibidem*.

te processo a se enfrentarem com questões éticas, culturais e religiosas. Além desta influência externa, houve também uma causa interna. Com o surgimento das grandes empresas e corporações do tipo Sociedades Anônimas, o capitalismo se viu diante de um novo problema. O crescimento levou à constituição de uma burocracia das empresas privadas e a distinção entre a figura dos donos e dos dirigentes das empresas. Estes dois fatores geraram o grave problema da corrupção no interior das empresas. Se levado em extremo o individualismo liberal da defesa do interesse próprio, no interior das empresas, um funcionário graduado pode levar uma empresa à falência ou a grandes dificuldades econômicas, como têm aparecido diversas vezes em noticiários.

Estes desafios externo e interno levaram à revalorização da ética nas empresas e nos negócios,¹⁹ a tal ponto que todas as principais faculdades de administração de empresas terem hoje cursos obrigatórios sobre ética e também das questões culturais e religiosas.²⁰ É importante destacar que esta valorização da ética, cultura e religião na administração de empresas é uma valorização instrumental, isto é, não em vista da ética ou religião, mas sim o uso instrumental delas em busca da maior eficiência produtiva.

Esta mudança de enfoque que antes era mais restrito ao campo da administração de empresas está chegando também no campo da economia. A polêmica em torno de George Soros e o artigo de Vargas Llosa é uma "ponta de iceberg". Para entendermos um pouco melhor esta questão, vejamos algumas contradições internas do sistema capitalista que está por trás desta

revalorização da cultura e dos valores religiosos na economia.

3. AS CONTRADIÇÕES DO SISTEMA

Antes de tratarmos das contradições internas do capitalismo, é importante destacarmos um outro sinal mais concreto da crise do sistema capitalista: a diminuição do ritmo de crescimento econômico. "Na década dos anos sessenta a economia mundial cresceu a um ritmo de 5% anual (corrigido pela inflação). Nos anos setenta, o crescimento diminuiu para 3,6% ao ano. Nos anos oitenta houve uma maior desaceleração atingindo 2,8% anual e na primeira metade da década dos noventa o mundo experimentou um ritmo de crescimento de apenas 2% ao ano. Em duas décadas o capitalismo perdeu 60% do seu impulso."²¹ Este diagnóstico de crise não é baseado em critérios extra-capitalistas, como, por exemplo, a exclusão dos pobres, mas sim no critério capitalista por excelência: o crescimento econômico. Este é a principal causa pela qual alguns defensores incondicionais do capitalismo estão propondo novas leituras da teoria econômica e aceitando discutir as suas contradições internas.

Visto isto, a primeira contradição que queremos tratar é a que ocorre entre a democracia e o mercado. A vitória sobre o bloco comunista foi celebrada como a vitória do capitalismo democrático. A democracia liberal se baseia na noção de "um indivíduo, um voto", isto é, na igualdade formal entre todos os cidadãos. O sistema de mercado, por outro lado, se baseia na capacidade de concorrência dos indivíduos

19. Vide por ex., TOFFLER, Barbara L. *Ética no trabalho*. São Paulo, Makron Books, 1993; NASH, Laura. *Ética nas empresas*. São Paulo, Makron Books, 1993.

20. Vide por ex., CHAPPELL, Tom. *A alma do negócio*. Rio de Janeiro, Campus, 1994.

21. THURLOW, L. *op. cit.*, pp. 15-16.

no mercado, na lei da sobrevivência do mais forte ou do mais apto e, com isso, tende à desigualdade social e concentração de riqueza, chegando, como nos dias de hoje, à exclusão social de uma parcela importante da população.

Nas décadas passadas esta contradição foi contornada com o Estado de Bem-Estar Social. Cabia ao Estado diminuir as diferenças sociais e proporcionar a todos os cidadãos, pelo menos em tese, as mínimas condições de vida, uma vida digna e de capacidade de disputar pelas oportunidades oferecidas no mercado. É bom lembrarmos que este modelo de Estado se efetivou no interior do capitalismo pelas mãos da elite dominante por causa da pressão social e da ameaça da alternativa socialista. Eles preferiram “entregar os anéis para não perder o dedo”. Com a derrocada do bloco socialista e a hegemonia do neoliberalismo, o desmonte do Estado de Bem-Estar Social passou a ser visto como algo necessário e lógico.

A contrapartida ideológica deste desmonte foi o ressurgimento do “darwinismo social” com novas roupagens “científicas”²² e o que Galbraith chamou de “cultura do contentamento”,²³ onde a riqueza pessoal é vista como justamente merecida e, portanto, a pobreza como também um castigo justo pela ineficiência dos pobres. É a volta da idéia de que se os indivíduos, se vêm forçados a enfrentarem a fome, se esforçarão ao máximo para sobreviver no mercado. Assim, o fim da assistência pública aos pobres levaria todos os marginalizados do mercado a se reintegrarem nele pelo seu próprio esforço. Nesta lógica, programas sociais não somente são ineficientes e geradores de déficit público, mas fazem mal

à própria pessoa do pobre, na medida em que não o leva a assumir a sua própria responsabilidade e a desenvolver todo o seu potencial.

O problema é que nenhuma sociedade pode viver muito tempo com esta cultura cínica. Um individualismo cínico levado ao extremo destrói a própria noção de sociedade. Além disso, o desemprego estrutural, a exclusão social, o desmonte de programas sociais e a cultura cínica formam um caldeirão que pode resultar em uma rebelião social ou uma ruptura do tecido social.

A segunda contradição é o que se dá entre o consumo e investimento. Esta tensão é implícita em todo e qualquer tipo de capitalismo. Como vimos acima, é fundamental no capitalismo que os indivíduos creiam que têm não só o direito, mas também o dever de ganhar o máximo de dinheiro possível para usufruir padrões cada vez melhores de consumo. O problema é que o capitalismo, para poder oferecer este padrão, cada vez melhor precisa que os próprios indivíduos tenham a disposição de refrear este desejo de consumo e lazer e invistam dinheiro e tempo em novas fábricas, equipamentos, infra-estruturas, pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e capacitação dos trabalhadores.

No passado, esta contradição foi em parte solucionada pelo ascetismo secular puritano que opunha “poderosamente, ao espontâneo usufruir das riquezas, e restringia o consumo, especialmente o consumo do luxo”, ao mesmo tempo em que “libertava psicologicamente a aquisição de bens das inibições da ética tradicional, rompendo os grilhões da ânsia de lucro”. Esta ética do trabalho foi sendo substituída lentamente

22. Um exemplo típico desta tendência é o livro de R. J. Hernsteis e C. Murray. *The Bell Curve*. New York, 1994.

23. GALBRAITH, John Kenneth. *A cultura do contentamento*. São Paulo, Pioneira, 1992.

pela ética do consumo. Contudo, com a Guerra Fria, o Estado exerceu a importante função de investimento em novas tecnologias, especialmente na área militar, que serviram de alavanca ao desenvolvimento econômico nos países capitalistas.

Hoje, na era das empresas baseadas em capacidade intelectual, o investimento nas habilidades humanas da população em geral, na tecnologia e na infra-estrutura são pontos chaves para o crescimento econômico mais duradouro. O problema é que indivíduos e empresas capitalistas, por sua própria lógica interna, não podem por si só se responsabilizar por este tipo de investimento a longo prazo. Caberia ao governo este papel de representar o interesse do futuro no presente e o da nação frente aos interesses atomizados das empresas e indivíduos e fazer investimentos necessários para o futuro do capitalismo. Só que o fim da Guerra Fria, a hegemonia do neoliberalismo com o seu programa de Estado mínimo e a cultura individualista com a sua ética de consumo estão levando os estados ao caminho inverso: consumir estes fundos em benefício do consumo imediato dos cidadãos-eleitores de hoje e, nos casos de países latino-americanos, gastar nos pagamentos de juros da dívida interna e externa e no financiamento do fascínio do consumo de bens importados.

No caso particular dos países latino-americanos endividados, é preciso recordar que o problema da dívida externa, apesar de ausente nos meios de comunicação, continua sendo um grande empecilho para o desenvolvimento da região. Como diz Bresser Pereira, "atualmente, a principal restrição ao crescimento origina-se das características dos desequilíbrios, que perduram no longo prazo, induzidos pela cri-

se da dívida externa, que, após dez anos, ainda não se reverteu."²⁴ Para ele, "o crescimento será retomado apenas se a estabilização e as reformas orientadas para o mercado forem complementadas pela recuperação da capacidade de poupança do Estado e pela elaboração de políticas que definam um novo papel estratégico para o Estado. Em outras palavras, desde que o Estado seja reconstruído, recuperando sua capacidade de intervenção."²⁵ Sem entrar no debate sobre as suas teses a respeito da orientação para o mercado e uma possível identificação entre crescimento econômico e o desenvolvimento social, fica aqui registrada a importância fundamental da reconstrução econômica e política da capacidade de intervenção do Estado na economia e no campo social. Sem ela não será superada a crise econômica da maioria dos países latino-americanos e também a própria contradição do capitalismo, no que tange à tensão entre o consumo e investimento e, muito menos, o grave problema da exclusão social.

Aqui vale a pena fazer uma longa citação de Lester Thurow: "A tecnologia e a ideologia estão sacudindo os cimentos do capitalismo do século vinte e um. A tecnologia está fazendo das habilidades e do conhecimento as únicas fontes de vantagem estratégica sustentável. Induzida pelos meios eletrônicos, a ideologia está se deslocando para formas radicais de consumo individual de curto prazo precisamente no momento em que o êxito econômico depende da disposição e atitudes para fazer investimentos sociais de longo prazo em habilidades, educação, conhecimento e infra-estrutura. Quando a tecnologia e ideologia começam a se separar, a única pergunta que caberá formular é quando será o

24. BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil. Para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo, Ed. 34, 1996, p.46.

25. Idem, *ibidem*, p.52.

'grande cismo' (o terremoto que vai sacudir o sistema). Paradoxalmente, no preciso momento em que o capitalismo se encontra sem competidores sociais — tendo desaparecido seus ex-competidores, o socialismo e o comunismo — terá que passar por uma profunda metamorfose.”²⁶ “Na próxima era, o capitalismo terá que criar novos valores e novas instituições”.²⁷

É bom lembrarmos que o autor dessa afirmação não é nenhum socialista ou marxista que teima em prever o fim iminente do capitalismo, mas sim um respeitado professor de economia do MIT; e que esta possível crise do capitalismo não é, como muitos gostariam, “para já”, nem uma “crise final”. Mas acredito que é algo que está preocupando os defensores do capitalismo. É neste sentido que podemos interpretar a afirmação de Vargas Llosa de que “esse é um desafio que as sociedades abertas enfrentam e para o qual nenhuma delas ainda encontrou uma resposta criativa.”

4. RELIGIÃO E ECONOMIA

Frente a estes problemas encontramos dois tipos de atitude. Uma que nega a seriedade ou a importância deles e continua tendo uma fé inabalável na capacidade do mercado solucionar inconscientemente todos os problemas econômicos e sociais. Paul Omerod diz que, diante da economia mundial que está em crise, com o número de desempregados atingindo a marca dos 20 milhões na Europa Ocidental, os Estados Unidos enfrentando o grave problema

dos déficits do orçamento federal e o do balanço comercial, as companhias japonesas prestes a quebrar a tradição do emprego vitalício por causa da mais profunda recessão desde a guerra e com as grandes frações da antiga União Soviética à beira do colapso econômico, “a teoria econômica ortodoxa presa na armadilha de uma visão idealizada e mecanicista não tem como ajudar” e que os economistas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, protegidos pela segurança que suas vastas burocracias lhe asseguram, “pregam ao Terceiro Mundo a salvação por meio do mercado”.²⁸

“Os crentes nas virtudes redentoras do capitalismo globalizado”²⁹ acabam, pela sua própria fé no mercado, caindo em uma armadilha. A fé na capacidade da “mão invisível” do mercado de transformar, através de efeitos não-intencionais, a somatória dos interesses próprios em bem comum não permite que se pense e procure soluções para a crise fora da própria lógica do mercado. Buscar soluções extra-mercado, como a intervenção do Estado ou da sociedade civil, seria negar a fé no mercado.

A partir desta crença, todos os problemas sociais são vistos como “sacrifícios necessários” exigidos pelo mercado. Esta transcendentalização do mercado e o sacrificalismo daí decorrente é criticado pelos teólogos da libertação como a idolatria do mercado.³⁰ A noção ocidental de “sacrifícios necessários” está fortemente marcada pela interpretação da cristandade

26. *Op. cit.* p.341.

27. *Idem*, p.324.

28. OMEROD, Paul. *op. cit.* p. 13.

29. BELLUZZO, Luiz Gonzaga. “A globalização da estupidez”. *Carta Capital*, 18/09/96, Ano 3, n. 32, São Paulo, p.59. Esta expressão é interessante porque é dita não por um teólogo da libertação, mas por um economista.

30. ASSMANN, H. & HINKELAMMERT, F. *Idolatria do mercado*. Petrópolis, Vozes, 1989; ASSMANN, H. *Crítica à lógica da exclusão*, São Paulo: Paulus, 1995; SUNG, J. M. *Deus numa economia sem coração*. 2ª ed., São Paulo. Paulus, 1994; *Teologia e economia*. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1995.

sobre a morte de Jesus. Ao interpretar a morte de Jesus como uma morte sacrificial definitiva e plena exigida por Deus-Pai para a salvação da humanidade, a cristandade acabou consolidando a idéia de que não há salvação sem sacrifícios.

Esta teologia tem como resultado uma transfiguração do mal. Quando os sofrimentos impostos sobre seres humanos são considerados como caminhos exigidos por Deus para a salvação, estes sofrimentos deixam de ser um mal e passam a ser um "bem" ao qual não podemos e nem devemos querer fugir. Esta inversão, típica da idolatria, tem o poder de gerar consciências tranqüilas diante do sofrimento humano.³¹ É o que antes denominamos de "cultura de cinismo". Este tipo de teologia sacrificial serviu, por exemplo, para justificar o sacrifício de milhões de indígenas na América. Serve também para que teólogos como M. Novak critiquem teologias e comunidades que lutam para minorar o sofrimento dos pobres dizendo: "Se Deus desejou que seu amado Filho sofresse, por que iria poupar-nos?"³²

Na lógica do mercado, os sacrifícios de vidas humanas não são mais exigidos em nome de um Deus transcendental, mas em nome de uma instituição que foi transcendentalizada, o mercado. Os sacrifícios, "os custos sociais", são impostos sobre seres humanos em nome da redenção econômica. Quando estes sacrifícios não geram os efeitos prometidos, os sacrificadores têm duas opções: aceitar que os sacrifícios foram em vão e assumir que foram responsáveis pelo assassinato em massa, ou defender-se dizendo que os sacrifícios ainda não surtiram efeitos porque

ainda existem pessoas e grupos que persistem em não aceitar a inevitabilidade das leis do mercado e exigem, através de movimentos sociais, sindicatos, partidos e outras instituições, intervenção no mercado em busca de metas sociais.

Na prática, este grupo caminha na direção de solucionar as contradições acima citadas com a relativização e até o menosprezo pela democracia, com a cultura do cinismo frente à exclusão social e uma visão do tempo restrito ao presente, ao consumo presente. Credo na capacidade mágica do mercado e na capacidade "infinita" da tecnologia humana.

George Gilder, um famoso consultor norte-americano, é um exemplo típico da mistura de um misticismo religioso, irracionalismo e crença no mercado e na tecnologia que tenta negar a realidade das contradições e as crises sociais. Comentando sobre a contradição entre o desejo de acumulação e consumo infinito e as limitações da natureza, ele pergunta: "Por que será que enquanto as possibilidades humanas atingem limites nunca dantes sequer suspeitados na História, os especialistas, na sua maior parte, parecem acometidos de ataques de claustrofobia?" Sua resposta: "Desde que a existência de Deus foi negada, esses homens que depositam todos os recursos de inteligência na razão, no raciocínio e na lógica, caíram na armadilha que eles mesmos haviam armado. Felizmente, o mundo não desabou com eles, o homem não é finito e a sua mente não se resume à materialidade de um cérebro. Da mesma forma que o desassossego e a histeria dos intelectuais modernos, a crise de energia é um fenômeno religioso,

31. Sobre o lógica e circuito sacrificial no ocidente, vide HINKELAMMERT, Franz. *Sacrificios humanos y sociedad occidental: Lucifer y la Bestia*. San José (Costa Rica), DEI, 1991. (tradução brasileira pela Ed. Paulus.)

32. NOVAK, Michael. *O espírito do capitalismo democrático*. Rio de Janeiro, Nordica, s/d., p. 398. (orig. inglês, 1982.)

uma conseqüência da falta de fé. E ela só pode ser superada por uma crença profunda, pelo reconhecimento pleno de que, além da escuridão e da cegueira do materialismo, existe um reino do espírito, que se alcança através da íntima relação da fé e do fato — o nome que podemos dar à ciência —, da inspiração poética, de tudo isto, misterioso e inefável, que não deixa de ser uma forma de oração.”³³

Esta longa citação pode entusiasmar pessoas religiosas que ingenuamente acreditam que qualquer referência à religião, principalmente numa linguagem tão mística, é em si boa. Este discurso religioso que se parece a tantos outros que inundam a tão falada revalorização da espiritualidade hoje não é nada mais do que um discurso que tenta negar a contradição real existente entre o desejo de consumo ilimitado e os limites do ser humano e da natureza como um todo. Negação essa que implica na real possibilidade de destruição do *habitat* humano e na condenação da grande parte da população à condição de vida infra-humana.³⁴

Uma segunda posição que encontramos é daqueles que assumem a gravidade das contradições e da crise econômica e procuram encontrar uma saída que não seja exclusivamente do interior da lógica do mercado, mas que seja subordinada a esta. Francis Fukuyama, o famoso autor da tese do “fim da história”, engrossa esta fileira com o seu último livro, *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Neste livro ele afirma que a maior eficiência econômica não é obtida por indivíduos

racionais auto-interessados, mas sim por grupos de indivíduos que são capazes de trabalhar juntos eficientemente, devido a uma comunidade moral preexistente. E que “uma das lições mais importantes que se aprende com um exame da vida econômica é que o bem-estar de uma nação, bem como sua capacidade de competir, é condicionada a uma única, abrangente característica cultural: o nível de confiança inerente à sociedade.”³⁵

Segundo Kenneth J. Arrow, prêmio Nobel de economia, “atualmente, a confiança tem um valor pragmático muito importante. Ela é extremamente eficiente; poupa muito trabalho termos um razoável grau de confiança na palavra dos outros. Infelizmente, não se trata de uma mercadoria que possa ser adquirida com facilidade.”³⁶ Se, “infelizmente” (sic) a confiança ainda não é uma mercadoria disponível no mercado, onde se pode conseguir este componente tão fundamental para a eficiência econômica? Fukuyama responde: “confiança não é conseqüência de cálculo racional; ela nasce de fontes como religião ou hábito ético, que não têm nada a ver com modernidade.”³⁷ Por isso, ele defende a tese de que “para as instituições da democracia e do capitalismo funcionarem apropriadamente, elas têm de coexistir com outros hábitos culturais pré-modernos que asseguram seu correto funcionamento” e estes “não são anacronismos numa sociedade moderna; pelo contrário, são a condição *sine qua non* para o seu sucesso.”³⁸

Esta recuperação de valores pré-modernos, em particular os valores religiosos, não

33. GILDER, G. *O espírito de empresa*. São Paulo, Pioneira, 1989, p. 60.

34. Sobre o problema da ecologia e sua relação com os pobres, vide BOFF, L. *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*. São Paulo, Ática, 1995

35. FUKUYAMA, Francis. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro, Rocco, 1996, p.21.

36. Kenneth J. Arrow. *The Limits of Organization*. Citado em FUKUYAMA F. *op.cit.* p. 167-168.

37. *op. cit.* p. 372.

38. Idem, *ibidem*, p. 26.

é um abandono da tese de que o capitalismo é o ápice da história, mas sim um retomar de uma tradição norte-americana. Como diz Michel Albert, “desde a origem, sem dúvida, a América é devotada ao dólar, mas mantinha uma mão sobre a Bíblia e outra sobre a Constituição. Permanecia uma sociedade profundamente religiosa, (...). E a moral tradicional implicava restrições, inspirava mandamentos, que não eram apenas formais (...). E quanto ao ‘tecido associativo’ tão cheio de vida, já foi dito a que ponto seu papel de amortecedor social era importante. Em suma, ao administrar suas contradições básicas, a sociedade americana encontrava o seu equilíbrio. É exatamente este equilíbrio que está hoje em ruptura. O dinheiro era rei mas, como todas as realezas, seu poder era contido, limitado. Hoje, seu poder tende a invadir todas as atividades sociais.”³⁹

Esta ruptura ou, nas palavras de Robert Reich, ex-secretário do Trabalho do governo Clinton, a desintegração do pacto social ameaça a estabilidade e a autoridade moral da nação,⁴⁰ o que abala a confiança e, por fim, a eficiência.

Esta tentativa de revalorizar a religião (os seus ritos, valores morais, mitos...) como um instrumento para o aumento da eficiência e competitividade é facilmente constatável na literatura de administração de empresas e começa a ficar também cada vez mais presente na área da economia. A relação economia-religião, que antes era implícita e só aparecia claramente após o trabalho de desvelar a sua “teologia endógena” (Hugo Assmann), aparece agora

explicitamente defendida por defensores do próprio sistema capitalista.⁴¹

Tanto os neoliberais radicais quanto os que reconhecem a necessidade de alguma correção para a manutenção do atual sistema econômico fazem o uso da religião. O primeiro grupo, com o seu discurso dogmático e sacrificialista. O segundo, buscando a religião como instrumento de aumentar a eficiência e superar ou contornar as contradições internas do capitalismo. A religião está na moda e vai permanecer assim por mais tempo, não só na esfera do pessoal e subjetivo, mas também na esfera empresarial e macroeconômica.

5. MISSÃO DA IGREJA

A experiência religiosa é experiência de um mistério que transcende o ser humano. A religião é a institucionalização necessária desta experiência feita por um grupo social. Neste sentido, a religião é antes de mais nada uma tentativa humana de viver no interior da história um mistério que está além, que é transcendente.

Quando se pretende revalorizar a religião como um instrumento de criação de confiança ou de outros objetivos em vista do aumento da eficiência e, em última instância, da riqueza, está se negando à religião o que lhe é mais próprio: a referência à transcendência. Esta redução só é possível com a absolutização de algo inteiramente humano: o mercado. A lógica do mercado, com a sua lei da concorrência e a sobrevivência do mais eficaz, é elevada à condição de absoluto que sustenta todo o sistema. É o ídolo.

39. ALBERT, Michel. *Capitalismo X capitalismo*. São Paulo, Fundação Fides — Loyola, 1992, p.102.

40. REICH, Robert B. “Um programa inacabado”. *O Estado de São Paulo*, 23/02/97, São Paulo, p. A-2.

41. Apesar de não termos analisado neste artigo, vale a pena citar como um outro exemplo significativo as duas palestras de M. Camdessus, o diretor-geral do FMI, sobre a relação entre o Reino de Deus e Mercado. “Marché-Royaume. La double appartenance”, *Documents EPISCOPAT. Bulletin du Secrétariat de la Conférence des Évêques de France*, n. 12, jul-ago/92; *Mercado e o Reino frente à globalização da economia mundial*, São Paulo, Newswork, s/d. (Conferência dada no México, 29/10/93.)

Contra a idolatria do mercado devemos reafirmar a nossa missão: sermos testemunhos da ressurreição de Jesus, sermos anunciadores do Deus de Jesus. A melhor forma de negar a transcendentalização do mercado que sacrifica os pobres é testemunhando que Deus, mesmo presente no mundo, não se identifica com ele, e é totalmente transcendente. Neste sentido, é importante explicitarmos que a missão da Igreja é uma missão religiosa. Mesmo numa sociedade moderna, que se crê secularizada, há uma tarefa fundamental para a religião: anunciar a transcendência de Deus para que os seres humanos não se esqueçam da sua condição humana e para que não se absolutize nenhuma instituição social.

Ser testemunhas do Transcendente não é uma tarefa fácil. A própria estrutura da experiência religiosa está marcada pela possibilidade de idolatria. Como só podemos experienciar o sagrado através de algo humano, seja um objeto ou uma lei moral, sempre corremos o risco de confundirmos este “suporte” humano com a própria transcendência. É isso que ocorre muitas vezes quando esquecemos que os sacramentos, ritos religiosos e Igrejas nunca são manifestação pura e plena de Deus; quando esquecemos que Igreja ou nosso projeto social em favor dos pobres não é Reino de Deus, e que, portanto, não pode ser absolutizado, mas sempre criticado e “reformado”. Idolatria não é algo que só ocorre no mercado, mas é uma tentação permanente em todos os grupos humanos.

Uma forma de vencer a tentação da idolatria é sempre afirmar a absoluta transcendência de Deus, mas, como diz Jon Sobrino, “se, de um lado, a transcendentalidade da experiência de Deus e a reser-

va escatológica proíbem declarar um único e exclusivo lugar para a experiência de Deus, também não exigem que se relativizem qualquer lugar histórico para tal experiência.”⁴² O lugar por excelência onde podemos experienciar a presença transcendente de Deus na história e ao mesmo tempo criticar radicalmente a idolatria do mercado é no meio dos pobres. Os pobres são os excluídos do sistema de mercado, os que não existem, os que estão para além dos limites do mercado. Afirmar a sua existência, ouvir o seu clamor⁴³ e testemunhar — com a presença visível da Igreja no meio dos pobres e lutas concretas em favor deles — que Deus está no seu meio é a melhor forma de negar a absolutização do mercado, de mostrar os seus limites. Negar a idolatria do mercado e mostrar os seus limites não significa, contudo, negar o mercado de uma forma absoluta. Isso seria idolatria ao inverso. O que precisamos é a adequação do mercado ao objetivo de vida digna e prazerosa para todos os seres humanos. E para isso, a opção pelos pobres, com tudo o que isso significa, continua sendo um caminho privilegiado da Igreja e dos cristãos na sua missão de testemunhar a sua fé em Deus que quer que “todos tenham vida, e a tenham em abundância” (Jo 10,10).

Um outro ponto importante na nossa missão é o problema do sacrifício. O ídolo é o deus que exige sacrifícios de vidas humanas, que não perdoa e nem ouve os clamores dos pobres. Deus, pelo contrário, é Aquele que ouve os clamores e, em vez de exigir sacrifícios, oferece como dom a misericórdia.

Sabemos que o sistema de mercado “bebeu” de uma determinada configuração histórica do cristianismo a sua teologia

42. SOBRINO, Jon. *A ressurreição da verdadeira Igreja*. São Paulo, Loyola, 1982, p. 138.

43. Sobre a revelação, o clamor dos pobres e o mercado, vide: SUNG, J. M. *Deus numa economia sem coração*. e ASSMANN, H. *Clamor dos pobres e racionalidade econômica*. São Paulo, Paulus, 1991.

sacrificial. É óbvio que o sacrificalismo esteve e está presente em muitas outras religiões e sociedades, mas também é inegável a influência da teologia sacrificial cristã na mentalidade do Ocidente. Na luta contra a cultura de insensibilidade que marca o nosso tempo, é fundamental mostrarmos que o sofrimento humano, em particular dos pobres excluídos por um sistema econômico opressor e injusto, não é uma exigência de Deus para a salvação. Precisamos com nossas práticas e testemunho de vida mostrar que o que Deus quer "é misericórdia e não sacrifícios" (Mt 9,13).

Como sempre insistia Juan Luis Segundo, não pode haver uma teologia da libertação sem a libertação da teologia. Não conseguiremos contribuir eficazmente na luta contra a exclusão social causada pelo atual sistema de mercado se não conseguirmos, ao mesmo tempo, nos livrar dos traços sacrificiais presentes em muitas das nossas soteriologias.

6. CONCLUSÃO

Ao final deste artigo, alguém poderia reclamar, com razão, que a parte da análise social é desproporcionalmente maior do que a parte mais teológica. Mas este foi, em parte, resultado do objetivo do texto:

compreender os desafios do nosso tempo para que possamos elaborar, com criatividade, respostas que cada um ou cada grupo pode dar a partir de seu contexto, carismas e possibilidades.

Por fim, quero lembrar que estes princípios teológico-políticos, a transcendência de Deus que nega a absolutização do mercado e a crítica do sacrificalismo em nome da misericórdia, estão no campo da "disputa ideológica". Disputa importante, mas que não deve nos fazer esquecer que há o outro pólo: o da tecnologia e instituições. A nossa espiritualidade deve desmascarar a ideologia neoliberal que cimenta o atual sistema excludente, mas também deve se servir de diretrizes para formulação e criação de novas instituições e técnicas. Na tensão entre estes dois pólos é fundamental lembrarmos que Deus, a plenitude, o absoluto, está sempre além das nossas possibilidades humanas e históricas. Em outras palavras, a nossa experiência do mistério de Deus e o nosso desejo de vermos os problemas dos nossos irmãos resolvidos de uma forma plena e definitiva não devem nos fazer esquecer que é dentro das limitações e possibilidades históricas que podemos construir, não o Reino de Deus, mas sim sociedades e instituições que, sendo mais justas e fraternas, sejam sinais antecipatórios do Reino definitivo.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Destaquem dois ou três traços da visão global das mudanças atuais, descrita pelo autor, na primeira parte do artigo, que vocês considerem mais relevantes no contexto em que está situada a sua comunidade.
2. O autor faz uma reflexão interessante sobre as contradições do sistema. Vocês crêem que religiosos e religiosas são conscientes dessas contradições e das suas possíveis consequências? Indiquem dois ou três pontos que precisariam ser mais trabalhados na comunidade a esse respeito.
3. A relação entre religião e economia é um dos aspectos polêmicos no atual momento histórico e que o artigo aborda com muita pertinência. Depois de discutir as idéias do autor a esse respeito, procurem identificar os desafios maiores que essa relação está colocando para a Vida Religiosa hoje.

A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E O MUNDO DO TRABALHO (II)

OS(AS) TRABALHADORES(AS) BRASILEIROS(AS) E A INSERÇÃO DO BRASIL NA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Inácio Neutzling e José Dari Krein*
Curitiba - PR

No artigo anterior¹ caracterizamos o capitalismo no final do século XX como predominantemente financeiro e rentista que exige uma gigantesca concentração do capital industrial. Mostramos que uma importante e fundamental característica das mudanças da economia capitalista mundial, hoje, é o vertiginoso crescimento da desigualdade social que se expressa, especificamente, no aumento do desemprego e da pobreza, tanto nos países à margem do processo de

mundialização do capital, quanto nos países centrais. Destacamos, ainda, que há algo novo no cenário da mundialização do capital. Trata-se da emergência de movimentos de resistência a este processo. Resistência que surge, especialmente, de organizações não governamentais,² das Igrejas³ e de organizações sindicais. Dentre os movimentos de resistência destacamos a surpreendente greve dos(as) trabalhadores(as) da Coréia do Sul, com o importante apoio da população, da Igreja Católica e de

* OS AUTORES: Os autores deste texto são pesquisadores do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT – O Centro, localizado em Curitiba - PR, é uma iniciativa da Companhia de Jesus. Ele atua na pesquisa das mudanças do mundo do trabalho e na formação política. Entre outras atividades, coordena, juntamente com a CNBB – Regional Sul 2, a Escola de Formação Fé e Política do Paraná. Presta assessoria à Escola Sul da CUT, com sede em Santa Catarina; participa da Confederação Nacional de Metalúrgicos – CNM –; assessora muitos encontros e cursos de formação sindical. José Dari Krein fez o Curso de Pós-Graduação de Economia e Trabalho na UNICAMP.

1. NEUTZLING, Inácio. "A Mundialização do Capital e o Mundo do Trabalho. Algumas Observações (I)", *Convergência*.
2. Como exemplo, basta lembrar as importantes discussões realizadas no Rio + 5, recentemente. Cf. *CEPAT Informa*, nº 27/1997, p. 21-23.
3. Cf. o documento do episcopado francês, novembro de 1996, *O Fosso social não é uma fatalidade* traduzido em *Notícias da CNBB 27-02-97*; o episcopado colombiano, em nota pastoral de fevereiro de 1997, denuncia que "O Neoliberalismo empobrece o país" cf. *Notícias da CNBB 27-02-97*; o presidente do episcopado alemão, Karl Lehmann juntamente com o presidente da Igreja Luterana da Alemanha (EDK), assinaram, em fevereiro deste ano, o documento *Für eine Zukunft in Solidarität und Gerechtigkeit* (Por um Futuro na Solidariedade e na Justiça). Pela primeira vez um texto social de grande significado é assinado conjuntamente pelas duas Igrejas. O documento é uma crítica ao modelo liberal — cf. *Il regno 6/97*, p. 148-151; o episcopado da Inglaterra e do País de Gales no documento *The Common Good and the Catholic Church's Social Teaching* (O Bem Comum e o Ensino Social da Igreja) denunciam que "a economia de livre mercado tende a produzir um estado de coisas que, concretamente, se revela como uma 'opção contra os pobres'" — a íntegra do texto está em *Il Regno 1/97* p. 34-50; os superiores provinciais jesuítas da América Latina publicaram em novembro de 1996 uma importante carta sobre "O Neoliberalismo na América Latina", Ed. Loyola, São Paulo, 1997. Para uma crítica ao documento cf. CAMPOS, Roberto "O 'neobobismo' dos jesuítas", *Gazeta do Povo 6-04-97* p. 16.

monges budistas. A catedral de Seul foi o local de refúgio de sete dirigentes da Confederação Coreana de Sindicatos — KCTU, central sindical clandestina. O cardeal Kim, arcebispo de Seul, teve importante papel na mediação do conflito. Monges e padres católicos marcharam juntos nas ruas de Seul com os manifestantes em greve.⁴ Neste artigo analisaremos as mudanças nas condições de luta dos(as) trabalhadores(as) brasileiros(as) que decorrem da atual reestruturação e reorganização da economia capitalista mundial. Num primeiro momento, mais sucintamente, refletimos sobre o Brasil e a inserção na mundialização do capital. Num segundo momento, tratamos, mais longamente, as várias propostas de flexibilização e precarização das relações de trabalho. É, sem dúvida, o tema que está na ordem do dia da agenda neoliberal. No terceiro momento, descrevemos os principais desafios para o movimento sindical, ressaltando a importância da luta pela redução da jornada de trabalho e a necessidade de formular um novo projeto de sociedade.

I. O BRASIL E A INSERÇÃO NA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

O Brasil, desde o final da década de 1980, adotou a estratégia que pode ser formulada da seguinte forma: inserção competitiva do Brasil no mercado internacional. A elaboração desta estratégia foi

feita, na segunda metade da década de 1980, pelos tecnoburocratas do BNDES. Esta estratégia foi vitoriosa nas eleições presidenciais de 1989, especialmente no segundo turno, no dia 17-12-89. O governo Collor a implementou, ainda que de maneira establanada. O ‘impeachment’ de Collor é um percalço neste trajeto, que, no entanto, é retomado, com novo vigor, pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). O programa de FHC compõe-se, fundamentalmente, dos seguintes pontos: a privatização, a retirada do Estado da economia, a desregulamentação de alto a baixo, o ataque aos direitos sociais e humanos, a desregulamentação do mercado da força de trabalho, a “desconstitucionalização” da Constituição-cidadã de Ulysses Guimarães que criou a “ingovernabilidade”. Este programa passou a ser o livro comum, transcendental, enfim, a bíblia da grande burguesia e do candidato.⁵ Assim, mais do que Collor, que era apenas um aventureiro, FHC é um “intelectual orgânico” das reformas burguesas.

Tanto a aura intelectual de Cardoso quanto a sua própria contribuição na formulação das “reformas” fazem-no o portador da hegemonia burguesa contemporânea no Brasil. Em poucas palavras, embora existam contradições, FHC e seu PSDB não são “estranhos no ninho” das grandes corporações. Importa não esquecer que FHC já havia aderido às teses neoliberais, quando fez de tudo para levar ao “ninho collorido” o PSDB. “Por essas razões, o

4. Além da resistência dos(as) trabalhadores(as) sul-coreanos, só no mês de março aconteceram: a primeira eurogreve da história; o protesto de 1200 operários da General Motors — GM — em Fort Wayne, no Estado de Indiana; as grandes manifestações dos mineiros alemães que bloquearam as principais ruas de Bonn, sede do governo alemão, durante vários dias; trabalhadores da Hungria ocuparam no início do mês de março as principais ruas de Budapest; grandes manifestações aconteceram na França em protesto contra a lei Debré que discrimina os(as) trabalhadores(as) estrangeiros. Cf. *CEPAT Informa*, nº 27/1997, p. 2-6 e nº 26/1997, p. 2-5.

5. Cf. OLIVEIRA, Francisco de. “Quem tem medo da governabilidade?”, *Novos Estudos CEBRAP* 41, março 1995, p. 66.

projeto conduzido por FHC é duradouro. Não se está em presença de um estouro imprevisto, *à la Collor*, mas de uma longa elaboração social, de que Collor foi apenas um aviso extemporâneo. Tampouco o lugar ocupado por FHC não deveu-se apenas ao seu enorme senso de oportunidade para perceber um vazio de liderança burguesa: contam muito para que o projeto burguês de hegemonia ganhe consistência e passe à ofensiva, as qualidades do hoje presidente. Trata-se de um *condottiere* no sentido mais rigoroso do termo, e a excepcionalidade de sua personalidade é um elemento constitutivo da hegemonia”.⁶

Os sinais da intolerância da grande burguesia contra organizações sociais do assalariado, e mais especificamente contra certas categorias operárias, já não se dão a público vestidos em apelos à cooperação. O exemplo paradigmático desta postura é o tratamento dado, logo no início do atual governo, à greve dos petroleiros. A greve dos petroleiros, a sua duração, a sua dimensão nacional, a composição da categoria, a intervenção do exército, a estratégia preparada pelo governo para enfrentar o movimento dos trabalhadores, entre outros fatores, ajuda a compreender melhor o caráter do governo FHC. Como a greve dos 300 mil em 1953, as greves de Contagem e Osasco em 1968, as greves do final da década de 1970 no ABC, contribuíram para definir o caráter dos governos Vargas, do regime militar em busca da sua constitucionalização e as dimensões da abertura democrática e da política econômica do mesmo, respectivamente, a greve dos petroleiros marca o caráter político do atual

governo. Como as greves citadas contribuíram, igualmente, para definir a luta sindical naqueles momentos históricos, a greve dos petroleiros é importante para indicar os rumos da luta dos trabalhadores nesta nova fase da política brasileira.

No tratamento dado à greve é claro que o governo FHC quis afrontar diretamente a Central Única dos Trabalhadores — CUT. Qual foi a caminhada da CUT nestes últimos anos? Numa conjuntura de total incapacidade do Estado de formular uma política industrial, as empresas transnacionais instaladas no País encontraram na CUT um interlocutor importante. Por outro lado, a CUT evoluiu progressivamente para uma posição que superava a subalternidade, seja frente ao Estado, seja frente às empresas. O exemplo mais claro desta postura é a participação da CUT nas Câmaras Setoriais, especialmente a da Indústria Automobilística.⁷ A continuidade da experiência das Câmaras Setoriais, com todos os seus limites, abria a possibilidade de se forjar um programa de modernização que valorizasse simultaneamente o crescimento econômico, a cidadania e a redefinição das relações Estado-mercado num sentido civilizatório. Esta experiência foi abandonada pelo governo FHC. Como a greve dos petroleiros o demonstrou, ela foi substituída pela implantação autoritária de um programa que dispensa o diálogo. Paulo Pereira da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e diretor da Força Sindical, expressou com clareza o objetivo do governo frente ao movimento sindical: “O governo, preparado e es-

6. OLIVEIRA, Francisco de. art. cit. p. 68.

7. Sobre a importante experiência das câmaras setoriais, cf. ARBIX, Glauco. “Trabalho: Dois Modelos de Flexibilização”. *Lua Nova* 37/1996, p. 171-190; ARBIX, Glauco. *Uma Aposta no Futuro. Os Primeiros Anos da Câmara Setorial da Indústria Automobilística*. Ed. Scritta, São Paulo, 1996.

perto, quebrou a espinha dorsal do movimento com muita sabedoria política".⁸

Torna-se cada vez mais claro que, para o governo, as conquistas sociais dos trabalhadores são consideradas elementos de "ingovernabilidade". A "desconstitucionalização" é o caminho para limpar o terreno. E aí o movimento social e o movimento sindical incomodam, justamente porque não aceitam voltar à posição de subalternidade, que é a demanda do empresariado e dos neoliberais.

Assim, sucintamente, podemos caracterizar a inserção do Brasil no mercado internacional como subordinada e dependente. Recentemente, numa importante entrevista, Celso Furtado constatava que "o governo FHC não tem política ativa de inserção internacional no plano comercial. A participação do Brasil na globalização dá-se preferencialmente no plano financeiro".⁹ Trata-se, segundo o mesmo economista, de uma forma inadequada de inserção que, entre outras coisas, é a causa do desemprego no Brasil. É uma estratégia que decidiu esquecer que há uma nação.¹⁰ Aliás, foi o próprio Presidente da República, que no discurso aos empresários em Londres, definiu bem a estratégia brasileira quando afirmou: "A estabilidade política e econômica, que é a base do crescimento econômico no Brasil e na América do Sul, é uma garantia de altos lucros com baixos riscos".¹¹

II. A FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E A SUBALTERNIZAÇÃO DOS SINDICATOS

A Flexibilização das Relações de Trabalho

A mundialização do capital, favorecida pela revolução tecnológica,¹² implica em novas relações de trabalho. A palavra mágica, neste campo, é a flexibilização das relações de trabalho. Empresas flexíveis requerem um mercado de trabalho também flexível, com relações de trabalho desregulamentadas. Em outros termos, a proposta é fazer com que a lógica do mercado reja e regule as relações de trabalho. A discussão da desregulamentação ou flexibilização de direitos trabalhistas está, portanto, dentro do contexto da mundialização do capital, onde as empresas e/ou o capital transnacional pressionam os Estados nacionais a adotarem uma legislação que deixe o trabalho sob o seu controle. Trata-se da precarização dos direitos trabalhistas como forma de dar maior competitividade às empresas. Assim, o conceito flexibilidade, que quer dizer doce, gentil, na verdade, para os(as) trabalhadores(as) se torna "qualquer coisa feroz, inflexível, sinônimo de livre demissão".¹³

Para FHC é esta a alternativa para enfrentar o desemprego.¹⁴ O governo federal

8. PEREIRA DA SILVA, Paulo. "Faltou Gás, mas o Brasil ganhou". *Folha de São Paulo*, 9-06-95, p. 1-3.

9. Entrevista para a *Gazeta Mercantil*, 17-02-97.

10. A opinião é de Milton Santos, geógrafo, USP, *O Estado de São Paulo*, 19-01-97.

11. Fernando Henrique Cardoso no discurso feito em Londres, em fevereiro de 1997. "Que coisa, hein? 'Altos lucros e baixos riscos' é tudo o que o empresário quer." — foi o comentário de Clóvis Rossi, jornalista, no artigo "Salesmen" (vendedores) onde analisa o fato de homens de Estado se transformarem em mascates chiques, que "vendem" seus países a empresários ávidos por bons negócios, *Folha de São Paulo*, 11-02-97.

12. Cf. NEUTZLING, Inácio. "A Grande Transformação Socioeconômica do capitalismo no final do século XX. Algumas Características". *Convergência* n° 293, junho de 1996, p. 322-329.

13. FORRESTER, Viviane. *L'Horreur Économique*. Paris, Ed. Fayard, 1996.

14. Sobre este tema cf. NEUTZLING, Inácio. "O Trauma do Desemprego". *Convergência* n° 292, maio de 1996.

não apresentou nenhum projeto global de mudança do atual sistema de relações de trabalho. Através de suas ações está, no entanto, possibilitando o processo de flexibilização, cada vez maior, das relações de trabalho. Eis algumas iniciativas que caminham nesta direção:

A. A Participação nos Lucros e Resultados (PLR), apesar de ser uma discussão antiga, está sendo impulsionada a partir da edição, em dezembro de 1994, no apagar das luzes do governo Itamar Franco, da Medida Provisória (MP) nº 1029. Depois desta data vem sendo reeditada sistematicamente pelo governo atual. Por um lado, a PLR é uma luta histórica da classe trabalhadora. Ela visa uma maior participação na riqueza produzida pelos(as) trabalhadores(as). Ou seja, ela é uma forma importante de distribuir a riqueza e a renda gerada pela sociedade. Por outro, principalmente na forma como está sendo aplicada atualmente, ela contribui para flexibilizar o padrão das relações de trabalho no Brasil. Os principais elementos que contribuem para a flexibilização são:

a - As negociações são pulverizadas em nível de empresa, isto é, os acordos em torno da PLR estão sendo efetuados pelo sindicato e/ou comissões de trabalhadores diretamente com a empresa e não com uma categoria. A pulverização fragmenta as negociações e enfraquece a luta de uma categoria. Há algumas exceções como, em nível nacional, a categoria dos bancários do setor privado e, em São Paulo, os gráficos.

b - A maioria dos acordos de PLR não estão sendo feitos a partir de análises técnicas em torno de índice de produtividade, qualidade ou lucratividade. Eles são meros abonos que compensam a baixa remuneração do(a) trabalhador(a) mas que não incorporam no salário a inflação passada. A instituição da PLR é vantajosa para a empre-

sa, pois sobre ela não incidem os encargos sociais, como o 13º salário, as férias, o descanso semanal remunerado e a aposentadoria do(a) trabalhador(a). Isso contribui para que o salário se torne variável.

No entanto, até o momento, os valores pagos pelas empresas como participação nos lucros e resultados são pouco expressivos. Pesquisa realizada pelo DIEESE constata que em 448 acordos, 84% receberam, por ano, valores inferiores a R\$ 500,00.

c - A instituição do salário variável propicia que o(a) trabalhador(a) assuma com mais ardor e empenho os objetivos da empresa. Isto porque só se conseguirá uma remuneração maior se o desempenho da empresa também for melhor. Neste sentido, a participação nos lucros e resultados da empresa torna-se uma forma de cooptação do(a) trabalhador(a) aos objetivos da empresa e de ajuste aos novos métodos de gerenciamento da produção e do trabalho.

d - A medida provisória, em suas reedições, incentiva a criação de uma comissão de empregados. Os membros da comissão não têm estabilidade. A comissão sempre está sob a ameaça da demissão sumária. A MP, assim, não prevê a participação da entidade sindical no processo de negociação. A Constituição Federal, no entanto, no seu artigo 8º, garante que em qualquer processo de negociação coletiva haja a participação do sindicato. Há uma sentença do Supremo Tribunal Federal que obriga as empresas a aceitarem a participação do sindicato no processo de negociação. Mas, como essa participação ainda não está institucionalizada em lei, cria-se a confusão. Percebe-se que há uma opção implícita na MP da PLR: a criação de sindicatos por empresa.

e - Outra dificuldade adicional é que os(as) trabalhadores(as) não têm acesso às informações econômicas e financeiras da empresa. Isto inviabiliza a possibilidade de acompanhar o desempenho da empresa e a realização de uma negociação transparente.

É importante ressaltar que a PLR está se difundindo na atual conjuntura. Parece que ela veio para ficar. Ela vai contribuindo, no atual contexto, para alterar as atuais relações de trabalho no sentido de torná-las mais flexíveis. Isto se dá quando ela possibilita o crescimento da remuneração variável e a pulverização da negociação em nível de empresa. Ela vai se tornando, enfim, uma moeda de troca na medida em que substitui possíveis aumentos reais, a reposição da inflação passada e/ou ganhos de produtividade por um abono semestral ou anual.

B. As cooperativas profissionais. Uma lei, aprovada pelo Congresso Nacional, em 1994,¹⁵ possibilita que os(as) trabalhadores(as) se organizem em cooperativas de prestação de serviços e executem o trabalho dentro de uma empresa, sem caracterização de vínculo empregatício. Estas cooperativas profissionais estimulam a informalidade, pois é possível contratar a mão de obra sem pagar os encargos sociais. Em outras palavras, a empresa incentiva um determinado grupo de pessoas a organizar uma cooperativa, contrata o seu serviço e não tem responsabilidade pelos encargos trabalhistas. Os trabalhadores não são mais funcionários, mas “sócios” de uma cooperativa. A cooperativa agencia o serviço com

uma empresa. Os “sócios” da cooperativa trabalham sem nenhum registro em carteira, não usufruem dos direitos trabalhistas, tais como férias, 13º salário e previdência social. Estes(as) trabalhadores(as), dentro da proposta de reformulação previdenciária, terão imensas dificuldades para se aposentar. As cooperativas tornaram todas as irregularidades legais. A lei 8.949 legalizou a função do “gato”, conhecido tanto pelos trabalhadores da construção civil quanto pelos trabalhadores rurais temporários. O antigo “gato” vira gerente da cooperativa. É a legalização da fraude trabalhista. Essa prática de desregulamentação está sendo usada com intensidade, por exemplo, na indústria calçadista do Vale do Rio dos Sinos (RS) e nas colheitas de laranja na região de Bebedouro (SP).

C. A desindexação salarial. Em 1995, o governo federal editou duas MPs que dispõem sobre a desindexação salarial. Trata-se das MPs nº 1053 e 1079. As conseqüências destas duas MPs são o arrocho salarial, principalmente para as categorias organizativamente frágeis, e o reforço do papel do Tribunal Superior do Trabalho — TST — ao desestimular o processo de negociação dos sindicatos com as empresas. Possibilita-se a livre negociação salarial em troca da ausência de uma política salarial. Ou seja, a negociação é livre desde que não haja indexação salarial. Isto, concretamente, significa que os(as) trabalhadores(as) não conseguem repor as perdas salariais passadas. Assim, em 1996, o índice de reajuste salarial conseguido pela grande maioria dos acordos assinados não repôs as perdas ocorridas no período. Por

15. O projeto de lei foi uma iniciativa de deputados do PT. Ela respondia a uma demanda dos setores populares que vinham desenvolvendo experiências de organização de cooperativas. A existência do vínculo empregatício entre os cooperados e as cooperativas acabava deturpando o sentido solidário que deveria ter a empreitada. Quem saía da cooperativa podia entrar com uma ação judicial e “cobrar seus direitos trabalhistas”, trazendo para a cooperativa imensas dificuldades financeiras. No entanto, a lei 8.949 teve como “efeito colateral” uma verdadeira avalanche de iniciativas empresariais de promover a criação de cooperativas “fantasmas”. Para as empresas, a lei foi uma ótima oportunidade de contratar sem encargos.

3
1
0
1
0
0
1
0
1
0
0

exemplo, os metalúrgicos do Rio Grande do Sul conseguiram somente 11% na negociação da convenção coletiva. As perdas do período, todavia, foram de 18%.

D. O contrato temporário de trabalho é outra proposta apresentada como alternativa para enfrentar o crescimento do desemprego. As relações de trabalho no Brasil já são extremamente precárias. Um índice desta precariedade é a alta rotatividade. Cerca de 50% dos trabalhadores do setor formal estão há menos de dois anos no mesmo emprego. Isto significa que, se a probabilidade de cada trabalhador mudar de emprego fosse a mesma, a cada quatro anos todos os trabalhadores do país teriam trocado de emprego¹⁶. O dado é alarmante, se comparado com a situação de outros países. É um dos índices de rotatividade mais elevados do mundo. Ele evidencia que o custo da demissão é baixo. É mais barato demitir e readmitir do que preservar seu emprego ao longo de um ciclo econômico.

Assim, a proposta da introdução dos empregos temporários em que os(as) trabalhadores(as) podem ser contratados(as) com encargos e demitidos(as) sem indenização, é perversa. O acordo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, referendado pela Força Sindical, com a FIESP, em 1996, vai neste sentido. Na mesma direção vai a Portaria 865 do Ministério do Trabalho, de dezembro de 1995, que orienta os fiscais a não multarem acordos que descumpram a lei. “Esta proposta não tem qualquer compromisso com a melhoria da qualidade do emprego. Apenas, o trabalhador que poderia estar no setor “infor-

mal” (sem encargos e sem custo de demissão) agora passa a ter um emprego “formal” (sem encargos e sem custo de demissão). Fica, assim consagrada na lei a segmentação do mercado de trabalhado”. Assim, “os efeitos sobre a ampliação da precarização e da desigualdade do mercado de trabalho nacional seriam enormes e um fracasso enquanto medidas voltadas para o aumento do emprego, como já demonstrou a experiência de vários países europeus e latino-americanos”¹⁷. Isto é tanto mais grave no Brasil que é “um dos poucos países do mundo que têm um mercado de trabalho tão flexível”¹⁸. Países europeus, como a França, por exemplo, constatam que “as políticas de redução de encargos sociais e de flexibilização do mercado de trabalho mostraram seus limites”¹⁹.

2. A Subalternização do Sindicato

Há uma forte tendência das empresas dispensarem o sindicato na relação com os seus empregados. O espaço da fábrica é o local onde são negociados os direitos e os deveres dos trabalhadores. Cada vez mais os funcionários de uma empresa se distanciam dos problemas do conjunto da categoria. A referência ao conjunto das lutas da categoria se dilui, quebrando a solidariedade de classe. Esta prática de negociação viabiliza novas relações de trabalho ao abrir canais explícitos entre a gerência e representantes dos trabalhadores na base. Vejamos dois exemplos destes novos mecanismos de negociação que ocorrem no espaço da empresa.

A. Comissão de representantes por setores. Cada setor elege um funcionário,

16. Os dados são da pesquisa feita por Gustavo Gonzaga, economista e professor da PUC-RJ, cf. *Gazeta Mercantil*, 29-01-96, p. A 5.

17. AMADEO, Edward J. “Emprego: não legalizar a precariedade”. *Folha de São Paulo*, 11-02-96, p. 2-2.

18. José Márcio Camargo — professor de economia da PUC/RJ. *O Estado de São Paulo* 19-01-97.

19. Entrevista de Thomas Coutrot, da assessoria econômica do Ministério do Trabalho da França. *Folha de São Paulo*, Mais, 3-03-96, p. 5-10.

como seu representante, para levar os anseios dos trabalhadores até a direção da empresa. Estes se reúnem, freqüentemente, com a direção da empresa onde apresentam as reivindicações dos(as) trabalhadores(as). Ao mesmo tempo, levam as solicitações da direção da empresa, por exemplo, as metas de produção da empresa, aos(as) trabalhadores(as). Além disso, todo(a) trabalhador(a) pode apresentar diretamente ao seu supervisor suas reivindicações. Se estas não forem atendidas serão levadas, pelo representante, à direção da empresa. Neste caso, os acordos têm a participação formal do sindicato que, no entanto, não tem poder de interferência nas negociações.

B. Comitê de fábrica. A empresa organiza o comitê de fábrica. As chefias escolhem um trabalhador por setor para participar. Este se reúne uma vez por mês com a direção da empresa. O comitê tem a finalidade de repassar as metas da empresa aos trabalhadores e, ao mesmo tempo, trazer os problemas da fábrica para a direção da empresa. Sua função é, também, recolher as sugestões dos(as) trabalhadores(as) para melhorar a produção, o processo de trabalho e a qualidade dos produtos. As sugestões dadas pelos(as) trabalhadores(as) que contribuam para o aumento da produtividade e da qualidade dos produtos, normalmente, são recompensadas pelas empresas.

Assim, a tendência é a redução das negociações ao espaço da empresa. Os acordos gerais têm cada vez menos incidência sobre as relações salariais dos(as) trabalhadores(as) integrados(as). Há, portanto, uma crescente fragilização do papel dos sindicatos. “Em função dessa realidade — que tem na fragilização do poder estruturante do Estado o seu corolário — é

que se dá o deslocamento do centro de gravidade das relações industriais do nível macro, da sociedade em geral, para o nível micro, da fábrica”.²⁰ A flexibilização, pretendida pelas empresas, não tem no horizonte relação de trabalho baseadas em contratos coletivos amplos de trabalho.

Análise das propostas de flexibilização das relações do trabalho e dos mecanismos de solução dos conflitos dentro das empresas, permite que percebam claramente uma tendência forte no sentido da fragilização do papel dos sindicatos. Na lógica do capital, o surgimento do sindicato por empresa contribui decisivamente na integração funcional do(a) trabalhador(a) na empresa. Ele(a) passa a “vestir a camisa” da empresa. É o que faz o sindicalismo japonês. Lá o delegado sindical é, também, o supervisor da empresa. Assim, assuntos que dizem diretamente respeito ao cotidiano dos(as) trabalhadores(as), como, por exemplo, o processo de reestruturação produtiva, não são negociados com o sindicato. A negociação das vantagens econômicas, sociais e das condições de trabalho não passa mais pela convenção coletiva do sindicato. Os direitos dos(as) trabalhadores(as) integrados(as) assume uma dimensão mais ampla e mais importante do que a convenção coletiva. Isto vai criando uma nova cultura. A cultura de que o sindicato é dispensável e até um empecilho. Por isso é bastante comum ouvir avaliações do tipo: “O pessoal não tá nem aí com o sindicato” ou “o sindicato só sabe agitar”.

Enfim, as negociações trabalhistas acabam tendo por único parâmetro a busca da competitividade da empresa no mercado. A competitividade é tudo. Fora dela não há salvação. Portanto, a melhoria das condições de trabalho, do salário, tudo, enfim, passa a ser negociado no horizonte da busca

20. RODRIGUES, Iran Jácome e ARBIX, Glauco. “Novas Estratégias Sindicais diante do Desemprego”. *São Paulo em Perspectiva*, 10/1, 1996, p. 82.

da competitividade. Neste sentido, para as empresas, a flexibilização e a precarização das relações de trabalho são condição "sine qua non" para que aumentem as suas vantagens competitivas e, assim, possam sobreviver na guerra em que se transformou a busca da competitividade.

III. OS DESAFIOS PARA O MOVIMENTO SINDICAL

As mudanças extremamente rápidas do mundo do trabalho têm uma repercussão muito grande no movimento sindical. O atual modelo sindical foi forjado sob o padrão fordista de produção.²¹ A crise do movimento sindical é evidente. Ele não consegue agregar as pessoas com as suas propostas. A lealdade do(a) trabalhador(a) com a direção sindical é cada vez menor. Tudo isto desemboca na crise de representatividade do movimento sindical.

Uma das acusações mais corriqueiras contra o movimento sindical é a do corporativismo. De fato, o sindicato é, por sua própria natureza, uma entidade que defende os interesses de um determinado setor. Portanto, o sindicato tem um viés corporativista. O corporativismo torna-se um problema quando o sindicato desenvolve uma ação que privilegia, de forma quase absoluta, a defesa dos interesses de uma determinada categoria em detrimento do conjunto da sociedade. Juntamente com a pecha de corporativismo, emerge, nas discussões sobre o sindicalismo, o conceito do "neocorporativismo". Este conceito tem dois significados complementares. Por um lado, é o desenvolvimento de atividades que procuram garantir os interesses de determinado setor repassando os custos dos acordos laborais para o conjunto da so-

riedade através do aumento de preços, do comprometimento da qualidade dos produtos e/ou serviços e da agressão à natureza. Por outro, é a expressão de um movimento que privilegia os(as) trabalhadores(as) integrados(as), os assalariados e não investe na organização dos(as) trabalhadores(as) enquanto classe. Por exemplo, os(as) desempregados(as) são carta fora do baralho para a quase totalidade dos sindicatos. O(a) trabalhador(a) só é representado(a) quando está vinculado(a) à sua base. Outro exemplo dessa tendência é a dificuldade de se estabelecer lutas gerais e efetivar a solidariedade entre as categorias. É imensa a dificuldade de engendrar o processo de unificação de sindicatos similares como, por exemplo, dos bancários, vigilantes e terceirizados do sistema financeiro.

É cada vez mais evidente que o sindicalismo não pode ter como perspectiva a representação somente dos que têm um contrato formal de trabalho. Se não superar esta visão, o movimento sindical estará condenado a representar um número cada vez menor de trabalhadores(as). Isto significa a perda dramática do seu poder na sociedade.

A crise do movimento se explica, também, pela mudança ético-cultural da sociedade moderna. Uma cultura predominantemente individualista e com traços fortemente narcísicos, dificulta a consolidação da consciência de classe. O sentimento de pertença à uma classe, fundamental para a emergência histórica do movimento sindical, é cada vez mais tênue. A solidariedade é um valor em declínio. O aumento de movimentos xenófobos, corporativistas, racistas e paternalistas no interior do próprio mundo do trabalho é um sintoma preocupante em todo o mundo.

21. Para compreender melhor o modelo fordista de produção, cf. HARVEY, David. *A Condição pós-moderna*. Ed. Loyola, São Paulo, 1992.

Assim, para pensar a ação sindical hoje é necessário ter presente as mudanças sócio-políticas-culturais decorrentes e, ao mesmo tempo, sustentáculos, da grande transformação do capitalismo no final do século XX. Dentro do princípio de que quanto mais globais os desafios, tanto mais radicalmente locais são as saídas, o movimento sindical vai percebendo que, para responder à vocação subversiva, urge construir alternativas no sentido de inverter a lógica da exclusão e apostar num modelo de desenvolvimento ecossocialmente sustentável. O movimento sindical é desafiado a manter a orelha colada na terra, para entender as mudanças que vão ocorrendo no chão da fábrica e, assim, ser capaz de formular um novo projeto onde a justiça social e a solidariedade possam construir a sua tenda. Isto exige criatividade e ousadia de pensar o novo.

No movimento sindical brasileiro algumas propostas parecem indicar neste sentido.

1. Disputar, com projeto próprio, as mudanças no chão da empresa

A organização a partir dos locais de trabalho terá um papel fundamental para o redimensionamento do movimento sindical. Cada vez mais o sindicalismo está desafiado a responder à tendência das relações de trabalho serem cada vez mais locais e, ao mesmo tempo, transnacionais. É a organização a partir do chão da fábrica que possibilitará uma intervenção mais efetiva para melhorar as condições de trabalho.

A estratégia da simples resistência é insuficiente no enfrentamento das mudanças. As negociações são uma via para minimizar as perdas acarretadas pela modernização industrial. O movimento sindical não pode ficar só na defensiva, na resistência. É preciso apresentar alternativas. Urge que tenha um projeto próprio de organização do trabalho capaz de ser confrontado com a proposta da empresa. A elaboração de um projeto próprio, com envolvimento dos(as) trabalhadores(as), exige que o movimento sindical não se afaste nunca da realidade concreta da empresa.

Algumas negociações feitas no Brasil são uma referência importante. Elas apontam pistas de como interferir nas mudanças no interior das empresas. Por exemplo, a negociação da introdução do trabalho em grupo, na Mercedes-Benz no ABC, em São Paulo, levou mais de 2 anos. Foi feita sem pressa para não atropelar etapas. Essas negociações ampliaram a agenda sindical dentro da fábrica incluindo os salários, a mobilidade de pessoal, as condições de trabalho, a desverticalização, a terceirização, a manufatura celular, o trabalho em grupo, o kaizen,²² a participação nos resultados. Esta negociação foi importante porque conseguiu a redução da jornada semanal de trabalho.

2. A construção de um sindicalismo solidário

O sindicalismo verticalizado, construído sob o padrão fordista de produção, caracteriza-se pela organização por catego-

22. Kaizen, termo japonês que significa busca da melhoria contínua, da excelência e da auto-superação. O kaizen consiste na aplicação no processo de produção de instrumentos, entre outros, como TQC — Programa de Qualidade Total e o Programa 5S. Estes instrumentos têm a finalidade de estimular novas práticas, comportamentos, condutas e disciplina no interior da empresa. Para entender melhor estes conceitos e os anteriores como terceirização e manufatura celular, cf. KREIN, José Dari e NEUTZLING, Inácio. *As Mudanças no Mundo do Trabalho. Características e Reestruturação Produtiva*. Cadernos do CEPAT, nº 1, Curitiba, 1995.

ria. Este tipo de organização sindical somente atende e representa quem está com carteira assinada e pertence à uma categoria. O trabalhador desempregado, informal, por conta própria, está fora de qualquer base de representação sindical. O modelo atual de organização sindical é incapaz de aglutinar o conjunto dos(as) trabalhadores(as). Mesmo com a consolidação e a expressão política das Centrais Sindicais — tais como CUT — o centro do poder e os recursos financeiros do sindicalismo ainda estão no sindicato oficial. A atual lógica organizativa está contribuindo para aprofundar o isolamento do sindicalismo do conjunto da sociedade. Este tipo de sindicato tem os dias contados. É preciso ousar na criação de novas formas de organização sindical.

Na CUT, por exemplo, há uma proposta de construir uma estrutura vertical por ramos de atividade econômica. A estratégia de organização por ramo tem a finalidade de combater a atual pulverização de sindicatos por categoria. O grande desafio é fortalecer a organização sindical horizontal, que seja capaz de aglutinar toda a classe e defender os interesses imediatos e históricos dos(as) trabalhadores(as). A organização por ramos é um avanço, se consideramos a atual pulverização por categoria. Mas, é preciso ir além e aglutinar os excluídos do mercado formal de trabalho. Por que não iniciar a construção de um sindicalismo solidário com um intenso trabalho com os desempregados, cadastrando-os, apoiando-os na procura de novo emprego, dando assistência para sua reorientação profissional ou para abrir seu próprio negócio? Por que não apostar em projetos de cooperativas e instituições de apoio, tais como bancos comunitários?

Uma organização sindical solidária se coloca na perspectiva de construir entre os(as) trabalhadores(as) a cidadania ativa. Para isto é imprescindível que a organização por local de trabalho se articule com o

conjunto do movimento sindical. O movimento sindical, por sua vez, precisa construir a articulação com os outros movimentos sociais, como os movimentos de defesa dos direitos da mulher, dos idosos, dos negros. É imprescindível, enfim, que o movimento sindical assuma com vigor a defesa da integridade da natureza.

Para construir um movimento sindical solidário é imprescindível apostar na criação de uma cultura da solidariedade. Trata-se de revalorizar e reinventar o valor da solidariedade, adequado às novas condições de exclusão social, numa sociedade que renunciou a esse sonho. Um dos problemas atuais do sindicalismo é que a cultura da competitividade penetrou no meio de muitos dirigentes sindicais, estabelecendo uma concorrência — onde vale tudo — para assegurar o seu espaço de poder. Em muitos casos, um é concorrente do outro. Pois criar uma cultura da solidariedade significa mexer no modo de viver, de sentir, de relacionar-se, de valorar, de interpretar as regras do jogo humano.

Apostar na criação da cultura da solidariedade é ousar e apostar em gestos que no cotidiano radicalizem a democracia apontando para a possibilidade de tornar visíveis e concretas novas relações sociais que rompam o corporativismo e a competitividade. É ousar, enfim, na construção de um novo paradigma civilizacional.

3. A redução da jornada de trabalho. Distribuição da produtividade

A redução da jornada de trabalho está se tornando, em todo o mundo, a grande bandeira do movimento sindical. É uma luta importantíssima porque é uma maneira concreta de partilhar a produtividade alcançada com as novas tecnologias e os novos métodos organizacionais. Juntamente com a reforma agrária, num país como o nosso, com grande extensão de terra a ser

ocupada, a redução da jornada de trabalho constitui-se numa importante saída para o desemprego.

No dia 19 de março, a CUT entregou ao Presidente da República uma proposta de redução da jornada de trabalho. A CUT propõe reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução salarial. A atual jornada semanal é de 44 horas. A jornada de 40 horas é capaz de criar imediatamente 3,6 milhões de novos empregos. A proposta da CUT propõe uma diminuição gradativa da jornada de trabalho. Assim, até o ano 2000 a jornada seria de 38 horas. No ano 2003, de 36 horas e no ano 2008, chegaríamos a 32 horas semanais.

Juntamente com a proposta de redução da jornada de trabalho, a CUT apresentou a proposta de limitar as horas extras. Para a CUT, as horas extras devem ser estabelecidas mediante negociação com os sindicatos e nunca poderiam ultrapassar o limite de 92 horas anuais. As horas extraordinárias dariam direito, além do pagamento, ao mesmo número de horas de descanso. A compensação dessas horas deveria ocorrer em, no máximo, seis meses. A CUT propõe ainda a redução das alíquotas de impostos federais, estaduais e municipais para as empresas que reduzam as jornadas de trabalho e realizem contratações adicionais.

Desde 1988, quando a Constituição reduziu a jornada de trabalho para 44 horas, a porcentagem de trabalhadores que fazem hora extra no país cresceu substancialmente. Nas indústrias de São Paulo, o percentual de trabalhadores que fazem hora extra dobrou no período. Por isso, sem a limitação das horas extras, o impacto da redução da jornada de trabalho sobre a geração de empregos será muito limitado.

O DIEESE calcula que 1,5 milhão de empregos deixaram de ser criados por causa da 265 milhões de horas extras trabalhadas entre 1985 e 1996. "Coibir as horas extras é tão importante quanto reduzir a jornada de trabalho" — constata o DIEESE.²³

Recentes acordos feitos nas montadoras de automóveis do ABC, São Paulo e na Volvo do Brasil, em Curitiba, conquistaram a implantação do banco de horas, a diminuição da jornada de trabalho para 42 e até 40 horas semanais. Três sindicatos de funcionários de empresa Electricité de France-Gaz de France — EDF-GDF — assinaram, na França, no começo deste ano, um acordo que reduz a jornada semanal de trabalho de 38 para 32. A medida permitirá o emprego de 15 mil pessoas ao longo de três anos. De junho do ano passado a janeiro deste ano, cerca de cem empresas francesas fizeram acordos no mesmo sentido. A estimativa é que 6 mil empregos tenham sido poupados. Estes acordos são favorecidos pela lei Robien, aprovada em julho de 1996. A lei do emprego, assim apelidada, permite a diminuição na carga de impostos de empresas que reduzam o tempo de trabalho para contratar novos empregados. Ela permite também a aplicação dessa mesma diminuição de impostos para evitar demissões. Assim, um empresa que reduza de 10% a 15% o tempo de trabalho e contrate trabalhadores correspondentes de 10% a 15% da mão-de-obra atual, durante dois anos, tem um alívio de impostos de 40 a 50% nos seis anos seguintes.²⁴

No entanto, não é possível pensar na redução da jornada de trabalho apenas como uma forma de criar novos empregos. É bastante evidente que o trabalho entendi-

23. Cf. CEPAT Informa 27/1997 p. 7-8.

24. Cf. CEPAT Informa 26/1997 p. 13.

do como um emprego remunerado, em geral sob a forma de um salário, no quadro de um sistema de produção de bens e serviços mercantis, ou seja, o trabalho compreendido como um emprego de tempo integral e de duração ilimitada, desde a saída da escola até a aposentadoria, está chegando ao fim. Fazer do trabalho remunerado a fonte principal da identidade e do sentido de vida de cada pessoa não cabe mais como um objetivo numa sociedade onde o trabalho não é apenas amorfo, mas está se tornando subjetivamente periférico. As mudanças no final do século XX propiciam a emergência de novos direitos e de uma nova liberdade: "a) o direito de cada um ganhar a vida trabalhando, mas trabalhando menos e melhor, recebendo por inteiro a sua parte da riqueza socialmente produzida; b) o direito de trabalhar de modo descontínuo, intermitente, sem perder durante estas pausas a renda plena, de modo que possa abrir novos espaços às atividades sem fim econômico e reconhecer a estas atividades uma dignidade e um valor eminente, seja para os indivíduos seja para a sociedade no seu conjunto"²⁵.

A redução da duração do trabalho é, portanto, cada vez mais percebida como possibilidade de um tempo livre para a realização de atividades autodeterminadas, criando espaços onde as normas de uma vida mais livre permitem aos indivíduos diversificar suas relações e autonomizar os seus atos. Assim, após três séculos dominados pelo trabalho, esta nova percepção — mesmo que ainda confusa — de uma outra hierarquia nas atividades humanas, marca o início de um novo tempo. Assim, entender e defender a proposta da redução

da jornada de trabalho na esperança de que voltará o tempo do pleno emprego é uma demonstração da total incapacidade de compreender a mudança tecnológica e geopolítica do final do século XX.

Uma política coerente de redução do tempo de trabalho assalariado não pode estar, portanto, isolada de um projeto de sociedade adaptado à radicalidade da mudança tecnológica. Este projeto deve ter como objetivo uma regulação geral, oposta à uma sociedade "liberal" apresentada como obrigatória e única possibilidade. Por isso, as políticas pontuais, como por exemplo, a redução da jornada de trabalho, devem estar inseridas num projeto maior. A bandeira da redução da jornada de trabalho deve ser inserida no quadro da construção de uma nova sociedade a partir do tempo livre. Precisamos aprender a valorizar o tempo livre, como forma de viver a vida em todas as suas dimensões. Ter tempo para viver com a família, para o lazer, para os trabalhos sociais e comunitários. Dada a atual correlação de forças, é importante buscar a construção de gestos ou símbolos que indiquem esta perspectiva. O desafio é superar a "mercadorização" e pensar o tempo como uma não-mercadoria. É apostar na criação de novos valores, capazes de dar suporte a um novo tipo de organização do trabalho, que tenham em seu bojo a superação da exclusão inerente ao atual processo de reestruturação produtiva, ou seja, a luta pela redução da jornada de trabalho precisa vir acompanhada da discussão sobre a divisão social da produtividade propiciada pela grande transformação tecnológica no final do século XX.²⁶

25. GORZ, André. *Capitalismo, Socialismo, Ecologia, Disorientamenti, Orientamenti*, Manifestolibri Roma, 1992; cf. também NEUTZLING, Inácio, "O Trauma do Desemprego. Causas e Desafios". *Convergência* 292, maio de 1996.

26. A redução da jornada de trabalho aponta para um novo tipo de sociedade. Sem esta visão mais ampla, a redução da jornada torna-se uma mera medida pontual para resolver o problema do desemprego. A redução da jornada é muito mais do que isso. Para isto veja: AZNAR, Guy. *Trabalhar Menos Para Trabalharem Todos*. Ed. Scritta, São Paulo, 1995 (do original francês: *Travailler moins pour travailler tous*, Syros Éditeur,



Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ

1º de junho de 1997

No caminho que leva ao jubileu do ano 2000, este ano de 1997 é dedicado a **Jesus Cristo, à fé e ao batismo**. O que é a fé? Quem crê realmente? Há quem diz: “eu gostaria de crer”. Outros dizem: “não creio”, mas admitem a existência de Deus. Seja lá como for, para falar da fé, será sempre preciso partir de JESUS CRISTO.

Os Evangelhos contam os encontros de Jesus com as pessoas mais diversas: com aqueles que seriam os apóstolos, a samaritana, Nicodemos, a adúltera, Zaqueu, Marta e Maria, o jovem rico, os discípulos de Emaús. Contam, também, o que fez e disse, como ainda, as reações mais profundas de seus interlocutores. **O primeiro movimento, porém, é sempre de Jesus**. Dá o primeiro passo em busca do encontro. Entra em casa, aproxima-se do poço onde a mulher apanhará a água, pára diante do exator, olha para cima numa árvore, une-se a quem está a caminho. Das suas palavras, dos seus gestos, de sua pessoa, desprende-se um fascínio que envolve o seu interlocutor. É admiração, amor, confiança, atração.

Para muitos, o primeiro encontro se transformaria em desejo de continuar ouvindo, de fazer amizade, de segui-lo, de estar com ele perguntando, pedindo para aprender a rezar, testemunhando suas horas felizes e dolorosas. Em alguns casos, o encontro termina com o convite para mudar de vida. Mas não faltam encontros marcados pela indiferença, pela falta de atenção e correspondência, marcados pela rejeição.

Os encontros do Evangelho sinalizam para a fé. Como nasce a fé? O que é a fé? É auto-revelação de Jesus. “O Messias sou eu que falo contigo” (Jo 4, 26). Jesus se manifesta nestes gestos, nestas palavras, nestas atitudes. **Quem se encontrou com ele sabe para além de comentários e avaliações de outrem**. Sabe pessoalmente. Faz experiência de sua sabedoria, de sua bondade. A vida começa a mudar. Muda-se de perspectivas, de sentimentos, de projetos. A intimidade com Jesus e as suas revelações levarão a conhecê-lo e a proclamá-lo Filho de Deus. O encontro e aquilo que acontece são misteriosos e incompreensíveis como o amor humano ou mais ainda. “Ninguém vem a mim se o Pai não o enviar” (Jo 6, 44). “Não fostes vós quem me escolhestes” (Jo 4, 26). **O encontro não é uma casualidade**. Não é resultado de habilidade humana. É dom do próprio Deus.

Para cada um de nós, o início da fé é o momento no qual Jesus aparece como a pessoa da qual desprende o sentido para nossa vida, na qual se encontra a verdade pela qual se entende nossa relação com Deus e se interpreta nosso ser pessoa humana. Ainda hoje, Jesus realiza aqueles mesmos gestos que lemos no Evangelho. **Ele vem ao nosso encontro** no pensamento, na pesquisa, nos testemunhos. Os doentes o encontram na reflexão que o sofrimento provoca ou nos gestos de misericórdia de quem, em nome de Cristo, os atende. Muitos o encontram nos pobres, na experiência da oração, na escuta da Palavra.

O lugar privilegiado de encontro com Cristo hoje é a sua Igreja. A Igreja o revela, o prega, o celebra, o anuncia na evangelização. Crescemos na fé à medida em que o encontro torna-se **conhecimento e relação pessoais**. Hoje algumas imagens de Cristo são superficiais, efêmeras, de consumo. Será sempre preciso alguma coisa mais para lá daquilo que dizem por aí para cada um proclamar aquilo que, em comunhão com a Igreja, experimentamos.

JESUS é a medida autêntica de todo projeto de qualquer Religioso. É nossa opção única, fundamental, que condiciona e orienta todas as demais opções. **É a única alternativa**. É a norma ineludível para o discípulo. Ineludível, isto é, não se pode suprimir. É insubstituível. Não tem sucedâneo. Não é intercambiável. Requer fidelidade indiscutível. Não se pode prescindir. É exigência indefectível. **Inegociável para a identidade da Vida Consagrada**. JESUS é a referência estruturalmente constitutiva de todo Religioso. Em todas as circunstâncias, é para ele que nossa vida quer ser orientada. É a ele, em pessoa, que se dirigem o assombro de nossa adoração e o assentimento pleno de nossa fé.

JESUS é o centro, o núcleo, o cerne, a medula, a pedra angular, o mais forte. Do lado dele se vive, vence e se sobrevive. Tem-se a paz. Ele é a nossa paz. Ou ele é Deus. Ou Deus não existe. Mas **ele é o nosso Deus e salvador**. Ele é a plenitude que tudo plenifica em todos.

Porque Deus é bom, ele nos dê a bênção da saúde do corpo e a bênção da saúde da alma: a fé, o perdão, a graça, a posse do Espírito Santo, fonte de toda energia espiritual agora e garantia da vida celeste amanhã. **O lema inspirador e a nossa estrela-guia seja o amor**. É o sol que faz o coração desabrochar. Com afeto e estima fraterna, subscrevo-me, ao seu inteiro dispor,

atenciosamente

Pe. MARCOS DE LIMA, SDB

Redator-Responsável/Convergência